

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE

Fernanda Moraes de Mendonça

PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: UMA ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA
DE SEUS ATORES

ARARAQUARA - SP
2025

Fernanda Moraes de Mendonça

**PROGRAMA JOVEM APRENDIZ: UMA ANÁLISE A PARTIR DA
PERSPECTIVA DO SEUS ATORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, na Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Área de Dinâmicas Territoriais, Políticas Públicas e Vulnerabilidade Social.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Santos Nascimento

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Carvalho de Lorenzo

FICHA CATALOGRÁFICA

M495p Mendonça, Fernanda de Moraes

Programa jovem aprendiz: uma análise a partir da perspectiva de seus atores/Fernanda de Moraes Mendonça. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2025.
206f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Alessandra Nascimento dos Santos
Coorientador: Profa. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo

1. Lei da aprendizagem. 2. Inclusão social. 3. Emprego e renda.
4. Juventude. 5. Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).
6. Políticas públicas. I. Título.

CDU 577.4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): ***Fernanda Moraes de Mendonça***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente



ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO
Data: 04/02/2025 16:25:08-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento UNIARA - Araraquara

Documento assinado digitalmente



LUCILEIA APARECIDA COLOMBO
Data: 05/02/2025 07:08:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Luciléia Aparecida Colombo UNESP - Araraquara

Documento assinado digitalmente



JOELSON GONCALVES DE CARVALHO
Data: 05/02/2025 09:47:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho UNIARA –
Araraquara

Araraquara – SP 04 de fevereiro de 2025.

AGRADECIMENTOS

Concluir este mestrado é mais que um marco acadêmico; é o resultado de uma jornada repleta de apoio, inspiração e dedicação de muitas pessoas a quem serei eternamente grata. Agradeço a Deus pela força, saúde e sabedoria ao longo do caminho e à Nossa Senhora Aparecida, por sua intercessão, proteção e conforto nos momentos mais desafiadores.

À minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Alessandra Santos Nascimento, manifesto meu profundo respeito e admiração. Sua orientação cuidadosa, paciência e confiança no meu trabalho foram essenciais para transformar ideias em realizações. À minha coorientadora, Prof.^a Dr.^a Helena Carvalho de Lorenzo, deixo minha admiração e meu sincero reconhecimento pela contribuição e apoio em momentos decisivos deste estudo.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, minha gratidão pelo aprendizado e incentivo, especialmente aos Drs. Joelson Gonçalves de Carvalho e Leandro de Lima Santos. Agradeço também à Prof.^a Dr.^a Luciléia Aparecida Colombo pelas contribuições fundamentais nas bancas e aos colaboradores, em especial, Silvinha e Ivani pelo apoio e gentileza. À CAPES, sou grata pelo financiamento e apoio à pesquisa, indispensáveis para a concretização deste trabalho e o avanço da minha trajetória acadêmica.

Ao CIEE, que não apenas autorizou a realização da pesquisa, mas também ofereceu todo o suporte necessário para que este trabalho se tornasse realidade, meu mais profundo agradecimento. A todos os profissionais que me auxiliaram diretamente, suas colaborações foram imprescindíveis. Este trabalho é também um reflexo do compromisso de vocês com a educação e o desenvolvimento social.

Ao meu marido, cujo amor, apoio e paciência me sustentaram durante os momentos mais desafiadores. À minha mãe, obrigada por estar sempre ao meu lado com seu amor incondicional. Em memória dos meus amados avós maternos, cujo amor e sabedoria sempre me inspiraram. À minha família, que sempre foi o alicerce da minha vida, pelo apoio incondicional e incentivo nos momentos difíceis. Vocês são a base do meu equilíbrio.

Agradeço aos amigos que celebraram cada conquista, e aos colegas de trabalho, por suas palavras de encorajamento. Minha gratidão a todos vocês. Um agradecimento especial ao diretor Toca, pelo incentivo e motivação que me deram o impulso inicial.

Por fim, dedico este trabalho aos jovens que buscam oportunidades de transformação por meio da educação e da inclusão social. Que este estudo contribua para inspirar novas possibilidades e reafirme que o conhecimento é uma ferramenta poderosa de mudança.

“Faça o teu melhor na condição que você tem, enquanto você não tem condições melhores para fazer melhor ainda!”

(Mario Sergio Cortella)

RESUMO

A presente pesquisa consiste em investigar como o Programa Jovem Aprendiz (PJA) tem atuado para a inclusão social dos jovens, particularmente, de jovens, de 14 a 24 anos, pertencentes a famílias de baixa renda, por intermédio de sua inserção no mercado de trabalho. Para atingir este objetivo foi realizada uma revisão da literatura sobre o PJA, acerca da implementação e avaliação de políticas públicas, e uma investigação empírica, sendo a instituição implementadora selecionada o Centro de Integração Escola Empresa (CIEE). Considerando que o CIEE atua em todas as unidades federativas do país e que o estado de São Paulo é onde há o maior número de aprendizes do Brasil, selecionou-se Franca para o estudo de caso. A pesquisa é qualitativa e exploratória. A coleta de dados primários ocorreu por meio de questionários aplicados junto aos sujeitos sociais do PJA do CIEE de Franca, inclusive, dos beneficiários. Na fase final da análise, o software Nvivo 12® foi empregado para enriquecer as interpretações dos questionários, utilizando as respostas na íntegra. Esta investigação oferece uma visão detalhada sobre o PJA, bem como uma análise crítica do programa. Os resultados sugerem que o programa contribui para a promoção de carreiras e a integração ao mercado de trabalho. Com base nas percepções dos sujeitos sociais, a investigação destaca o papel do PJA no enfrentamento de vulnerabilidades sociais, embora também indique desafios para ampliar sua efetividade nesse aspecto. Os achados sinalizam que o programa pode oferecer caminhos para o aprimoramento das práticas institucionais das entidades implementadoras e o fortalecimento de políticas públicas de geração de emprego e renda juvenil. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de articular políticas contínuas e simultâneas, como o fortalecimento da educação de qualidade, a ampliação de redes de proteção social, a implementação de ações voltadas à empregabilidade e a fiscalização das práticas de contratação e formação.

Palavras-chave: Lei da Aprendizagem; Inclusão Social; Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); Emprego e Renda; Juventude; Políticas Públicas.

ABSTRACT

This research investigates how the Young Apprentice Program (PJA) has contributed to the social inclusion of young people, particularly those aged 14 to 24 from low-income families, by facilitating their entry into the labor market. To achieve this objective, a literature review was conducted on the PJA, the implementation and evaluation of public policies, and an empirical investigation. The selected implementing institution was the Center for School-Business Integration (CIEE). Considering that CIEE operates in all federative units of the country and that the state of São Paulo has the highest number of apprentices in Brazil, the city of Franca was chosen for the case study. The research is qualitative and exploratory. Primary data collection was carried out through questionnaires administered to the social subjects of the PJA at CIEE in Franca, including program beneficiaries. In the final stage of analysis, Nvivo 12® software was used to enrich the interpretation of the questionnaires, incorporating full responses. This investigation provides a detailed perspective on the PJA and a critical analysis of the program. The results suggest that the program contributes to career development and labor market integration. Based on the perceptions of the social subjects, the study highlights the role of the PJA in addressing social vulnerabilities while also pointing out challenges in enhancing its effectiveness in this regard. The findings indicate that the program can provide pathways for improving institutional practices of implementing entities and strengthening public policies aimed at youth employment and income generation. In this context, the need for continuous and simultaneous policy coordination is emphasized, including strengthening quality education, expanding social protection networks, implementing employability-oriented initiatives, and monitoring hiring and training practices.

Keywords: Apprenticeship Law; Social Inclusion; Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE); Employment and Income; Youth; Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ranking Jovens que nem trabalham, nem estudam	34
Figura 2 - Jovens de 15 a 29 anos que nem estudam nem trabalham (IBGE-2022).....	35
Figura 3 - As Divisões do Mercado de Trabalho.....	44
Figura 4 - Região Administrativa de Franca-SP	81
Figura 5 - Linha do tempo CIEE	83
Figura 6 - Atuação do CIEE no Brasil.....	84
Figura 7 - Exemplos de Escala Likert.....	96
Figura 8 - Nuvem de palavras (Jovens Aprendizes)	128
Figura 9 - Árvore respostas - Questionário 1.....	128
Figura 10 - Nuvem de palavras (Implementadores).....	139
Figura 11 - Árvore de palavras - Questionário 2.a.....	141
Figura 12 - Árvore de palavras - Questionário 2.b	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Processos de exclusão e dinâmicas de inclusão social das juventudes	30
Quadro 2 - Linha do tempo Convenção sobre os Direitos da Criança e os marcos relacionados à sua implementação	42
Quadro 3 - Lei da Aprendizagem nº 10.097 de dezembro de 2000 e suas relações.	50
Quadro 4 - Síntese do Programa Jovem Aprendiz.	54
Quadro 5 - Programas oferecidos pelo Governo Federal.	56
Quadro 6 - Programas destinados à Juventude.	58
Quadro 7 - Desenho do Funcionamento do Programa Jovem Aprendiz	59
Quadro 8 - Principais parâmetros definidos pela Lei da Aprendizagem nº 10.097 de 2000.	60
Quadro 9 - Direitos e verbas rescisórias devidas ao aprendiz no término do contrato.	61
Quadro 10 - Análise de Trabalhos sobre o Programa Jovem Aprendiz.	63
Quadro 11 – Entraves e aprimoramentos do Programa Jovem Aprendiz	69
Quadro 12 - Críticas ao Programa Jovem Aprendiz.	71
Quadro 13 - Alterações propostas na Medida Provisória nº.1.116/22	75
Quadro 14 - Ações da Pesquisa	78
Quadro 15 - Levantamento e seleção da Literatura (2023 - 2024)	79
Quadro 16 - Participantes da pesquisa	86
Quadro 17 - Estrutura das questões de escala: Questionários (Apêndices A e B).	96
Quadro 18 - Opinião geral do Jovem sobre o Programa Jovem Aprendiz	118
Quadro 19 - Proposta dos jovens para melhorias ao Programa	123
Quadro 20 - Avaliação do Programa: todos os cargos (fechadas e abertas)	133
Quadro 21 - Instrutores de Aprendizagem	135
Quadro 22 - Supervisão de Aprendizagem	137
Quadro 23 - Assistente Social	138
Quadro 24 - Análise Crítica do Programa Jovem Aprendiz	144
Quadro 25 - Necessidade de Aperfeiçoamento	145

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 4º trimestre de 2023	44
Gráfico 2 - Aprendiz com vínculo ativo até 31/12 no Brasil (2016-2023)	68
Gráfico 3 – Classificação do Índice de Vulnerabilidade Social.....	91
Gráfico 4 – Índice de Vulnerabilidade Social - Censo 2022.....	92
Gráfico 5 - Índices de Vulnerabilidade Social versus territorialidades.....	93
Gráfico 6 - Consentimento de Participação da Pesquisa	99
Gráfico 7 - Sexo dos jovens participantes.....	100
Gráfico 8 - Raça/cor dos jovens participantes	101
Gráfico 9 - Escolaridade dos jovens participantes	102
Gráfico 10 - Rede de Ensino.....	103
Gráfico 11 - Renda dos jovens participantes.....	103
Gráfico 12 - Como você faz uso do seu salário de aprendiz?	104
Gráfico 13 - Renda mensal da sua família (casa) com base no salário-mínimo (R\$ 1.320,00)....	105
Gráfico 14 - População vulnerável de 15 a 24 anos - Censo (2022)	106
Gráfico 15 - Principal motivo que levou a participar do Programa Jovem Aprendiz	107
Gráfico 16 - Principal contribuição do Programa Jovem Aprendiz.....	108
Gráfico 17 - Número de participações no Programa Jovem Aprendiz	109
Gráfico 18 - Arco que participa ou participou do Programa Jovem Aprendiz	109
Gráfico 19 - Funções diferentes durante o Programa Jovem Aprendiz	110
Gráfico 20 - Dedicção do jovem ao Programa Jovem Aprendiz	111
Gráfico 21 - Perfil dos Respondentes: Jovem Aprendiz vs. Ex-Jovem Aprendiz	112
Gráfico 22 - Eficácia do Programa Jovem Aprendiz na Geração de Oportunidades de Trabalho	112
Gráfico 23 - Benefícios para o jovem contratado como aprendiz	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de aprendizes ativos por Estado no Brasil (2022/2023).	20
Tabela 2 - Aprendizes com vínculo ativo até 31/12 no Brasil (2016-2023).	67
Tabela 3 - Movimentação de Aprendizes por mês (2023)	69
Tabela 4 - Avaliação Teórica (CIEE) e Prática (Empresa) do Programa Jovem Aprendiz.....	114
Tabela 5 - Frequência de palavras.....	129
Tabela 6 - Avaliação do Programa: Todos os cargos (perguntas fechadas)	132
Tabela 7 - Frequência de palavras.....	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDBT - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BNE - Banco Nacional de Empregos

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CIEE - Centro de Integração Empresa-Escola

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNJ - Conselho Nacional da Juventude

Conjuv - Secretaria Nacional de Juventude

EPP - Empresas de Pequeno Porte

ESFL - Entidades Sem Fins Lucrativos

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IVS - Índice de Vulnerabilidade Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IFSFL - Instituições Formadoras Sem Fins Lucrativos

LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados

MP - Medida Provisória

NEM-NEM - Nem trabalha - Nem estuda

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONG - Organização Não Governamental

PJA - Programa Jovem Aprendiz

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RA - Região Administrativa

TIC - Tecnologia da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 EXCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	23
2.1 A Juventude e Dinâmicas Sociais de Exclusão e Inclusão	29
2.2 A geração nem-nem: jovens que nem trabalham, nem estudam.....	32
2.3 Desafios para a inclusão juvenil por meio de programas e políticas públicas específicas	38
3 LEI DA APRENDIZAGEM E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	48
3.1 Programas voltados à Juventude e o PJA	53
3.3 Desenho do Funcionamento do Programa Jovem Aprendiz.....	59
3.4 Desafios e Aprimoramentos do Programa Jovem Aprendiz (PJA)	62
3.4.1 Desafios Estruturais e a Efetividade do Programa Jovem Aprendiz	72
3.5 Riscos à Lei da Aprendizagem	74
4 METODOLOGIA	78
4.1 Primeira etapa: objetivos e ações.....	78
4.1.1 Arcabouço teórico e revisão da literatura	79
4.2 Segunda etapa: Franca/SP e o CIEE como cenários do estudo de caso	80
4.2.2 Aplicação de Questionário	84
4.3 Terceira etapa: Análise de dados	89
4.3.1 Inclusão Social e Contextos de Vulnerabilidades Sociais	90
4.3.2 Dimensões de Responsabilidade no Desenvolvimento Profissional	93
4.3.3 Desenvolvimento de Competências Profissionais	94
4.3.4 Questionários	95
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	99
5.1 Caracterização dos participantes: Formulário 1 - Jovens Aprendizes	100
5.2 Informações de sua participação	106
5.3 Contribuição do Programa Jovem Aprendiz na Inserção Profissional	111
5.4 Percepções dos jovens em relação ao Programa Jovem Aprendiz	114
5.4.1 Análise das Propostas para Melhorias no Programa Jovem Aprendiz	125
5.5 Análise realizada com o Software Nvivo 12®	127
5.6 Caracterização dos participantes: Formulário Sujeitos Implementadores	129
5.7 Percepções dos Sujeitos em relação ao Programa Jovem Aprendiz	131
5.8 Análise realizada com o Software Nvivo 12®	139
5.9 Análise do Programa Jovem Aprendiz na inclusão social da Juventude	142
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	152
ANEXOS.....	162
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.	162
ANEXO 2 – CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL.....	163
APÊNDICES	164

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	164
APÊNDICE 2 – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL..	165
APÊNDICE 3 - TCLE QUESTIONÁRIO 1 - JOVEM APRENDIZ	166
APÊNDICE 4 - TCLE QUESTIONÁRIO 2 - SUJEITOS IMPLEMENTADORES DO	
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ	168
APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO 1 JOVEM APRENDIZ.....	170
APÊNDICE 6 – QUESTIONÁRIO 2 - SUJEITOS IMPLEMENTADORES DO	
PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.	184
APÊNDICE 7 - PARECER COMITÊ DE ÉTICA	203

1 INTRODUÇÃO

Os dados indicam que a taxa de desemprego entre jovens brasileiros, na faixa etária de 14 a 24 anos, apresenta níveis superiores aos observados entre adultos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), o desemprego entre indivíduos de 14 a 17 anos foi estimado em 28% (564 mil), enquanto, na faixa de 18 a 24 anos, o índice registrado foi de 15,3% (2,3 milhões). Em comparação, a taxa de desemprego entre a população adulta foi de 7,4%. Sant'Anna (2022), aponta que parte desses jovens ingressa no mercado informal, caracterizado pela ausência de garantias trabalhistas, o que pode coincidir com o abandono dos estudos formais.

A pandemia de Covid-19 foi associada a alterações nas taxas de desemprego em diferentes segmentos populacionais, incluindo jovens. Relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam para uma ampliação do sistema no número de jovens fora do mercado educacional e do mercado de trabalho, frequentemente descritos como integrantes da categoria "nem-nem". Informações do Banco Nacional de Empregos (BNE, 2024), mencionam impactos no mercado de aprendizes e estagiários, mencionadas às questões relacionadas às atividades presenciais em diversas ocupações.

Dificuldades de acesso ao mercado formal de trabalho para jovens podem ser observadas em requisitos como experiência e capacitação, fatores que nem sempre estão disponíveis para esse grupo etário. Nesse contexto, iniciativas de inserção e qualificação profissional pública têm sido propostas por meio de políticas, objetivando mitigar as desigualdades estruturais sociais (Cavalcanti, 2016).

As políticas públicas, ao interagir com diversos setores da economia, envolvem ações que exigem cooperação entre órgãos governamentais, sistemas organizacionais e agentes da sociedade civil para sua efetivação. Apesar da responsabilidade formal do Estado, a execução dessas políticas está condicionada a processos de decisão que incluem múltiplos atores sociais (Hofling, 2001 *apud* Ribeiro, 2018). A mobilização contínua da sociedade civil é frequentemente apresentada como um desafio para garantir os direitos sociais da juventude, particularmente no que diz respeito à avaliação, fiscalização e controle social democrático das políticas renovadas (Sodré; Rabassa, 2011).

No início dos anos 2000, alterações nos dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovadas pelo Decreto-Lei n. 5.452/1943, resultaram na promulgação da Lei nº 10.097/2000, conhecida como Lei da Aprendizagem. Regulamentada pelo Decreto n. 5.598/2005, a legislação estabelece direitos, deveres e normas aplicáveis ao vínculo

empregatício de jovens aprendizes, que buscam promover a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho. O contexto social do período era caracterizado por desafios relacionados ao desemprego, à vulnerabilidade social de adolescentes e jovens, aos índices de criminalidade e às limitações de acesso à educação formal e à qualificação socioprofissional.

Tal lei fomentou a criação de diferentes programas públicos, a exemplo do Programa Jovem Aprendiz (PJA), que contempla a formação técnico-profissional dos jovens, sendo composta por atividades com cargas horárias teóricas e práticas. O foco era contribuir para que o jovem conquistasse o seu primeiro emprego e conseguisse, concomitantemente, conciliar os estudos com o trabalho (Martins, 2009).

A Lei da Aprendizagem estabelece diretrizes para a formalização de contratos de trabalho destinados a jovens entre 14 e 24 anos. Esses contratos têm prazo determinado, geralmente limitado a dois anos, com o objetivo de proporcionar formação técnico-profissional. Prevê-se que as instituições responsáveis pela capacitação teórica e as empresas que oferecem a formação prática profissional sejam submetidas à fiscalização pela Inspeção do Trabalho, vinculada ao Ministério do Trabalho (Brasil, 2019)

O Programa configura uma política pública de emprego, com o objetivo de gerar renda e educação para a juventude, orientada a classe mais vulnerável da sociedade (Ribeiro, 2018). Tal Programa deve ser realizado por instituições formadoras aptas legalmente e registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Martins, 2009).

A Lei de Aprendizagem (nº 10.097/2000) e a Lei n. 8.213/1991, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social, abordam a obrigatoriedade de cotas para a inserção de jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O cumprimento das cotas estabelecidas pelas legislações é passível de fiscalização pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Conforme a Lei nº 10.097/2000, prevê-se que entre 5% e 15% do quadro de trabalhadores das empresas seja composto por jovens, incluindo uma parcela de pessoas com deficiência.

Essas iniciativas têm sido interpretadas como medidas voltadas para ampliar a inclusão de jovens no mercado de trabalho formal, além de estarem associadas a esforços de mitigação de riscos relacionados ao trabalho infantil e à evasão escolar. Estudos também sugerem que a aplicação da Lei de Aprendizagem pode oferecer benefícios econômicos às empresas, como a redução de encargos trabalhistas em contratações específicas, além de possibilitar ações alinhadas com práticas de responsabilidade social e desenvolvimento local (Ribeiro, 2018).

A implementação de programas de geração de emprego e renda para jovens, como o PJA, também enfrenta inúmeras dificuldades. Entre elas, destacam-se a falta de alinhamento

entre a formação oferecida e as reais necessidades do mercado de trabalho (Oliveira, 2005), a resistência de algumas empresas em aderir às iniciativas devido aos custos e à burocracia (Sodré; Rabassa, 2011), e as limitações no alcance desses programas em regiões menos favorecidas (Leão; Nonato, 2016). Além disso, desafios relacionados à mobilização dos jovens e à conscientização das empresas quanto ao papel social do programa são fatores que dificultam a plena execução de suas diretrizes (Castro; Aquino; Andrade, 2009). Nesse contexto, destacam-se como desafios a serem enfrentados, a necessidade de fiscalização para garantir o cumprimento das cotas e a qualidade dos programas de aprendizagem oferecidos.

A Lei da Aprendizagem, conforme previsto no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelece a obrigatoriedade de contratação de jovens aprendizes para empresas de médio e grande porte. No caso de micro e pequenas empresas, essa contratação possui caráter facultativo. Essa modalidade de vínculo também tem sido observada em órgãos da administração direta, incluindo unidades de saúde e prefeituras (Brasil, 2019). No contexto PJA, algumas empresas optam por estabelecer parcerias com instituições do Sistema S, considerando a compatibilidade entre a natureza de suas atividades e os setores abrangidos pelo programa, como indústria, produção, administração, comércio, agronegócio, cooperativas, entre outros. A legislação permite que os empregadores busquem outras entidades autorizadas a oferecer a capacitação técnica, como escolas e organizações sem fins lucrativos (Gonçalves, 2014).

Segundo o Ministério do Trabalho (2019), são qualificadas para ministrar cursos de aprendizagem as instituições que contarem com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados (arts. 429 e 430 da CLT). Desse modo, estão qualificadas as seguintes instituições: a. Os Serviços Nacionais de Aprendizagem: 1. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); 2. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac); 3. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); 4. Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); 5. Serviço Nacional de Cooperativismo (Sescoop); b) as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e, c) as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Brasil, 2019).

O Decreto n. 5.598/2005, revogado pelo Decreto n. 9.579/2018 (Brasil, 2018), previa que, em casos de insuficiência de cursos ou vagas ofertados pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem (Sistema S), a demanda poderia ser atendida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, cabendo à Inspeção do Trabalho verificar a

ocorrência dessa insuficiência (art. 13, parágrafo único).

O Sistema S e as Entidades Sem Fins Lucrativos (ESFL) compõem o Terceiro Setor, promovendo iniciativas de assistência educacional voltadas para jovens que enfrentam dificuldades socioeducativas, incluindo a oferta de capacitação informal (Castro, 2007). O Programa Jovem Aprendiz, regulamentado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, articula a qualificação teórica oferecida por essas instituições com a prática desenvolvida no ambiente empresarial.

Costa (2019) identificou algumas instituições que possuem maior influência no contexto político e econômico desse setor, como a Fundação Roberto Marinho, o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), o Viva Rio, o Ensino Social Profissionalizante (ESPRO), o Instituto Brasileiro Pró-Educação, Trabalho e Desenvolvimento (ISBET), a Fundação Bradesco e o Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável (CIEDS). Essas organizações, classificadas como Instituições Formadoras Sem Fins Lucrativos (IFSFL), participam de fóruns nacionais e reuniões em Brasília, o que as insere no contexto político e econômico relacionado ao programa.

O CIEE, instituição escolhida para o estudo de caso dessa pesquisa, foi fundado em 1964 na cidade de São Paulo/SP. Trata-se de uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, voltada para a formação integral de adolescentes e jovens. Através dos Programas de Aprendizagem e Estágio, a entidade possibilita a inserção desses jovens no mercado de trabalho. A primeira contratação de estagiário ocorreu em 1976, e a implementação do PJA no estado de São Paulo teve início em 2003. Mantido pelo empresariado nacional, o CIEE está presente em todas as 27 unidades federativas do Brasil, atuando em 2.589 municípios. Desde sua criação, a instituição registrou a inserção de mais de 5 milhões de jovens no mercado de trabalho, incluindo 62.081 aprendizes ativos (Branco, 2023).

De acordo com Avanzi (2008), as organizações não governamentais (ONGs), assim como outras entidades empresariais, estruturam suas atividades com o intuito de desenvolver estratégias internas e externas que assegurem sua continuidade. No caso do CIEE, essa dinâmica também se aplica, uma vez que a efetivação de seus objetivos depende da colaboração das empresas. Essas organizações não apenas oferecem oportunidades de estágio e emprego para os jovens, mas também assumem a responsabilidade pela sustentabilidade financeira da instituição (Avanzi, 2008).

Em relação aos aprendizes, público-alvo do Programa, conforme o Tabela 1, temos a seguinte configuração no Brasil.

Tabela 1 - Quantidade de aprendizes ativos por Estado no Brasil (2022/2023).

Aprendizes com vínculo ativo por UF		
UF	Vínculos Ativos	%
Rondônia	3.472	0,62%
Acre	1.070	0,19%
Amazonas	10.699	1,92%
Roraima	1.479	0,27%
Pará	12.582	2,26%
Amapá	649	0,12%
Tocantins	2.422	0,44%
Maranhão	7.094	1,28%
Piauí	4.783	0,86%
Ceará	21.036	3,78%
Rio Grande do Norte	7.350	1,32%
Paraíba	7.327	1,32%
Pernambuco	17.996	3,24%
Alagoas	6.042	1,09%
Sergipe	5.486	0,99%
Bahia	28.252	5,08%
Minas Gerais	50.130	9,01%
Espírito Santo	13.016	2,34%
Rio de Janeiro	46.842	8,42%
São Paulo	144.958	26,06%
Paraná	36.466	6,56%
Santa Catarina	27.331	4,91%
Rio Grande do Sul	44.292	7,96%
Mato Grosso do Sul	8.179	1,47%
Mato Grosso	10.754	1,93%
Goiás	23.015	4,14%
Distrito Federal	13.400	2,41%
Não identificado**	53	0,01%
Total	556.175	100,00%

Legenda: Novo CAGED (jan/2023 a dez/2023) + Rais/Ministério do Trabalho e Emprego (Metodologia: foi feito o seguinte cálculo para obter a quantidade de aprendizes ativos: aprendizes ativos em 2022 (rais 2022) + saldo de aprendizes 2023 (novo CAGED) + saldo de aprendizes de 2022 (novo CAGED)). **Fonte:** Brasil (2023).

O estudo apresenta um recorte empírico, sendo São Paulo a unidade federativa selecionada, isto é, o estado onde há o maior número de aprendizes do Brasil. O desemprego entre jovens é um fenômeno nacional, que se observa de maneira mais evidente nos centros urbanos de maior referência que, historicamente, tendem a atrair a população jovem. Dito isso, tomou-se de experiência a cidade de Franca, parte por conveniência de acesso aos dados

e parte pela importância econômica deste município no estado de São Paulo, permitindo um exemplo satisfatório do que possa estar acontecendo em outras cidades do interior paulista.

A pesquisa é qualitativa e exploratória. A coleta de dados primários ocorreu por meio de questionários online aplicados junto aos sujeitos sociais do PJA, inclusive, junto aos jovens beneficiários. Como hipótese orientadora da presente investigação tem-se que o PJA implementado pelo CIEE em Franca, no estado de São Paulo, é um fator de inclusão social dos jovens de famílias de baixa renda na percepção dos sujeitos sociais envolvidos, a saber: implementadores e aprendizes.

Diante desse contexto, as questões de pesquisa que se colocam podem ser apresentadas da seguinte forma: Quais são os desafios e potencialidades na implementação do Programa Jovem Aprendiz pelo CIEE em Franca-SP??

Para responder estas e outras indagações foi realizada uma revisão da literatura sobre os principais temas: inclusão e exclusão social, mercado de trabalho e juventude; implementação do PJA; e CIEE como instituição implementadora. Na sequência, serão expostas as escolhas teórico-metodológicas para seleção, organização e análise dos dados.

A partir do levantamento bibliográfico foi possível constatar que o tema proposto é pouco explorado na produção científica, isto é, foram encontrados escassos estudos que analisassem a implementação do PJA, e nenhum sob a ótica do CIEE como instituição implementadora. Semelhante quadro sinaliza uma possível originalidade da abordagem proposta por este trabalho.

A legislação tem fornecido os contornos da implementação do Programa, contudo, é cada instituição que atua para a implementação que faz o PJA acontecer com fragilidades, limites, entraves e avanços. Outra justificativa para esta investigação de mestrado refere-se a questão do desemprego na juventude, observa-se que tal problema tem recebido a atenção de diferentes programas ao longo da história do Brasil, contudo, o PJA parece se destacar por ser um programa que visa articular formação, isto é, continuidade e ampliação dos estudos com inserção no mercado de trabalho. Entende-se que tal pesquisa também poderá contribuir para fomentar novos estudos sobre o tema, considerando tanto os avanços quanto às limitações observadas no caso estudado; e, para inspirar o desenvolvimento e aprimoramento das experiências de implementação do PJA pelo CIEE e por outras instituições implementadoras em diferentes regiões.

Desta forma, o objetivo geral desta pesquisa foi investigar como o Programa Jovem Aprendiz tem atuado para a inserção de jovens, especialmente aqueles de baixa renda, no mercado de trabalho, a partir de um estudo de caso no CIEE de Franca.

Como objetivos específicos, tem-se:

- 1) Caracterizar os implementadores e jovens aprendizes, analisando suas percepções sobre o Programa Jovem Aprendiz, o CIEE e os processos de implementação;
- 2) Averiguar a formação oferecida com base nas percepções dos participantes e implementadores do Programa Jovem Aprendiz;
- 3) Analisar, com base nas respostas dos jovens egressos do Programa Jovem Aprendiz e dos profissionais envolvidos em sua execução, em que medida o programa contribui para a inserção dos participantes no mercado formal de trabalho e sua integração na sociedade.

2 EXCLUSÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Existem diversas interpretações quanto à exclusão e inclusão social, o que leva a diferentes propostas de intervenção contra a "exclusão" e a favor da "inclusão". Os beneficiários dessas medidas são grupamentos sociais diversos, como os pobres, as pessoas vulneráveis, segregadas ou afastadas do convívio social. Esse tema tem sido amplamente debatido tanto no meio acadêmico quanto nos espaços responsáveis pela formulação das políticas públicas.

A presente dissertação não pretende abranger todos os diferentes aspectos do tema, tanto a nível nacional como internacional. Seu único objetivo é fornecer um contexto histórico em que essas noções foram desenvolvidas, em seguida, destacar alguns aspectos específicos das trajetórias juvenis que estão inseridas nos processos de exclusão contemporâneos, bem como indicar certas repercussões nas políticas públicas brasileiras voltadas à temática do mercado de trabalho para os jovens.

O surgimento da "nova questão social" no mundo global é frequentemente atribuído ao texto de René Lenoir intitulado "Os Excluídos (*Les Exclus. Un français sur 10*)", publicado em 1974, que popularizou o termo "exclusão" (Lenoir, 1974). Na época, este panfleto contra a desigualdade social na França destacava as diferentes formas de pobreza e os obstáculos coletivos enfrentados pelos excluídos para reivindicar uma parcela justa dos benefícios econômicos gerados pelo crescimento. Sendo assim, é preciso sublinhar que a categoria "exclusão" evoca a implantação de políticas públicas (Abramo, 2014).

Segundo Castel (2004), a exclusão social pode ser vista como um estado de manipulação difusa que suscita estratégias de inclusão através de assistência social e políticas compensatórias e reparadoras destinadas principalmente a controlar os fatores que levam à desconexão social. Além disso, este autor afirma que a desfiliação representa uma ruptura no pertencimento e nos laços sociais, onde a trajetória do indivíduo desconectado é marcada por diversas rupturas em relação aos estados anteriores de equilíbrio, mais ou menos prejudiciais, resultando em instabilidade. Ainda, segundo Castel (2000), muitas situações consideradas como exclusão são causadas pela deterioração das condições do trabalho e pelos sistemas sociais inadequados relacionados ao emprego. Isso reflete um amplo processo capitalista globalizado onde cada vez mais se prescinde da força humana, enquanto os processos produtivos são segmentalizados.

Sublinha-se ainda que a categoria de exclusão social evoca políticas públicas responsivas urgentes à inclusão societária. Com tais preocupações, no final da década de

1970, a comunidade econômica europeia introduz categorias junto aos seus documentos regulando novos estatutos e tipos de laboralidade como forma de tentar amenizar os problemas presentes naquele contexto social (Lavinias, 2003). De acordo com Lavinias (2003), ser “marginalizado” das relações sociais pode ocasionar restrições ou impedimentos em relação a outras oportunidades. Assim, a falta de determinadas capacidades pode ser ocasionada pela exclusão social e também fazer parte da privação dessas mesmas habilidades (Rosanvallon, 1995 *apud* Sen, 2000).

Marx (2006) argumenta que o trabalho juvenil não é uma invenção do capitalismo ou da revolução industrial, mas sim uma prática que remonta a diferentes modos de produção ao longo da história. Antes do surgimento do capitalismo, o trabalho juvenil estava presente em sociedades onde as atividades produtivas eram organizadas de acordo com as capacidades e limitações de diferentes grupos etários como jovens, adultos, idosos e crianças. Essa organização era influenciada pelas relações sociais familiares e comunitárias, bem como pela divisão social e sexual do trabalho. No entanto, com o avanço da industrialização sob o capitalismo, o trabalho juvenil adquiriu uma conotação diferente. Passou a ser caracterizado por jornadas exaustivas e atividades repetitivas, que visavam principalmente à geração de mais-valia para os capitalistas. Os jovens eram frequentemente explorados como mão de obra barata, submetidos a condições de trabalho desumanas e privados de educação e desenvolvimento adequados. Portanto, foi com o advento da industrialização e do sistema capitalista que o trabalho juvenil assumiu uma forma mais explícita de exploração e alienação, tornando-se uma questão central nas críticas de Marx ao modo de produção capitalista.

Em que pese Marx ter desenvolvido uma análise densa e profunda sobre a natureza do trabalho sob o regime do capital, é importante reconhecer que os autores discutidos nas demais seções, abordam a questão a partir de uma perspectiva analítica distinta. Enquanto Marx se concentra nos fundamentos estruturais do trabalho como categoria central da reprodução social e da acumulação capitalista, esses autores adotam uma abordagem pragmática e factual. Sua preocupação principal reside em entender o trabalho como uma necessidade prática e material, significativo para a sobrevivência da maioria da população. Nesse sentido, eles investigam o trabalho em contextos específicos, considerando a eficácia de políticas públicas e as condições concretas de implementação.

O argumento desses autores está ancorado na urgência de analisar e aprimorar as políticas públicas relacionadas ao trabalho, reconhecendo que sem emprego, grande parte da população enfrentaria severas dificuldades de subsistência. Essa abordagem os leva a priorizar

a análise da efetividade das ações governamentais e da alocação de recursos, visando assegurar que os benefícios alcancem os destinatários de maneira eficiente. Assim, embora as dimensões analíticas de Marx e dos autores atuais conversem indiretamente, elas se voltam para aspectos distintos do fenômeno: Marx investiga os fundamentos do sistema capitalista em sua totalidade, enquanto os autores contemporâneos buscam respostas práticas para os desafios impostos pela gestão de políticas públicas em cenários econômicos concretos.

Castro, Aquino e Andrade (2009), ressaltam que o trabalho na juventude, quando bem orientado, não prejudica o desempenho acadêmico dos jovens, ao contrário, pode até ser um complemento à formação escolar. Segundo esses autores, o PJA permite que os jovens adquiram experiências práticas que muitas vezes não são proporcionadas pelo ensino regular, o que pode ser uma vantagem competitiva no mercado de trabalho. Os autores destacam que, nos últimos anos, a juventude tem sido alvo de várias políticas públicas voltadas para a proteção social e inserção profissional. Esses autores argumentam que políticas bem estruturadas, como o Programa Jovem Aprendiz, têm o potencial de oferecer aos jovens uma inserção produtiva no mercado de trabalho, promovendo o desenvolvimento integral e a igualdade de oportunidades. Para esses autores, programas como o PJA ajudam a reduzir as desigualdades sociais ao garantir que jovens de diferentes origens tenham acesso a oportunidades de trabalho formal e protegido.

Costa (2019), argumenta que o trabalho na juventude, em programas de aprendizagem, contribui para a formação ética e moral dos jovens. Ele afirma que, ao se inserir em ambientes profissionais, os jovens têm a oportunidade de aprender sobre responsabilidades e condutas éticas.

Por outro lado, há uma corrente de autores contemporâneos que vê o trabalho na juventude com certa cautela, apontando para os riscos e desafios que essa prática pode trazer. Silva; Vaz (2020), argumentam que a inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho pode agravar as vulnerabilidades de um grupo já marginalizado, como os jovens da geração "nem-nem" (que nem estudam nem trabalham). Segundo eles, a pandemia da Covid-19 intensificou ainda mais esses desafios, e políticas públicas voltadas para o trabalho juvenil podem não ser suficientes para reverter a exclusão social enfrentada por esses jovens.

Matsuzaki (2011), também expressa preocupação com a complexidade do problema do desemprego juvenil. Ele aponta que a escolarização desigual e as dinâmicas socioeconômicas tornam a inserção dos jovens no mercado de trabalho um desafio, muitas vezes levando a situações de precariedade. De acordo com o autor, o trabalho juvenil, se mal-conduzido, pode perpetuar as desigualdades ao invés de resolvê-las, deixando muitos jovens em posições de

vulnerabilidade.

A presente dissertação adota uma perspectiva pragmática, centrada na avaliação empírica de políticas públicas e na sua efetividade diante dos desafios socioeconômicos contemporâneos. Enquanto as análises de Marx oferecem bases para compreender a exploração do trabalho no capitalismo, abordagens contemporâneas priorizam soluções práticas para inclusão social e desenvolvimento profissional, mas também apontam desafios, como a precarização do trabalho juvenil. Assim, a investigação analisa os reflexos do PJA na mitigação de vulnerabilidades sociais e na inclusão produtiva dos jovens no mercado de trabalho.

Tanto no Brasil, quanto na América Latina em geral, o padrão excludente é notório como fator constituinte de todas as fases da formação histórica. Neste sentido, novas contradições, geradas por processos de flexibilidade e de globalização dos mercados, juntaram-se a dívidas históricas que produziram desigualdades sociais e disparidades regionais. Além disso, durante a década de 1990, esses territórios também foram impactados pelas determinações do chamado Consenso de Washington, que defendia a redução do papel do Estado na economia como uma imposição para a negociação da dívida externa. Os movimentos nacionalistas referiram-se a esta política como "neoliberal", defendendo que a operação econômica deveria ser entregue às leis estabelecidas pelos mercados, uma vez que a presença do Estado inibia os sectores privados, ao mesmo tempo que dificultava o desenvolvimento (Abramo, 2014).

Na América Latina, os chamados “ajustes estruturais” justificaram políticas que resultaram na perda de estabilidade e de direitos sociais para diversas categorias de trabalhadores. Foi nesta conjuntura que o conceito de “exclusão” se generalizou e alimentou um debate polarizado entre políticas estruturais e compensatórias (centradas em necessidades urgentes). No entanto, para além das diferentes posições assumidas pelos participantes neste debate, a utilização/contestação da categoria “exclusão” provocou uma modificação na forma como entendemos as questões sociais nos países periféricos, normalmente vistas apenas através da perspectiva da pobreza. Segundo Lavinas (2003), discorrer sobre exclusão social significa ter em conta mais do que apenas as necessidades básicas ou os défices de rendimento utilizados para informar os debates em torno da pobreza. Significa ampliar a compreensão sobre inclusão que passa a envolver conceitos como equidade, emancipação e pertencimento.

Nesta perspectiva, o efeito da pobreza não é visto como algo automático e singular, mas antes condicionado por fatores relacionais. Não é um processo individual, apesar de afetar as pessoas, pelo contrário, é uma lógica que existe em diversas relações econômicas,

sociais, culturais e políticas nos diferentes territórios.

No contexto brasileiro, o trabalho tem sido historicamente associado à definição da cidadania e ao acesso a políticas sociais. A posse de um emprego formal, com registro em carteira, tem sido tradicionalmente associada ao reconhecimento social e à garantia de direitos (Ambrosio, 2016). Indivíduos sem vínculo empregatício formal frequentemente enfrentam estigmatização, sendo rotulados pejorativamente e relegados ao assistencialismo estatal, o que os posiciona à margem da cidadania plena (Bezerra, 2015).

Norbert Elias, em sua obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*, explora as dinâmicas de pertencimento e exclusão dentro de comunidades. Embora seu estudo não seja específico sobre o Brasil, suas análises sobre as relações de poder entre grupos estabelecidos e outsiders oferecem uma lente para compreender como, em diversas sociedades, o pertencimento social está intrinsecamente ligado a critérios como ocupação e status econômico (Elias; Scotson, 2000, p. 16-20). No caso brasileiro, o trabalho formal atua como um marcador social que distingue cidadãos plenos daqueles considerados marginalizados (Medeiros, 2007).

Essa lógica reflete-se nas políticas públicas, onde o acesso a benefícios sociais e direitos civis frequentemente depende da inserção no mercado de trabalho formal. Consequentemente, aqueles que operam na informalidade ou estão desempregados enfrentam barreiras para exercer sua cidadania. Essa dinâmica perpetua ciclos de exclusão social, nos quais a ausência de emprego formal não apenas limita o acesso a direitos, mas também reforça estigmas sociais que dificultam a mobilidade social e a integração plena desses indivíduos na sociedade (Silva, 2012).

Portanto, compreender a função do trabalho na definição da cidadania no Brasil faz-se central para abordar as questões de exclusão social. As análises de Elias sobre pertencimento e exclusão fornecem um arcabouço teórico útil para examinar como as estruturas sociais e as políticas públicas podem, intencionalmente ou não, reforçar divisões sociais baseadas no status ocupacional (Elias; Scotson, 2000, p. 23-25).

As situações de exclusão podem ser vistas como parte de um processo caracterizado por três dimensões: a dimensão econômica, que se refere à distribuição injusta de recursos e ao acesso desigual, abrangendo inúmeras situações que requerem diversas intervenções e capacidades para criar condições de atendimento à população precisa; a dimensão sociopolítica, que diz respeito à falta de acessibilidade na representação pública, à intolerância social, à ausência de equidade e à presença de preconceitos que resultam em discriminação e segregação socioespacial; e, por fim, há também o eixo subjetivo-cultural: trajetórias pessoais onde são vivenciados sentimentos como “separação”, não pertencimento ou ser diferente dos

outros que levam ao abandono ou à expulsão (Castro; Aquino; Andrade, 2009).

Na década de 1980, com os efeitos duradouros da crise do petróleo e as mudanças nos processos produtivos devido às inovações tecnológicas, surgiu uma distorção entre os níveis de oferta e procura de trabalho. Os programas de formação inicial e as tentativas de flexibilização das leis laborais criadas para resolver este problema não conseguiram evitar o aumento do desemprego. As variáveis econômicas tornaram-se explicações centrais para o desemprego ou formas atípicas de emprego que impactaram negativamente os salários. Assim, a nova pobreza representa indivíduos cuja participação na vida econômica é caracterizada por ser temporalmente aleatória (Zioni, 2006).

A maioria dos especialistas considera que o fenômeno da exclusão é complexo e dinâmico, influenciado por relações de poder desiguais presentes em quatro dimensões: econômica, política, social e cultural. Essas interações ocorrem em diversos níveis: individuais, familiares, grupos sociais, países ou regiões globais. Em síntese, os processos relacionados à exclusão são multidimensionais, pois envolvem tanto restrições ao acesso a bens e serviços, quanto à marginalização de segmentos socioeconômicos no desenvolvimento geral das sociedades (Lotta, 2019).

No contexto brasileiro, a exclusão social suscita diversas discussões. A utilização de critérios econômicos implica que cerca de 30% a 40% da população estaria desligada da sociedade nacional. O mesmo raciocínio poderia aplicar-se aos mecanismos de proteção social e aos direitos de cidadania. Por meio de debates em torno das diferentes abordagens desenvolvidas em relação à exclusão social, se observa que este conceito tem sido muito útil na sensibilização para o problema da desigualdade social, expandindo a atenção do público para a pobreza para além dos círculos acadêmicos, ao mesmo tempo que ajuda os esforços para formulação e implementação de políticas públicas. No entanto, a compreensão desta questão requer maiores cuidados teóricos como os proporcionados pelas visões críticas sobre o capitalismo (Zioni, 2006).

O Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2019, do Banco Mundial, intitulado "*The Changing Nature of Work*", examina as transformações significativas no mercado de trabalho global e suas implicações para a inclusão social. O Relatório destaca as mudanças profundas no mercado de trabalho devido à automação, tecnologias digitais e globalização. Essas transformações estão alterando não apenas o tipo de trabalho disponível, mas também as habilidades necessárias para ser economicamente ativo. Com a rápida evolução tecnológica, surgem preocupações sobre a polarização do mercado de trabalho, onde alguns grupos podem ser abandonados devido à falta de habilidades adequadas ou acesso limitado às oportunidades

econômicas emergentes (The World Bank, 2019).

O Relatório enfatiza a importância de políticas públicas que promovam a inclusão social, garantindo que todos os indivíduos tenham acesso equitativo à educação, treinamento e oportunidades de emprego. Isso inclui medidas para capacitar grupos marginalizados, como mulheres, jovens e trabalhadores informais. Um foco determinante do relatório é o papel da educação e do treinamento na preparação da força de trabalho para os desafios futuros. Isso envolve não apenas a formação em habilidades técnicas, mas também o desenvolvimento de habilidades sociais e adaptativas necessárias para se manterem relevantes em um mercado de trabalho dinâmico. O Banco Mundial argumenta que abordagens holísticas são necessárias para promover a inclusão social eficazmente. Isso inclui políticas que não apenas criem empregos, mas também melhorem as condições de trabalho, promovam a proteção social e combatam a discriminação no local de trabalho (The World Bank, 2019).

2.1 A Juventude e Dinâmicas Sociais de Exclusão e Inclusão

O final do século XX trouxe uma “nova questão social” para os países centrais, o que levou a novas combinações de crises e contradições nas nações periféricas, a exemplo do Brasil. Houve um esgotamento dos modelos de desenvolvimento na década de 1980, juntamente com os desafios de transição política que agravaram a crise da dívida externa. Surgiram projetos de reforma econômica que apelavam à redução do Estado, dando prioridade à estabilidade fiscal juntamente com cortes nas despesas, o que dificultou as iniciativas de democratização após anos de regimes autoritários. A reestruturação da economia nacional levou a implementação de políticas públicas destinadas a equilibrar os orçamentos e, ao mesmo tempo, ajudar os indivíduos empobrecidos através de programas alimentares ou de vagas temporárias de emprego, também conhecidas como estratégias focalizadas direcionadas (Abramo, 2014).

Ainda neste período se destacaram as realidades vivenciadas pelos jovens moradores das periferias e cidades de médio e grande porte, uma vez que estes eram, frequentemente, os mais afetados pelos processos de exclusão, de acordo com as estatísticas do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2009). A compreensão dos processos de exclusão e dinâmicas de inclusão social das juventudes envolve uma análise variada que incorpora fatores sociais, econômicos, culturais e políticos. No Quadro 1, estão alguns aspectos relevantes a serem considerados ao abordar esse tema.

Quadro 1 - Processos de exclusão e dinâmicas de inclusão social das juventudes

	Exclusão	Inclusão
Educação	Barreiras de acesso à educação de qualidade, evasão escolar, falta de recursos e discriminação podem excluir jovens do sistema educacional.	Iniciativas que promovem igualdade de acesso, programas de bolsas, educação inclusiva e abordagens pedagógicas sensíveis à diversidade podem contribuir para a inclusão social.
Mercado de trabalho	Desemprego, subemprego, discriminação no local de trabalho e falta de oportunidades de capacitação podem excluir os jovens economicamente.	Políticas que promovem empregabilidade, programas de treinamento profissional, oportunidades de estágio e medidas para combater a discriminação no trabalho podem promover a inclusão.
Saúde mental:	Estigmatização, falta de acesso a serviços de saúde mental, pressões sociais e discriminação podem excluir jovens que enfrentam desafios de saúde mental.	Campanhas de conscientização, serviços acessíveis de saúde mental, apoio emocional nas escolas e redução do estigma em relação às questões de saúde mental contribuem para a inclusão.
Participação cívica e política	Restrições ao envolvimento político, desinteresse cívico, marginalização de grupos específicos e falta de representatividade podem excluir jovens do processo democrático.	Incentivo à participação cívica, educação política, criação de espaços inclusivos para a expressão de opiniões juvenis e representação equitativa podem promover a inclusão social.
Cultura e identidade	Discriminação cultural, xenofobia, marginalização de minorias étnicas e falta de reconhecimento das identidades diversas podem excluir certos grupos de jovens.	Promoção da diversidade cultural, respeito às identidades individuais, políticas antidiscriminatórias e valorização das expressões culturais diversas contribuem para a inclusão.
Tecnologia e acesso à informação	A falta de acesso à tecnologia e à informação pode excluir jovens de oportunidades educacionais e econômicas.	Iniciativas que proporcionam acesso igualitário à tecnologia, programas de alfabetização digital e inclusão digital são essenciais para promover a inclusão.

Fonte: Elaborada pela autora (2024) a partir dos trabalhos de Dias (2021) e Jantsch (2020).

O ano de 1985, foi declarado como o Ano da Juventude pelas Nações Unidas, o que pode ser considerado um marco temporal para estabelecer um novo lugar para a juventude nas agendas públicas de cooperação internacional e nas políticas governamentais. Desde então, podem ser observadas várias repercussões nas trajetórias dos jovens das camadas mais baixas, seja no espaço urbano, seja no rural. Com o aprofundamento da globalização dos mercados, a produção se desterritorializa e as relações de trabalho se flexibilizam. Educação, trabalho e violência são temas fundamentais quando se discute o problema da exclusão enfrentadas pelas gerações mais jovens (Abramo, 2014).

A partir da reestruturação produtiva, o debate sobre o perfil necessário de trabalhador ganhou força, tanto no campo educacional quanto nas políticas públicas e no discurso empresarial. O foco passou a ser a adequação da formação profissional às novas demandas do mercado de trabalho. Ramos (2001), aponta que a empregabilidade e o desenvolvimento de

novas competências se tornaram centrais nas políticas públicas de qualificação profissional. Por outro lado, Oliveira (2005), observa que o setor empresarial passou a cobrar reformas no sistema educacional, uma vez que a formação deficiente dos trabalhadores impactava negativamente na competitividade das indústrias, elevando os custos de produção.

No entanto, como Gentili (1999) ressalta, a promessa de que a educação resolveria o desemprego, especialmente o juvenil, mostrou-se limitada diante da complexidade das mudanças no mercado de trabalho. As políticas públicas de qualificação profissional, como Planfor, PNQ e PRONATEC, tentaram responder a esse desafio, mas os jovens beneficiados por esses programas, em sua maioria de camadas populares e em situações precárias de trabalho, enfrentam grandes dificuldades de inserção em empregos estáveis. Leão; Nonato (2016), destacam que as desigualdades sociais têm um papel determinante nas trajetórias desses jovens, limitando suas oportunidades e expectativas futuras.

Sodré e Rabassa (2011), enfatizam as dificuldades na implementação de políticas públicas eficazes para o trabalho juvenil. Eles argumentam que a falta de mobilização social e a ausência de atitude política consistente dificultam a criação de políticas que possam, de fato, assegurar os direitos sociais dos jovens trabalhadores. Nesse sentido, essas políticas acabam se tornando soluções paliativas, sem conseguir lidar de forma efetiva com as raízes da exclusão social.

Novaes (2012) indagou: o que significa ser jovem no Brasil quando a expectativa de vida aumenta e o medo da violência e da morte prematura se espalha? Tal pergunta não fazia parte da imaginação das gerações anteriores. Ser jovem, segundo o autor, costumava significar força física, distância da morte, liberdade das responsabilidades familiares e inclinação para a aventura e o risco. Contudo, na atualidade, a mortalidade da juventude ocupa as narrativas de muitos jovens e também de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

A aprendizagem profissional, como política pública, visa incluir adolescentes e jovens no mercado de trabalho. A efetividade de programas como o Jovem Aprendiz depende da articulação entre agentes, com responsabilidades definidas e ações coordenadas, promovendo cidadania ao integrar qualificação educacional, formação profissional e experiência prática (Brasil, 2015, p. 22).

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome (Brasil, 2015, p. 3), a aprendizagem trata-se de uma estratégia importante para a transição entre escola e trabalho, pois combina a contratação formal do jovem com sua permanência na escola e qualificação teórica e prática. O aspecto educativo prevalece sobre a produtividade nesse processo.

Com o objetivo de ampliar as contratações de adolescentes e jovens aprendizes em situação de vulnerabilidade social e risco, faz-se necessária a mobilização desse público e a sensibilização das empresas contratantes de forma articulada entre a Assistência Social e a Auditoria Fiscal do Trabalho. A Política de Assistência Social contribui para a formulação e a execução de estratégias de sensibilização e mobilização dos adolescentes e jovens atendidos por seus serviços e programas, priorizando: •Beneficiários do Programa Bolsa Família; •Adolescentes em medidas socioeducativa; • Jovens em situação de acolhimento institucional; •Egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); •Beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC); e •Pessoas com deficiência. Essa estratégia de mobilização objetiva não apenas prevenir que as situações de risco e vulnerabilidade social se agravem, mas também contribui para que sejam superadas (Brasil, 2015, p. 13).

As ideias de inclusão e exclusão ajudam a pensar o PJA, com foco na promoção da igualdade de oportunidades e no combate à marginalização social. No entanto, é preciso compreender que o Programa não pode ser entendido como uma panaceia para tais problemas, mas consiste, segundo a literatura especializada, apresenta-se como uma ferramenta útil para fomentar oportunidades aos jovens.

2.2 A geração nem-nem: jovens que nem trabalham, nem estudam

A dissociação entre educação e trabalho tem sido um problema persistente. Como apontado nas teorias anteriormente abordadas, durante o processo industrial brasileiro, a preocupação com os jovens se restringia apenas a sua formação acadêmica para suprir as demandas da qualificação laboral exigida pelo mercado. Entretanto, poucos indivíduos conseguiam acesso ao sistema educacional que demonstra relevância para adentrar no mercado de trabalho. Devido aos anos limitados frequentando a educação formal, a grande maioria dos jovens na sociedade brasileira tem sido inserida de forma precária nos dois polos trabalhistas (informal ou formal).

A juventude geralmente apresenta-se como uma etapa do ciclo de vida caracterizada pela busca de objetivos pessoais, independência financeira e inserção social. A falta de oportunidades profissionais para jovens de baixa renda pode trazer consequências, como maior vulnerabilidade à pobreza. No contexto brasileiro, os jovens frequentemente enfrentam estigmatizações relacionadas ao desinteresse, que podem estar associados a um ambiente competitivo e às barreiras de acesso à educação, comprometendo suas chances de inserção no mercado de trabalho.

O problema social que consiste na falta de emprego tem afetado todo o país. O desemprego pode ser resultado da incapacidade econômica de um país em gerar oportunidades produtivas para todos os que buscam trabalho. Segundo Matsuzaki (2011), ao

analisar o desemprego juvenil é importante considerar que diversas variáveis interagem no mercado de trabalho para este grupo. Dentre as variáveis mais relevantes estão os aspectos demográficos, econômicos, sociais, institucionais e políticos que podem resultar em mudanças na taxa de empregabilidade dos jovens. Ainda segundo este autor, fatores como a escolarização diferenciada entre regiões do país (como Sul versus Norte), bem como dinâmicas socioeconômicas nas quais esses indivíduos são inseridos são alguns elementos relevantes no contexto laboral brasileiro.

Além disso, parece haver uma maior sensibilidade desses indivíduos às crises recessivas do mercado devido ao acúmulo menor ou inexistente de experiências laborais. Esse cenário tem sido marcado pela emergência de um grupo social denominado de “nem-nem”, ou seja, uma denominação genérica presente na literatura acadêmica sobre pessoas sem formação educacional/trabalhista, mas também ausente do mercado profissional, composto apenas deste público-alvo específico (Ciriaco *et al.*, 2022).

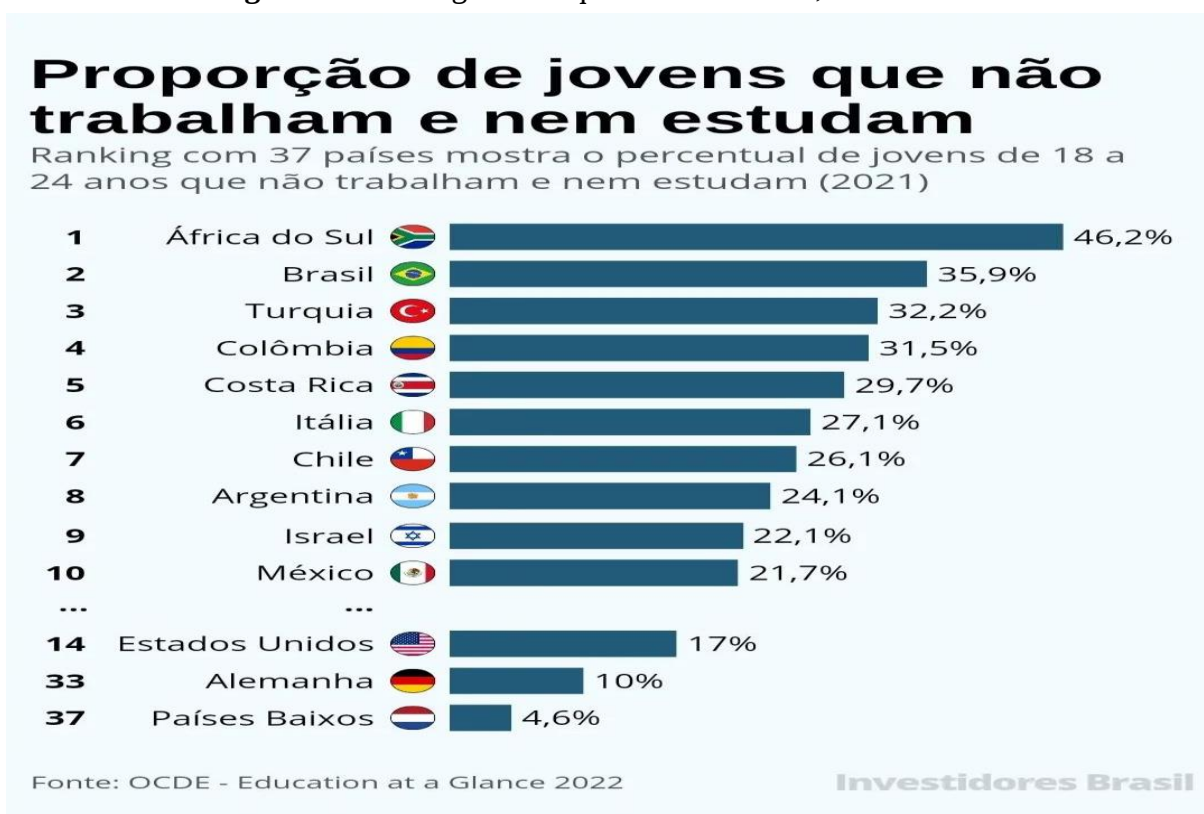
O desemprego juvenil pode ser compreendido como uma consequência estrutural de uma sociedade capitalista, na qual a força de trabalho é tratada como mercadorias. Essa condição reflete um destino de classe e requer análise crítica de suas causas, visto que diferentes oportunidades objetivas geram sistemas distintos de comportamentos, percepções e atitudes no relacionamento ao indivíduo e à sociedade. A fragmentação social intensifica desigualdades de oportunidades, promovendo distinções nas experiências juvenis conforme a posição social, como mostrado por Dias, Bulgacov e Camargo (2007).

Um inquérito realizado em 2022 da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) acordou o grupo de jovens denominados “nem-nem”, referente à sigla inglesa NEET (*not in education, Employment or Training*), que descreve aqueles fora do sistema educacional e do mercado de trabalho. Entretanto, o termo é criticado por diversos estudiosos, pois pode sugerir a culpabilização dos jovens pela própria condição, desconsiderando fatores estruturais e contextuais que são considerados para essa situação. Seria mais condizente utilizar o termo “sem-sem”, enfatizando que estes jovens não têm acesso à escolaridade e às oportunidades de emprego devido a vários fatores, incluindo a falta de oportunidades e de políticas públicas (Caldeira, 2024).

A origem da expressão “nem-nem” no Brasil é incerta, mas seu uso parece descrever a condição de uma geração marcada por frustrações e dificuldades de acesso aos recursos essenciais para o desenvolvimento pessoal e profissional. O Brasil ocupa a segunda posição entre 37 países com maior proporção de jovens que não estudam nem trabalham, conhecidos como “nem-nem”. A pesquisa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) indica

que 35,9% dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos estão nessa situação. Fatores como baixa qualificação, informalidade no mercado de trabalho e desigualdade social contribuem para esse cenário (Souza, 2024). O estudo aponta que a pandemia agravou o problema, com uma queda na escolaridade e aumento no desemprego juvenil. As disparidades regionais e de gênero também foram destacadas, com maior influência sobre mulheres e jovens em regiões mais pobres.

Figura 1 - Ranking Jovens que nem trabalham, nem estudam



Fonte: OCDE - Education at a glance (2022).

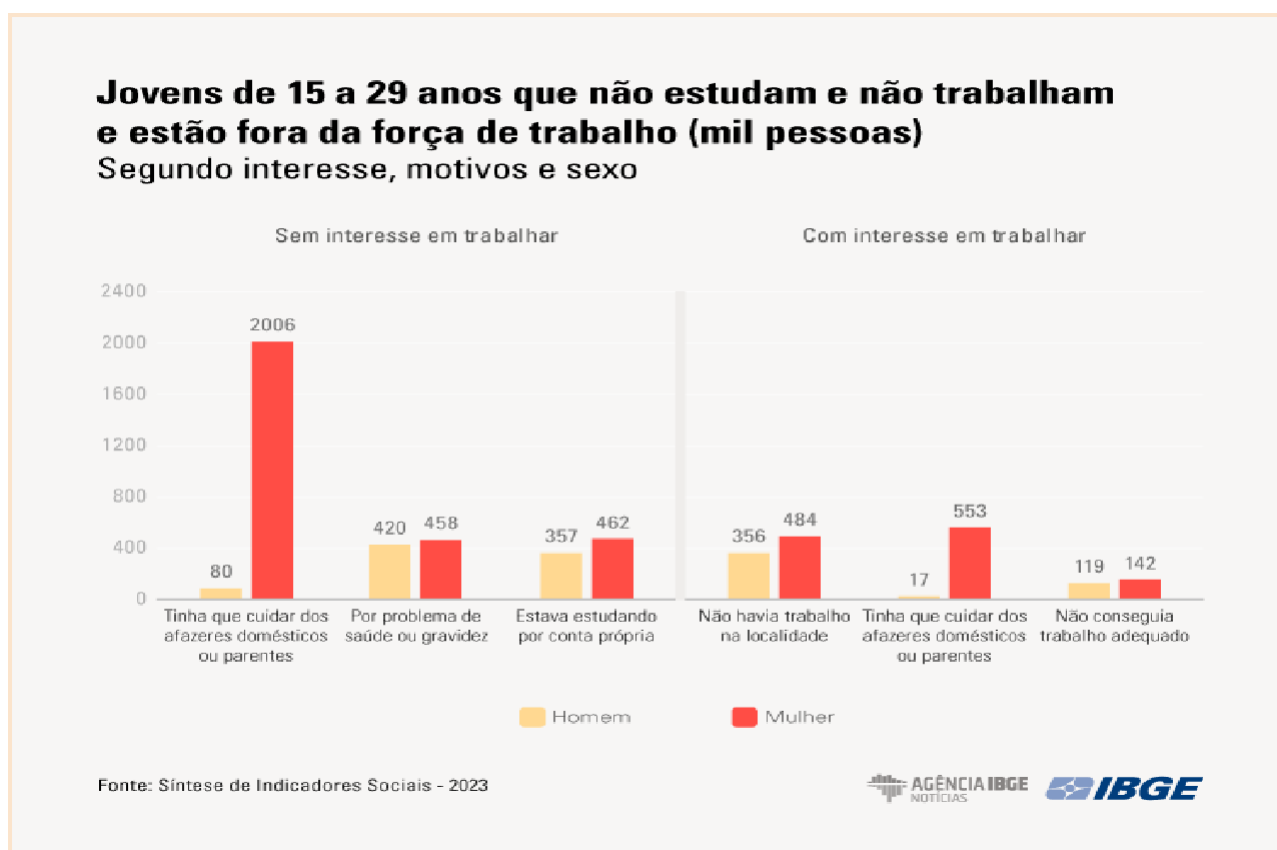
Segundo os dados do Censo Demográfico de 2010 no Brasil, aproximadamente 8,8 milhões de indivíduos entre 15 e 29 anos não trabalhavam, nem estudavam, nem procuravam emprego, número superior a toda a população pernambucana da época (que era em torno de 8,7 milhões). Se, por um lado, o Brasil vivencia um bônus demográfico, ou seja, sua população economicamente produtiva supera as pessoas não produtivas, como crianças e cidadãos idosos, por outro, o crescimento econômico esperado tem sido dificultado pelo aumento do grupo "nem-nem" (Ciriaco *et al.*, 2022).

No último Censo Demográfico do país, em 2022, cerca de 10,9 milhões de jovens não estudavam nem tinham emprego, representando 22,3% dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos. Nesse grupo, as mulheres negras ou pardas

representavam o maior número, 4,7 milhões (43,3%), enquanto as mulheres brancas representavam menos da metade desse valor, com apenas 2,2 milhões (20%). Os homens negros ou mestiços representaram 24%, totalizando aproximadamente 2,7 milhões, enquanto 1,2 milhões de homens brancos equivaliam a pouco mais de 11%. O indicador abrangeu tanto os jovens que não estudavam e estavam desempregados, mas que buscavam ativamente emprego e estavam disponíveis para trabalhar, quanto aqueles que não trabalhavam nem procuravam emprego.

De acordo com o IBGE (2022), essa métrica é mais severa quando se trata da vulnerabilidade juvenil do que simplesmente observar sua taxa de desemprego. Tal métrica inclui jovens que ainda não têm experiência de trabalho ou nenhuma qualificação profissional. A Figura 2 exemplifica esses dados.

Figura 2 - Jovens de 15 a 29 anos que nem estudam nem trabalham (IBGE-2022)



Fonte: IBGE (2023).

Dos 10,9 milhões de jovens que não estavam estudando nem ocupados, constatou-se que 61,2% viviam em situação de pobreza, ou seja, possuíam renda domiciliar per capita inferior a US\$6,85 por dia. Enquanto outros 14,8% foram classificados como extremamente pobres (com receita diária abaixo dos US\$2,15 prescritos pelo Banco Mundial).

Especificamente na região Nordeste do Brasil, observou-se um índice ainda maior: dentre os indivíduos nessa condição socioeconômica incluía-se uma parcela correspondente à proporção significativa de 75,5%, que viviam em situação de pobreza; e 23%, aproximadamente representaram aqueles identificáveis pela expressão "extrema pobreza" (IBGE, 2023a).

Destaca-se a situação dos jovens negros. As mulheres pretas ou pardas representavam quase metade (47,8%) da população jovem em condição de pobreza e 44,7 % na extrema pobreza, enquanto os homens pretos ou pardos correspondiam a 33,3% na pobreza e 26,6% viviam extremamente pobres.

Entre os homens pretos ou pardos, 20,2% eram extremamente pobres e 66,8% eram pobres. Mulheres pardas eram 15,3% extremamente pobres e 67,7%, eram pobres. Vale ressaltar que representavam quase metade dos jovens economicamente desfavorecidos (fora da educação e do emprego) a uma taxa de 43,3%; isso equivale a aproximadamente 4,7 milhões de indivíduos no total. De acordo com o grau de escolaridade, dentre os jovens que não estudam nem trabalham e possuem somente até o ensino fundamental incompleto, 23% viviam em extrema pobreza e 77,1% eram pobres. Já aqueles que concluíram o ensino fundamental ou cursaram parte do médio apresentaram taxas menores: 19,1% estavam em situação de extrema pobreza, enquanto 72,5% eram pobres (IBGE, 2023a).

É importante compreender os determinantes da condição de nem-nem, como são afetados, e por quais níveis de interação. Em geral, observou-se que o local onde o jovem vive é determinante para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo; contextos sociais inadequados, com baixos níveis de dinamismo econômico e elevada vulnerabilidade levam à inatividade laboral e educacional entre os jovens. Portanto, a criação de políticas públicas que incentivem o envolvimento dos jovens tanto nos sistemas educativos como nos mercados de trabalho torna-se fundamental para auxiliar na resolução de tais problemas. Além disso, outros fatores familiares podem influenciar as decisões dos indivíduos, o que exige uma ação mais integrada por parte de redes locais de segurança de assistência social e de redes de mediação de emprego (Ciriaco *et al.*, 2022).

Em seu estudo sobre as trajetórias da juventude brasileira, Guimarães *et al.* (2016) demonstraram que a transição da escola para o trabalho não pode ser considerada um processo linear. Os autores revelaram que transitar entre emprego, desemprego e inatividade é uma ocorrência comum para estes jovens. Portanto, pesquisas longitudinais são importantes para avançar na compreensão dos movimentos realizados por esse grupo.

A condição dos jovens nem-nem não é definitiva em suas vidas. Durante sua jornada educacional e profissional, eles experimentaram diversas situações que variam desde trabalhar

integralmente até conciliar trabalho com estudo, somente estudar ou enfrentar um período sem emprego ou educação formal (Silva; Vaz, 2020). Ainda segundo estes autores, considerando as elevadas vulnerabilidades dos jovens nem-nem, agravadas pela pandemia de Covid-19, é preciso implementar uma estratégia de política pública capaz de enfrentar dois desafios principais: I) o desligamento a longo prazo dos jovens sem educação e emprego, o que pode levar à falta de motivação e ao desespero, com consequências negativas na sua vida profissional futura; II) a elevada percentagem de jovens nem-nem já privados de direitos, tanto no mercado de trabalho como nas oportunidades educativas.

Simultaneamente, observa-se uma mudança nos valores das gerações mais recentes, que se tornaram mais conscientes da importância de um equilíbrio saudável entre a vida pessoal e profissional. Essa busca por qualidade de vida pode influenciar as escolhas e expectativas dos jovens nem-nem, que muitas vezes questionam os modelos tradicionais de trabalho e priorizam oportunidades que alinhem desenvolvimento pessoal e bem-estar. Nesse contexto, o CIEE destaca os conflitos entre gerações no mercado de trabalho, que refletem transformações nas prioridades e nas perspectivas dos jovens:

Muito se fala sobre Geração Z no Mundo do Trabalho. Há quem aponte percepções de que são inflexíveis, impacientes para aprender, desleixados com dress code e até mesmo preguiçosos. Em contrapartida há quem diga que estão tendo que lidar com um mercado hostil e que tira proveito deles. No entanto, existe um aspecto importante que não podemos ignorar: a preocupação dessa geração com a saúde mental, *burnout* e a priorização do bem-estar psicológico. Os "gen z" cresceram em um cenário de rápidas mudanças, alta exposição à tecnologia e pressões sociais intensas. Isso os torna naturalmente mais inclinados a valorizar o equilíbrio entre vida pessoal e profissional e a cuidar de sua saúde psicológica; além de ser uma geração menos propensa a se submeter a regimes abusivos de trabalho. É importante reconhecer que as gerações anteriores muitas vezes se dedicavam intensamente ao trabalho, em detrimento de outros aspectos de suas vidas, como saúde, relacionamentos e bem-estar emocional. Essa mentalidade de dedicação total à vida profissional pode ser atribuída a diversos fatores, incluindo pressões econômicas, expectativas sociais e culturais, bem como a falta de tecnologias que facilitassem a comunicação e a flexibilidade no trabalho (CIEE, 2023b, online).

Esses valores parecem estar se tornando fundamentais para evitar o esgotamento profissional e promover uma vida equilibrada e satisfatória (Freitas; Menezes, 2019). Cada geração traz consigo seu próprio conjunto de modelos mentais, comportamentos e características individuais, influenciados pelas épocas em que nasceram e pelas experiências que viveram. Essas diferenças frequentemente resultam em conflitos cotidianos nas organizações. No entanto, quando o motivo desses conflitos é construtivo e alinhado com os objetivos da empresa, cabe ao gestor analisar a situação com cuidado e transformá-la em uma oportunidade de crescimento e mudança positiva (Perret; Costa, 2018).

2.3 Desafios para a inclusão juvenil por meio de programas e políticas públicas específicas

Sabe-se que a política pública se dedica a soluções de problemas enfrentados pela sociedade. Para resolver estes problemas é realizada uma distribuição das responsabilidades entre municípios, estados e união. As políticas públicas estão presentes em tudo e dizem respeito a todos. As decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença isso faz (Laswell, 1936 *apud* Souza, 2006).

Sob inspiração da obra de Easton de 1965, Souza (2006) aponta que a política pública é definida como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Sendo assim, as políticas públicas recebem inputs dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. Disso, pode-se concluir que o principal foco analítico da política pública está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir, na chegada desse problema ao sistema político (*politics*) e à sociedade política (*polity*), e nas instituições/regras que irão modelar a decisão e a implementação da política pública.

Todos os setores de uma economia são impactados pelas políticas públicas, pois é por intermédio delas que o Estado irá criar ações, objetivando melhorias para a sociedade. São envolvidos vários órgãos públicos, sistemas organizacionais e agentes para que essas ações sejam concretizadas. Ainda que o Estado seja o responsável pelas políticas públicas, sua execução e manutenção carecem de um processo de decisões que envolvem órgãos públicos e agentes da sociedade civil ligados à política implementada (Holfling, 2001 *apud* Ribeiro, 2018). São muitos os impactos sociais produzidos por uma política pública, ou mesmo pela falta de uma, que confirmam sua natureza multidisciplinar requerendo para a sua investigação, múltiplos pontos de vista e a compreensão de diversas áreas do conhecimento.

O estudo de política pública remete justamente à busca do entendimento de uma dada realidade social. Tal política gerencia e direciona investimentos, define atores, regula procedimentos e comportamentos sociais e também colabora para a manutenção, ou então, para a mudança de uma realidade social. No caso da política pública analisada pelo presente estudo, isto é, a política pública voltada para a inserção da população jovem no mercado de trabalho, ela pode promover modificações no cotidiano de diversos sujeitos sociais, direta ou indiretamente ligados a ela. Assim, essa política pode trazer resultados tanto para os jovens e suas famílias, quanto para a economia (D'arco, 2020).

A implementação de uma política pública colabora para sua retroalimentação. A implementação consiste em um conjunto de ações realizadas por grupos ou indivíduos de natureza pública ou privada, as quais são direcionadas para a consecução de objetivos estabelecidos mediante decisões anteriores. Em outras palavras, trata-se de ações para fazer uma política sair do papel e funcionar efetivamente. A implementação se diferencia da formulação, porém, assim como esta, compreende um processo complexo, que exige formação, capacitação e compromisso de todos os envolvidos, afinal, as decisões sempre podem gerar conflitos (Rua, 1998).

Os estudos de implementação no Brasil chegaram a partir da quarta geração, sinalizada por múltiplos modelos novos, diferentes análises sobre o objeto e por produções semeadas em vários países e continentes. Tendo como entendimento geral a necessidade de olhar seja para seus formuladores, isto é, para aqueles que realizam a política pública no cotidiano, seja para aqueles que são seus beneficiários. Outro fato marcante referente a análise de implementação é a influência maior de outros campos de estudos, particularmente da Sociologia (Lotta, 2019).

De 2010 em diante, fica evidenciado que os estudos de implementação

[...] se propõem a entender “a política como ela é”, ou seja, não apenas a analisar como ela deveria ser ou como está escrito nas normas em que ela deveria funcionar, mas sim como ela de fato acontece. Estudos de implementação se propõem a investigar para além do formal, do oficial e do normativo. Se propõem a desvendar processos decisórios na maneira como eles ocorrem, envolvendo os atores que eles envolvem e gerando as conclusões que eles geram. Esse olhar para a realidade de forma analítica e não “condenatória” é uma dimensão constitutiva dos estudos sobre implementação de políticas públicas (Lotta, 2019, p. 20).

Ao se olhar para os beneficiários dos programas e ações destinados à inserção da juventude no mercado de trabalho considera-se que estes podem contribuir para a construção de capital social¹ dos jovens. Neste sentido, a concepção de políticas públicas deve priorizar o fortalecimento de uma “rede sustentável de relacionamentos”. Enquanto alguns jovens se dedicam exclusivamente à educação em preparação para a vida adulta, outros buscam conciliar estudo e trabalho. Segundo Gimenez *et al.* (2015), em ambos os casos, no entanto, surge o desafio da entrada e manutenção no mercado de trabalho cada vez mais precário, caracterizado pela irregularidade salarial, informalidade e intermitência. Dado que é durante a juventude que as chances são maiores quanto à possibilidade do rompimento das cadeias

¹ O capital social refere-se aos recursos coletivos, reais e potenciais, associados à posse de uma rede institucionalizada durável de conhecimento ou reconhecimento mútuo, por outras palavras, fazer parte de um grupo (Bourdieu, 1985).

produtivas da desigualdade social estrutural urge formulações sólidas envolvendo políticas públicas capazes, não apenas, de favorecer tais possibilidades como também de superar todo tipo de condicionamento gerador dos chamados "estigmas sociais" responsáveis pelos preconceitos discriminatórios (Gimenez *et al.*, 2015).

Ao analisar as dinâmicas de exclusão e inclusão social das juventudes, torna-se relevante considerar a interseccionalidade, regularizando o entrelaçamento de diferentes formas de exclusão. Políticas públicas sensíveis às diversas realidades dos jovens podem contribuir para uma sociedade mais inclusiva, incidindo na efetivação da cidadania e dos direitos humanos em suas dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais (Castro; Aquino; Andrade, 2009).

Os anos de 1980 foram marcados pela recessão e pelos níveis de pobreza em toda a América Latina. A crise da dívida externa eclodiu e os governos adotaram políticas de ajustamento no contexto da reestruturação econômica nacional. Ao mesmo tempo, foram também implementadas políticas compensatórias de transferência de rendimentos para os mais pobres através de programas alimentares e oportunidades de emprego temporário. Para superar esta crise, organismos oficiais e agências de cooperação internacional reservaram um papel aos jovens como agentes de desenvolvimento (Castro; Aquino; Andrade, 2009).

Tendo como referência a necessidade de crescimento econômico, naquele momento prevaleceu o enfoque dos jovens como capital humano. O que, na prática, significava responder ao desemprego de jovens por meio de projetos de capacitação ocupacional e inserção produtiva com ênfase no chamado empreendedorismo juvenil. Com este objetivo, surgiram vários programas e projetos sociais executados em parceria entre governos e organizações do terceiro setor, na grande maioria dos casos apoiados por organismos internacionais. O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por exemplo, financiou programas de capacitação de jovens em diferentes países da América Latina (Castro; Aquino; Andrade, 2009, p. 16).

Ao explorar os efeitos da política cultural nas políticas públicas de juventude, Rua (1998) observa cinco padrões que parecem prevalecer: fragmentação, competição interburocrática, descontinuidade administrativa, orientação das ações pela oferta em vez da demanda e separação entre formulação e implementação. Mesmo com iniciativas como o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e os esforços da Secretaria, a fragmentação e a luta interburocrática permanecem, possivelmente relacionadas tanto à manutenção de concepções tradicionais quanto a fatores como orçamento, desempenho setorial e interesses corporativos ministeriais.

A criação de novas instâncias, no entanto, pode sugerir avanços ao romper com a

incomunicabilidade administrativa, introduzindo critérios de transversalidade e integração que impactam a execução de programas voltados para a juventude. Por sua vez, o Conjuve, enquanto espaço de articulação de atores e organizações, parece estar sujeito à pressão que visam melhorias na eficácia.

No final do século XX, a juventude, muitas vezes caracterizada por sua condição transitória, parecia não ocupar uma posição clara entre políticas de proteção e redistribuição de riqueza. Como segmento populacional com desafios específicos de exclusão e inclusão social, os jovens frequentemente permanecem invisíveis nas políticas públicas. Nesse contexto, iniciativas de reintegração escolar e capacitação para o trabalho eram frequentemente associadas à redução da violência e da fragmentação social, sem necessariamente serem específicas como direitos inerentes à juventude (Guimarães *et al.*, 2016).

No contexto de um mundo globalizado, tem-se pensado a identificação de marcadores geracionais que, apesar das desigualdades e diferenças, podem aproximar jovens de um mesmo país ou de nações diferentes. Jovens, devido à sua faixa etária, parecem ter maior intensidade de novas formas de interação com o mundo, mediadas por transformações nas conexões entre tempo e espaço e pelo avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Essas tecnologias, abrangendo o uso diversificado de dispositivos móveis, práticas de socialização na cultura digital e acesso à Internet, ainda que distribuídas de maneira desigual, podem configurar experiências inéditas e características dessa geração (Guimarães *et al.*, 2016).

Nos países da América Latina, [...], além das contradições resultantes da combinação entre histórias recém passadas de governos autoritários, das dificuldades de combater a corrupção endêmica até mesmo após as transições democráticas, dos efeitos de políticas neoliberais econômica e socialmente desagregadoras, os jovens desta geração juvenil são também diretamente atingidos pela perversa combinação entre a truculência do tráfico de drogas ilícitas, a intensificação do comércio de armas e a corrupção e a violência policial. Enfim, é a partir dessa conjugação de fatores globais e locais que se constitui a questão juvenil do século XXI. Desigualdades e inseguranças atingem particularmente os jovens desta geração, gerando problemas, necessidades e demandas. Resta saber a quem cabe vocalizar e responder a estas demandas. Como já foi dito, nos anos 1990, as primeiras demandas em relação à inserção produtiva de jovens foram publicamente apresentadas por diferentes mediadores. Tais iniciativas envolveram, sobretudo, organismos internacionais, gestores e políticos nacionais, organizações não governamentais (ONGs), organizações empresariais e setores de igrejas. Contudo, neste processo, um conjunto de grupos, redes e movimentos juvenis também tiveram um papel ativo (Castro; Aquino; Andrade, 2009, p. 17).

É importante realizar uma contextualização sobre a Convenção sobre os Direitos da

Criança e os marcos relacionados à sua implementação, com base na Assembleia Geral da ONU e outros eventos significativos. O Quadro 2 apresenta uma linha do tempo dos principais marcos, fornecendo uma visão geral dos principais históricos à proteção e promoção dos direitos das crianças no cenário internacional.

Quadro 2 - Linha do tempo Convenção sobre os Direitos da Criança e os marcos relacionados à sua implementação

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)	Este documento fundamental estabelece princípios universais de direitos humanos para todos os indivíduos, incluindo crianças, mas sem uma ênfase específica sobre os direitos infantis.
Assembleia Geral da ONU e a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989)	Em 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC). Este tratado internacional é um marco histórico, reconhecendo pela primeira vez a criança como um sujeito de direitos completos e abrangentes, incluindo aqueles descritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Convenção define a criança como qualquer indivíduo com menos de 18 anos e estabelece direitos específicos relacionados à proteção, desenvolvimento e participação.
Ratificação da Convenção (1990)	A Convenção entrou em vigor em 2 de setembro de 1990, após a ratificação pelo 20º país, criando um padrão global para os direitos das crianças e forçando os países signatários a alinharem suas legislações e práticas com os princípios estabelecidos.
Protocolos Adicionais (2000 e 2011)	A Convenção foi complementada por Protocolos Adicionais: -Protocolo Facultativo sobre a Venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia Infantil (2000); -Protocolo Facultativo sobre a Participação de Crianças em Conflitos Armados (2000); -Protocolo Facultativo sobre um Mecanismo de Queixas (2011).
Revisão e Relatórios Periódicos (1996 e subsequentes)	Os países signatários são obrigados a apresentar relatórios periódicos ao Comitê dos Direitos da Criança da ONU, demonstrando como implementaram a Convenção e abordaram os desafios enfrentados na proteção dos direitos das crianças.
Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015)	A Convenção sobre os Direitos da Criança continua a ser uma base para a implementação da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente no que diz respeito ao ODS 4 (Educação de Qualidade), ODS 5 (Igualdade de Gênero), e ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

Fonte: Elaborado pela autora (2024), por meio dos dados da Convenção sobre os Direitos da Criança – Assembleia Geral da ONU, 1989; Declaração Universal dos Direitos Humanos – ONU, 1948; Protocolos Adicionais – ONU, 2000 e 2011; Agenda 2030 e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ONU, 2015.

Atualmente, crianças e adolescentes são reconhecidos como sujeitos de direitos, possuindo garantias fundamentais a serem asseguradas e exercidas. Este reconhecimento, consolidado pela Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) adotada pela ONU em 20 de novembro de 1989, marca um avanço em relação ao passado, quando esses direitos não eram formalmente reconhecidos. A CDC define crianças como indivíduos com menos de 18 anos e lhes confere direitos iguais aos adultos, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos. A Convenção enfatiza que esses direitos devem ser exercidos sem discriminação e

sempre visando o melhor interesse da criança.

O tratado é o mais amplamente aceito na história dos direitos humanos, ratificado por 196 países, com exceção dos Estados Unidos. O Brasil, que ratificou a CDC em 1990, foi pioneiro na adoção de leis alinhadas com o tratado, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O país também participou ativamente na elaboração da CDC, buscando adaptar as normas internacionais às suas realidades locais.

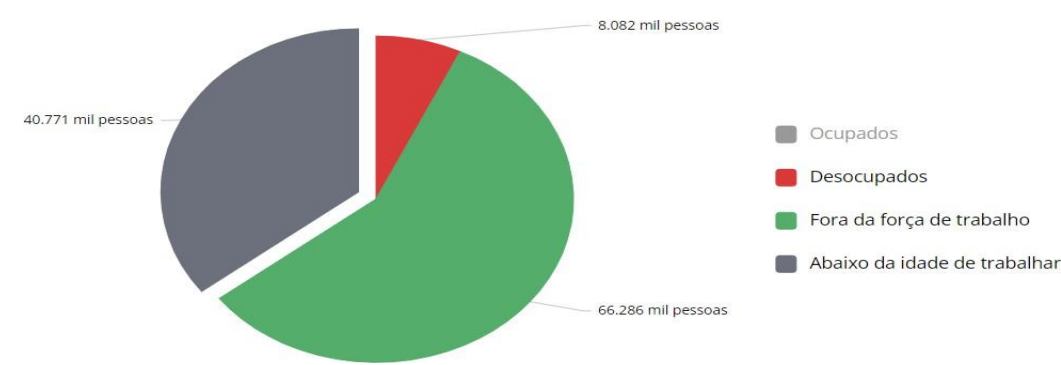
Desde a ratificação, o Brasil alcançou avanços em educação, saúde e proteção social, evidenciados pela redução da taxa de mortalidade infantil e do trabalho infantil. No entanto, desafios persistem, como desigualdades sociais e a violência contra crianças e adolescentes. O Comitê dos Direitos da Criança recomendou ao Brasil melhorar a alocação de recursos, aprimorar a coleta de dados sobre violência e estabelecer mecanismos independentes para monitorar os direitos das crianças.

Segundo Castro, Aquino e Andrade (2009), a juventude recebeu muita atenção no começo dos anos 2000, e tem sido destinatária de diversas políticas públicas, principalmente no que diz respeito à proteção social, à inserção profissional, ao combate à violência e à participação cidadã. Essas políticas, antes fragmentadas e sem continuidade, vêm sendo articuladas à medida que o segmento jovem ocupa cada vez mais lugar na agenda pública do Brasil. Para institucionalizar e dar relevo ao tema no âmbito governamental, foi criado, em 2005, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), com o principal objetivo de articular, formular e avaliar as ações voltadas para os jovens. A ideia era que essas instâncias atuassem para promover o desenvolvimento integral dos jovens, garantindo-lhes igualdade de acessos e oportunidades. Ao longo desse tempo ocorreu o esforço de construção de uma política nacional de juventude, apoiando a execução e articulação de programas em diversas áreas do governo federal, e incentivando estados e municípios a criarem órgãos de gestão e conselhos de juventude e a implementarem ações locais (Castro; Aquino; Andrade, 2009).

Com a criação do Estatuto da Juventude, sancionado pela presidente Dilma Rousseff por meio da Lei 12.852/2013, foram aprofundados direitos já previstos, como educação, trabalho, saúde e cultura, e introduzidos novos direitos, como participação social, acesso ao território, livre orientação sexual e sustentabilidade. O Estatuto, resultado de anos de debates e avanços do movimento juvenil, foi apresentado como um marco para garantir o pleno exercício da cidadania pelos jovens. Contudo, ressalta-se a necessidade de estabelecer mecanismos que garantam a eficácia da implementação dessas políticas nos estados e municípios, além da simples criação de leis e projetos (Novaes, 2012).

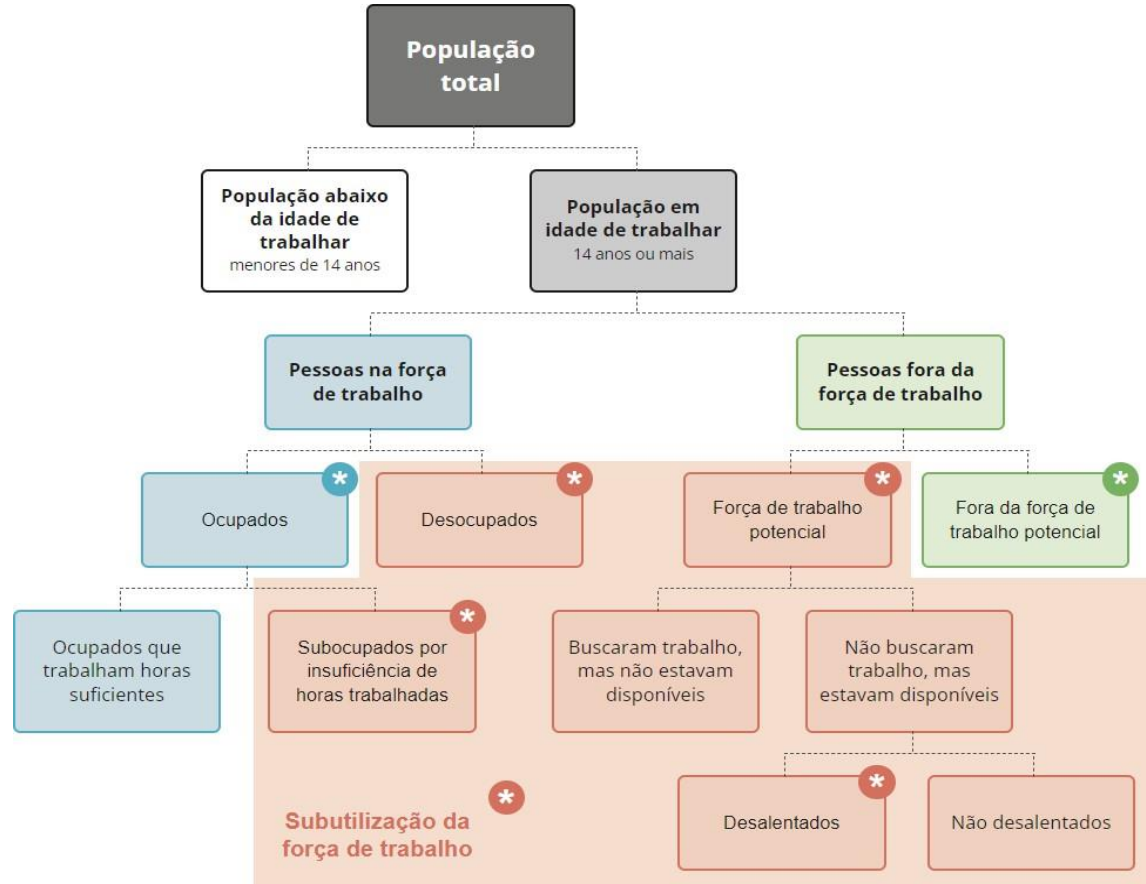
Segundo o IBGE, o desemprego se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego como, por exemplo, um universitário que dedica seu tempo somente aos estudos (IBGE, 2023b).

Gráfico 1 - População brasileira, de acordo com as divisões do mercado de trabalho, 4º trimestre de 2023



Fonte: IBGE (2023b).

Figura 3 - As Divisões do Mercado de Trabalho



Fonte: IBGE (2023b).

As taxas divulgadas pelo IBGE² são com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), sendo que a taxa de desocupação é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas. As definições variam de acordo com a pesquisa sobre trabalho e rendimento e clique nas marcadas com *³, e os jovens na sua maioria, se encaixam na definição de “desalentados”, principalmente pelo motivo da idade e por não ter experiência profissional ou qualificação.

Identificar se houve ou não uma busca por trabalho, e se tais jovens o encontraram, e qual o papel do PJA nisso faz parte das preocupações presentes nesta dissertação a partir da análise do referido programa. A questão do desemprego tem sido pautada por líderes de diferentes países, e estimulado a realização de estudos de economistas voltados à busca de soluções. Algumas dessas teorias para geração de emprego são mobilizadas até os dias atuais. Uma delas é de autoria de Keynes, segundo Carvalho, Cunha e Molina (2019):

² **Beneficiários de programas sociais:** É importante ressaltar que o recebimento de algum benefício de programas sociais, como por exemplo: bolsa família, benefício de prestação continuada (BPC), seguro-desemprego etc., não tem correlação direta com a ocupação ou desocupação. Esses beneficiários, por exemplo, podem ser classificados como parte da força de trabalho (como ocupados ou desocupados) ou estarem fora da força de trabalho. Pode ocorrer de beneficiários do programa seguro-desemprego estarem trabalhando na informalidade (por exemplo, trabalhando como motorista de aplicativo ou no comércio ambulante), e dessa forma serão classificados como “ocupados”. Pode ocorrer ainda de beneficiários do programa seguro-desemprego não estarem ocupados e não terem tomado providência efetiva para conseguir trabalho, e portanto, serão classificados como “fora da força de trabalho”. Pode ocorrer também de beneficiários do programa bolsa família ou do BPC não estarem trabalhando e nem terem tomado providências para conseguir trabalho, dessa forma, serão classificados também como “fora da força de trabalho”.

³ ***Ocupados:** a população ocupada se refere a: empregados (do setor público ou privado, com ou sem carteira de trabalho assinada, ou estatutários), trabalhadores por conta própria, empregadores, trabalhadores domésticos (com ou sem carteira de trabalho assinada), e trabalhadores familiares auxiliares (pessoas que ajudam no trabalho de seus familiares sem remuneração). ***Desocupados:** chamamos de desocupadas (popularmente conhecidas como desempregadas) as pessoas que não estão trabalhando, porém tomaram alguma providência efetiva para encontrar trabalho e estão disponíveis para assumi-lo, caso encontrem.

***Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas:** Os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas são trabalhadores que têm jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis.

***Força de trabalho potencial:** Pessoas que não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para serem integradas a esta força, formam a força de trabalho potencial para trabalhar.

***Fora da força de trabalho potencial:** Dentre as pessoas que estão fora da força de trabalho, estão as donas de casa que não trabalham fora, adolescentes em idade escolar, aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar. Sendo assim, estas pessoas estão fora da força de trabalho potencial.

***Desalentados:** Os desalentados são pessoas que gostariam de trabalhar e estariam disponíveis, porém não procuraram trabalho por acharem que não encontrariam. Vários são os motivos que levam as pessoas a desistirem de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade, não conseguir trabalho adequado, não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso, ou não ter experiência profissional ou qualificação.

***Subutilização da força de trabalho:** A subutilização da força de trabalho, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda desde 2013 que seja medida pelos órgãos oficiais de estatística, engloba os desocupados, aqueles na força de trabalho potencial e os subocupados por insuficiência de horas. A taxa de subutilização da força de trabalho é a porcentagem que esta subutilização representa dentro da força de trabalho ampliada (pessoas na força de trabalho somadas à força de trabalho potencial).

Keynes argumenta, então, que políticas públicas de incentivo à demanda, em determinados momentos, podem influenciar positivamente as expectativas daqueles que investem, afetando, portanto, favoravelmente o crescimento da economia em termos de produto, renda e emprego. É nesse sentido que indica que o Estado deve, em momentos de recessão, provocar um déficit público para induzir à reversão das expectativas negativas por parte de empresários investidores, e que uma política monetária expansionista pode provocar uma reversão na tendência de alta taxa de juros e viabilizar novos investimentos (Carvalho; Cunha; Molina, 2019, p. 66).

O desemprego juvenil, assim como o desemprego de forma geral, é frequentemente caracterizado como um problema público que exige soluções por parte do Estado, incluindo o brasileiro. Esse cenário é agravado pela exigência do mercado, como experiência e qualificação profissional, que dificultam a inserção de jovens no mercado de trabalho. Desde a promulgação da Lei de Aprendizagem, o poder público tem desenvolvido programas para estimular o primeiro emprego, incentivando as empresas a contratarem jovens. No entanto, a implementação de políticas públicas que assegurem o direito ao trabalho enfrentado desafios atuais, como a necessidade de mobilização contínua da sociedade civil, aliada à vontade política, para ampliar, avaliar e monitorar essas iniciativas, bem como promover o controle social democrático sobre elas (Sodré; Rabassa, 2011).

Segundo Caldeira (2024), as barreiras que impedem os jovens de frequentar a escola e entrar no mercado de trabalho incluem problemas como educação de baixa qualidade, falta de acesso ao emprego e desigualdades nas oportunidades e na formação. A OCDE divulgou um relatório em 2022, destacando que uma urgência é que os governos implementem políticas públicas para prevenir ou reverter essa situação.

Segundo Costa (2019), a oportunidade de experiência na prática oferece aos jovens a oportunidade de ganhar experiência prática no ambiente de trabalho desde cedo. Isso permite que eles aprendam sobre ética, responsabilidade e comportamento profissional em um ambiente real de trabalho. Segundo o autor, os jovens podem receber orientação e mentoria de profissionais mais experientes durante essa experiência, podendo ajudar a desenvolver habilidades técnicas, mas também os expõe a modelos de comportamento ético e profissional.

Como parte da história das políticas públicas de emprego voltadas para os jovens no Brasil está o PJA. O PJA foi concebido pelo poder público federal para incluir os jovens do país no mercado de trabalho, garantindo o reconhecimento de sua cidadania. É importante destacar que, embora tenha surgido na esfera federal, não há impeditivos legais para criação de programas de primeiro emprego a nível estadual e municipal, desde que sejam observados os princípios e regras da Lei da Aprendizagem.

Como exemplo de programa de primeiro emprego, a nível municipal, pode-se citar a

Guarda Mirim; e, no nível estadual, o PJA Paulista, criado em 2023, que compreende uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para incentivar Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) a contratarem adolescentes e jovens residentes em suas vizinhanças. Embora esteja apontado que o PJA Paulista se orienta pela Lei de Aprendizagem nº 10.097/2000, entende-se que há diferenças quando se compara o público-alvo de ambos. Assim, enquanto a Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000 atende a jovens entre 14 e 24 anos e indica que as empresas devem admitir de 5% a 15% de aprendizes, o PJA Paulista é voltado para jovens entre 14 e 18 anos, com a obrigatoriedade de apenas uma vaga por empresa. Além disso, o contrato é constituído por empresa, jovem e organização formadora a ser escolhida pela empresa. Já no PJA Paulista, o contrato é constituído por empresa contratante, jovem e o CIEE que é a organização formadora (Lopes, 2023).

3 LEI DA APRENDIZAGEM E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ

A Lei da Aprendizagem exige um contrato formal de trabalho para os jovens entre 14 e 24 anos, com tempo determinado de até no máximo dois anos de duração, sendo seu principal objetivo fornecer para a juventude uma formação técnico-profissional, que deve ser aprovada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego. Tanto as instituições que fornecem a capacitação teórica, quanto as empresas que oferecem a capacitação profissional prática estão sujeitas à fiscalização da Inspeção do Trabalho, realizada pelo Ministério do Trabalho (Brasil, 2019).

A Lei do Aprendiz, como é conhecida popularmente, é a Lei da Aprendizagem nº 10.097/2000, um ordenamento jurídico concebido para regulamentar a formação técnico-profissional pautada em jovens, tal formação deve ser composta por atividades com cargas horárias teóricas e práticas. O objetivo é contribuir para que o jovem conquiste o primeiro emprego e concilie os estudos com o trabalho (Martins, 2009). Com semelhante propósito, tal Lei tem buscado atender, principalmente, às demandas de formação e de trabalho dos jovens de baixa renda, mais vulneráveis, que precisam ajudar suas famílias.

De acordo com Martins (2009), durante o Programa Jovem Aprendiz (PJA), considera-se relevante a valorização do trabalho dos jovens, contexto no qual o Serviço Social pode desempenhar um papel estratégico. A rede de assistência social, organizada em unidades descentralizadas, busca oferecer acolhimento tanto aos jovens quanto às suas famílias, visando atender às suas necessidades específicas. Esse suporte é concebido como potencial fator de impacto positivo na qualidade de vida dos participantes. A interferência de problemas pessoais no desempenho profissional, especialmente entre jovens trabalhadores que podem cuidar de maturidade para lidar com determinadas situações, é destacada como um aspecto sensível. Para mitigar tais desafios, observa-se a presença de uma estrutura composta por diferentes áreas, profissionais e redes de apoio externas ao funcionamento adequado do programa. Nesse contexto, o instrutor de aprendizagem é identificado como figura central no processo de desenvolvimento profissional, sendo responsável pela capacitação técnica e pelo estímulo a relações pautadas no respeito e na empatia (Martins, 2009).

O Programa Jovem Aprendiz representa um marco significativo em nosso país, estabelecido há 23 anos pela Lei da Aprendizagem. Essa iniciativa desempenha um papel fundamental na integração de milhares de jovens no mercado de trabalho em todo o Brasil, servindo como uma ponte entre a educação formal e a experiência profissional. Ao combinar aprendizado prático com instrução acadêmica, o programa cria um ambiente propício para o desenvolvimento de habilidades

profissionais e de diversas competências. Instituída em 2000 para combater a evasão escolar e o trabalho infantil, a Lei da Aprendizagem estabelece cotas obrigatórias de contratação de aprendizes para empresas de médio e grande porte, variando de 5% a 15% da força de trabalho. Essa cota abrange funcionários que necessitam de formação profissionalizante, excluindo cargos de direção, gerência, ensino técnico e superior. No entanto, os números revelam que, apesar dos esforços, a entrada de jovens no mercado de trabalho ainda precisa crescer. Um levantamento em maio de 2023, realizado pela Subsecretaria de Estatísticas e Estudos do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, indicou que 55% dos jovens estão desempregados no país, totalizando 5,2 milhões de pessoas entre 14 e 24 anos que enfrentam esse cenário desafiador. Esse desafio é exacerbado pela busca das empresas somente por profissionais qualificados e experientes. A falta de habilidades básicas em matemática e português, conforme evidenciado por análises do Instituto Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), torna-se uma barreira significativa para a entrada desses jovens no mundo do trabalho. Atualmente, mais de 540 mil vagas previstas para jovens aprendizes nas empresas estão desocupadas no Brasil, representando 54% do total. Antonio Pasin, superintendente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (Febraeda), destaca que se as empresas cumprissem integralmente a lei, o Brasil teria mais de 1 milhão de jovens aprendizes (CIEE, 2023b, s/p).

A aprendizagem pode ser vista como um processo que oferece possibilidades tanto para os jovens aprendizes quanto para as empresas contratantes. Em um mercado de trabalho marcado por avanços tecnológicos e dinamicidade, sugere-se que as empresas possam preparar futuros profissionais alinhados às suas necessidades. Para os aprendizes, o desenvolvimento de habilidades e competências poderia ampliar sua capacidade de atender às demandas profissionais de forma mais eficaz (Medeiros, 2019).

A Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, é frequentemente referida no contexto do enfrentamento do trabalho infantil e da inserção de jovens no mercado de trabalho, com vistas à garantia de seus direitos. Outras normativas, como portarias, instruções normativas, decretos e dispositivos constitucionais, também são mencionadas como parte de um conjunto jurídico que busca contribuir para a efetivação de direitos relacionados ao trabalho juvenil (Brasil, 2000).

No Quadro 3 é apresentado um panorama dessas relações.

Quadro 3 - Lei da Aprendizagem nº 10.097 de dezembro de 2000 e suas relações.

Lei nº 10.097 e suas relações	
Criada em 2000, a Lei nº 10.097, de 2000 é considerada o principal instrumento de combate ao trabalho infantil no Brasil. Uma vez que a Constituição Federal proíbe qualquer forma de trabalho até os 14 anos, ela é a única maneira de contratar adolescentes, podendo ser estendida a jovens de até 24 anos incompletos – ou de qualquer idade, no caso de pessoas com deficiência.	
Leis/Portarias/Instruções Normativas/ Decretos e Constituições	Disposições
Manual da Aprendizagem	Apresenta todas as orientações legais para a contratação de um aprendiz, com a manutenção da aprendizagem até a finalização do contrato de aprendizagem.
Ministério do Trabalho e Emprego - Aprendizagem Profissional	Aprendizagem Profissional é o programa de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho voltado para jovens de 14 a 24 anos, e para pessoas com deficiência sem limite de idade. Trata-se de uma política que pode criar oportunidades tanto para os jovens, especialmente no que se refere à inserção no mercado de trabalho; quanto para as empresas, que têm a possibilidade de formar mão-de-obra qualificada.
Constituição Federal de 1988	Institui um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.
Lei nº 7.853/1989	Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.
Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990	Estatuto da Criança e do Adolescente, garantindo todos os direitos legais à criança e adolescente, que abrange entre outros: educação, saúde, lazer, cultura e segurança.
Lei nº 8.742/1993 - Loas	Assegura que a assistência social deve ser direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma Política de Seguridade Social não contributiva. Com ela, as necessidades básicas são obrigatórias e funcionam sob o auxílio da iniciativa pública e da sociedade, de 07 de julho de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1993.
Decreto 3.298/1999	Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

Lei Nº 10.097, de 19 de Dezembro de 2000	A Lei nº 10.097/2000 afirma que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes. O contrato de trabalho pode durar até dois anos e, durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática.
Decreto nº 3956/2001	Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Portaria nº 04 de 21 de março de 2001	Consolidação das Leis do Trabalho. Das normas especiais da tutela do trabalho e da proteção do trabalho do menor. Resolução nº. 74 de 13 de setembro de 2001 – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).
Decreto nº 5598 - Planalto 2005	REGULAMENTA A CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Alteração: DEC 8.740, DE 04/05/2016: ACRESCE ART. 23-A REVOGADO PELO DEC 9.579, DE 22/11/2018.
Portaria nº 615 13 de dezembro 2007	Cadastro Nacional da Aprendizagem
Decreto-Lei 5.452/1943 e Lei Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008.	Aprova a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente: "De acordo com o disposto no art. 428 da CLT, o contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 e menor de 24 anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação. A jornada de trabalho do aprendiz é de no máximo 6 (seis) horas diárias art.423 da CLT, ficando vedado a prorrogação e a compensação de jornada, podendo chegar ao limite de 8 (oito) horas diárias, desde que o aprendiz tenha completado o ensino fundamental e se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.
Portaria nº. 1.003 de 04 de dezembro de 2008	Os arts. 1o, 2o, 3o, 4o e 6o da Portaria no 615, de 13 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 2007, Seção 1, pág. 87, passam a vigorar com as alterações da Portaria nº 1.003.
Resolução CNAS N.º 33 de 2011	Define a promoção da integração ao mercado de trabalho no campo da Assistência Social.
Lei nº 12.435/2011	complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). de 06 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF: 2011
Instrução Normativa Nº 97 DE 30.07.2012	Disciplina a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem
Portaria MTE nº- 723, de	O Ministro do Trabalho e Emprego- Interino, no uso das atribuições que lhe

23 de abril de 2012	confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 8º e art. 32 do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, resolve.
Decreto nº 9.579/2018	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. Seção I Do Compromisso pela Redução da Violência contra Crianças e Adolescentes
Portaria MTE nº 634/2018	Apresenta mudanças relativas ao Programa de Aprendizagem., atualizando a Portaria 723
Instrução Normativa Nº 146, DE 25 DE JULHO DE 2018	Disciplina a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem
Instrução Normativa Nº 146, de 25 de julho de 2018.	Dispõe sobre a fiscalização do cumprimento das normas relativas à aprendizagem profissional.
Organização Internacional do Trabalho: Escritório no Brasil	Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador
Rede Peteca - Erradicação do Trabalho infantil	Linha do tempo
Recomendação nº 60 da OIT - Organização Internacional do Trabalho	A aprendizagem é o meio pelo qual o empregador se obriga, mediante contrato, a empregar um menor, ensinando-lhe ou fazendo com que lhe ensinem metodicamente um ofício, durante determinado período, no qual o aprendiz se obriga a prestar serviços ao empregador.
Nota Técnica 01/2021 do GT Nacional do COVID-19	Nota Técnica sobre a proteção à saúde e igualdade de oportunidades no trabalho para trabalhadoras gestantes em face da segunda onda da pandemia do COVID 19
Portaria MTP Nº 1.019, de 29 de Dezembro de 2021	Fica autorizada, de forma excepcional, a execução das atividades teóricas ou práticas dos programas de aprendizagem profissional, conforme disposto no art. 428 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, na modalidade à distância, até 9 de fevereiro de 2022. (EFEITO EXAURIDO)
Decreto Nº 11.479, de 6 de Abril de 2023	Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Todas as Leis, Portarias, Instruções Normativas, Decretos e Constituições devem ser

analisados com atenção e observados os reflexos para o PJA, sendo importante estar atento às alterações de portarias, que podem modificar carga horária, material pedagógico, entre outros. Sua análise pormenorizada foi desenvolvida concomitante a revisão bibliográfica da dissertação.

Em 2000, conforme descrito por Azêvedo, Menezes e Fernandes (2000), o trabalho infantil no Brasil enfrentava desafios significativos. A legislação da época, com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, proibia o trabalho de crianças abaixo dos 14 anos. A abordagem legislativa ainda tinha lacunas, como a permissão para o trabalho de crianças em condições específicas e a dificuldade em garantir o cumprimento total dessas normas.

No cenário atual, as políticas e legislações relacionadas ao trabalho infantil e juvenil parecem ter evoluído. A Constituição Federal de 1988 foi emendada em 1998 para proibir o trabalho para jovens com menos de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para aqueles entre 14 e 16 anos. Essa emenda tornou a legislação mais alinhada com as recomendações internacionais e ampliou a proteção contra o trabalho infantil. Além disso, o Brasil tem experimentado um foco maior em políticas integradas para erradicar o trabalho infantil e juvenil, com ênfase na educação e no desenvolvimento. No entanto, embora a legislação tenha se tornado mais restritiva, ainda existem desafios relacionados ao trabalho informal, fiscalização e à necessidade de políticas educacionais e sociais complementares.

3.1 Programas voltados à Juventude e o PJA

O Programa de Aprendizagem é frequentemente descrito como uma iniciativa técnico-profissional que combina atividades teóricas, orientadas por uma entidade formadora com metodologia estruturada, e atividades práticas, realizadas sob a supervisão do empregador. A qualidade desse programa parece estar associada a fatores diversos, como a definição do público-alvo (incluindo o número de aprendizes por turma), as características socioeconômicas dos participantes (como sexo, idade, cor, ocupação e renda), os objetivos específicos da iniciativa e suas justificativas em termos de relevância para os aprendizes e para o mercado de trabalho. Também se observa uma importância possível na seleção de conteúdos alinhados aos objetivos e às habilidades possíveis para o exercício profissional futuro (Medeiros, 2019).

A estruturação do programa pode incluir reflexões sobre a carga horária total, distribuída entre os componentes teóricos e práticos, bem como a implementação de

mecanismos de acompanhamento e avaliação ao longo do processo formativo. Outro aspecto frequentemente destacado é a definição de procedimentos pós-contratuais que visam facilitar a transição dos aprendizes para mercados de trabalho compatíveis com sua formação. Essas diretrizes geralmente estão em consonância com as restrições previstas na Portaria MTE n. 723, de 23 de abril de 2012.

Do ponto de vista da organização empregadora, a inclusão de jovens aprendizes no ambiente profissional é interpretada, em algumas análises, como uma estratégia que pode contribuir para o cumprimento das responsabilidades sociais atribuídas às empresas. Essa inclusão parece oferecer um ambiente favorável ao desenvolvimento técnico e pessoal dos aprendizes, além de possibilitar a ampliação de perspectivas sociais e profissionais. Ainda assim, argumenta-se que os aprendizes podem obter não apenas uma fonte de renda e experiência prática, mas também conhecimentos que podem influenciar positivamente suas trajetórias profissionais futuras (Jantsch, 2020).

O Quadro 4 sintetiza as informações do PJA.

Quadro 4 - Síntese do Programa Jovem Aprendiz.

Origens	O Programa Jovem Aprendiz tem suas raízes na Lei da Aprendizagem, promulgada em 2000. Essa legislação tinha como objetivo principal garantir a inclusão de jovens no mercado de trabalho, proporcionando-lhes qualificação profissional concomitante ao ensino regular.
Marco Regulatório	Em 2005, o Decreto nº 5.598 regulamentou a Lei da Aprendizagem, fornecendo diretrizes específicas sobre a contratação de aprendizes e estabelecendo as responsabilidades das empresas e instituições de ensino.
Objetivos	Desde sua criação, o programa teve como propósito principal oferecer oportunidades de aprendizado prático para jovens, buscando conciliar a formação teórica com experiência profissional.
Desenvolvimento Institucional	Ao longo dos anos, diversos órgãos governamentais, como o Ministério do Trabalho e Emprego e, posteriormente, o Ministério da Economia, foram responsáveis pela regulamentação e fiscalização do programa.
Empresa	Embora qualquer empresa possa contratar um jovem aprendiz, a lei só obriga as que têm sete ou mais funcionários em funções que demandem formação profissional, num percentual de 5% a 15%, de acordo com o artigo 429 da CLT. Por outro lado, essa contratação é facultativa para as organizações de pequeno porte e as sem fins lucrativos.

Fiscalização	“O cumprimento das normas relativas à aprendizagem profissional é fiscalizado com base na Instrução Normativa SIT 146/2018. A notificação para apresentação de documentos deverá exigir os seguintes documentos: I – Contratos de aprendizagem; II – Documento de controle de registro dos aprendizes, seja livro ou ficha, a qual poderá ser física ou eletrônica; III – Cópia da CTPS dos aprendizes (páginas de identificação, do contrato de trabalho e anotações gerais); IV – CAGED do período de admissão dos aprendizes; V – Declaração de validade do curso de aprendizagem, quando ministrado por entidade sem fins lucrativos. A notificação para apresentação de documentos poderá exigir os seguintes documentos, além de outros que julgar necessários: I – Comprovante de matrícula e frequência do aprendiz no estabelecimento de ensino regular, o qual poderá ser substituído pelo certificado de conclusão do ensino médio, quando for o caso; II – Comprovante de matrícula do aprendiz no respectivo programa de aprendizagem; III – Indicação formal do monitor do(s) aprendiz(es), quando for o caso, de acordo com o art. 23, § 1º, do Decreto nº 5.598/2005, a qual deverá conter a anuência da entidade qualificada em formação técnico profissional. Auto de Infração Ao lavrar o auto de infração por descumprimento de cota de aprendizagem, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá: I – indicar no histórico do auto de infração: a) a base de cálculo da cota; b) a cota mínima do estabelecimento autuado; c) o número de aprendizes contratados; d) o número de empregados em situação irregular, que equivale aos aprendizes que o estabelecimento deixou de ser contratar para o atingimento da cota mínima; e) o período utilizado como parâmetro para tal aferição; II – anexar relatório com descrição das funções que foram incluídas e excluídas da base de cálculo da cota de aprendizagem.”
Ampliação e Adaptação	Ao longo do tempo, o programa foi ampliado para abranger diferentes setores da economia, adaptando-se às necessidades do mercado de trabalho e às demandas específicas de cada área.

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir do estudo de Jantsch (2020).

O Governo Federal Brasileiro tem implementado uma série de programas direcionados à juventude, abrangendo áreas como educação, emprego, cultura, esporte e saúde. O PJA, embora pensado estratégico em várias esferas governamentais, ainda enfrenta desafios no que diz respeito à sua implementação e resultados. O Estatuto do Aprendiz, em tramitação na Câmara dos Deputados desde 2019, propõe modernizações no programa, com o objetivo de simplificar o cálculo das cotas e estabelecer um novo marco legal para o trabalho de jovens, com a intenção de expandir o número de contratações em diversas regiões do país. Alguns dos programas disponibilizados pelo Governo Federal podem ser consultados no Quadro 5.

Quadro 5 - Programas oferecidos pelo Governo Federal.

Aprendizagem Profissional no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)	Ambos oferecem programas de aprendizagem profissional em diversas áreas, proporcionando conhecimento teórico e prático para os jovens. Sistema "S" O governo, através do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e de outras entidades, como o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), atua na regulamentação, fiscalização e promoção do programa.
Bolsa Família	Embora seja um programa de transferência de renda voltado para famílias em situação de vulnerabilidade, muitos jovens são beneficiados indiretamente, já que a assistência financeira pode impactar diretamente na educação e qualidade de vida.
Entidades de Assistência Social Redes de Apoio e Integração	Entidades: Organizações não governamentais (ONGs), fundações e outras entidades de assistência social muitas vezes atuam como intermediárias entre os jovens e as empresas, facilitando a inserção dos aprendizes no mercado de trabalho. Redes de Apoio e Integração: Redes como a Renapsi, mencionada anteriormente, são exemplos de organizações que trabalham para promover a inclusão social e profissional de jovens através do programa Jovem Aprendiz, atuando como facilitadoras e promotoras das parcerias entre empresas, instituições de ensino e órgãos governamentais.
ID Jovem	Permite que jovens de 15 a 29 anos, com renda familiar de até dois salários-mínimos, tenham acesso a benefícios como meia-entrada em eventos culturais e esportivos e vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual.
Instituições de Ensino	Escolas técnicas e profissionalizantes muitas vezes estão envolvidas na qualificação dos jovens aprendizes, oferecendo cursos de formação profissional compatíveis com as exigências da Lei da Aprendizagem.
Jovem Aprendiz	Estabelece cotas para a contratação de jovens aprendizes nas empresas, proporcionando uma oportunidade para aquisição de experiência profissional enquanto estudam. Em parceria com instituições autorizadas.
Jovem Aprendiz Legal	Plataforma que conecta jovens em busca de oportunidades de aprendizagem a empresas que oferecem vagas. Facilita o acesso à informação sobre direitos e deveres dos aprendizes.
Juventude Viva	Busca prevenir a violência contra a juventude, especialmente a afrodescendente, por meio de ações de promoção da cidadania, direitos humanos e enfrentamento da vulnerabilidade social.
Programa Mais Médicos para o Brasil	Embora não seja exclusivo para jovens, o programa visa suprir a carência de médicos em regiões mais carentes do país, o que pode beneficiar jovens em termos de acesso a serviços de saúde.
Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)	Visa expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, proporcionando maior acesso dos jovens a qualificação profissional.
Programa Universidade para Todos (ProUni):	Oferece bolsas de estudo integrais e parciais em instituições privadas de ensino superior para estudantes de baixa renda.
Projeto Jovem Acolhedor (Projeto JA)	Iniciativa que oferece capacitação profissional, mentoria e apoio para jovens em situação de vulnerabilidade social, preparando-os para o mercado de trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora (2024), por meio dos dados da Secretaria da Juventude (BRASIL, 2022).

De acordo com a literatura, esses programas na sua maioria, parecem ter sido eficazes na preparação dos jovens para o mercado de trabalho, fornecendo habilidades práticas e técnicas. Eles podem contribuir para reduzir as lacunas entre a educação e as necessidades do mercado de trabalho, aumentando as chances de emprego para os participantes. Segundo Silva e Costa (2019), a análise de programas e políticas públicas têm viabilizado a criação de meios para integrar jovens no mercado de trabalho sem que abandonem seus estudos.

O trabalho dos autores abordou análises de vários programas, entre eles: Plano Nacional de Formação Profissional (Planfor); Programa do Programa Nacional de Primeiro Emprego (PNPE); Consórcios Sociais da Juventude (CSJs); Ação Juventude Cristã; Programa Empreendedorismo e Responsabilidade Social; Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem; Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e o PJA. Nesse contexto, destaca-se a Lei da Aprendizagem como uma consolidação de iniciativas anteriores, visando a inserção formal dos jovens no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que assegura todos os direitos trabalhistas previstos na legislação, enquanto esses jovens buscam sua formação acadêmica por meio das oportunidades oferecidas pelos programas governamentais de capacitação profissional especializada (Silva; Costa, 2019).

O programa Jovem Aprendiz consolida todos os demais programas que incluem o jovem na relação escola-trabalho-formação, proporcionando-lhe uma formação técnico-profissional adequada, bem como ao desenvolvimento de habilidades e competências (Silva; Costa, 2019, p. 977).

Apesar do PJA ter sido elaborado há 24 anos, ainda existem aspectos a serem analisados. Um deles parece ser a divulgação do PJA nas empresas e nas instituições de ensino, se e como isso tem afetado a empregabilidade, principalmente do aprendiz. De acordo com Ladvoat e Rocha (2023), que realizaram o levantamento de quinze (15) trabalhos acadêmicos, publicados entre 2010 e 2021, sobre o PJA, no Google e no Google Acadêmico, sugeriram:

[...] que o fortalecimento das políticas públicas regionais voltadas para a geração do primeiro emprego é importante estratégia para inclusão do jovem no mercado de trabalho, e também a divulgação do PJA e a ampliação das parcerias com as empresas, incentivando a contratação do jovem aprendiz [...] (Ladvoat; Rocha, 2023, p. 15).

Observa-se que o PJA aspira proporcionar condições de inserção no mercado de trabalho para os jovens de classes sociais baixas. Sendo assim, analisar o PJA é lançar luz

sobre um programa que objetiva proporcionar desenvolvimento profissional e humano aos jovens (Castro; Aquino; Andrade, 2009). Por isso, é preciso investigar o PJA para desenvolver e aprimorar as políticas voltadas para as oportunidades de trabalho e formação profissional justas e seguras para os jovens, sem que estes sejam explorados ou expostos a riscos. Além disso, é necessário analisar mais profundamente o programa e discutir suas necessidades (Caldeira, 2024). Dentre as questões presentes nos questionários, a serem aplicados junto aos sujeitos sociais do PJA do CIEE na cidade de Franca, no interior paulista, em particular, junto aos beneficiários, foi indagado se os jovens estão tentando encontrar trabalho, o que os motivou e motiva a buscar, se conseguiram, qual o papel do PJA, pensando a relação entre oportunidade de emprego e formação continuada.

O quadro 6 apontou algumas das principais instituições que trabalham com o programa Jovem Aprendiz no Brasil, cada uma desempenhando um papel específico na implementação e execução do programa, com o objetivo comum de oferecer oportunidades de trabalho e desenvolvimento para os jovens (podem haver outros programas e iniciativas). O Quadro 6 contém informações sobre como encontrar esses programas.

Quadro 6 - Programas destinados à Juventude.

	Informação	Link do site
Portal do Governo Federal - Juventude	O portal reúne informações sobre políticas e programas voltados para a juventude no Brasil. Lá, você pode encontrar detalhes sobre programas, eventos e iniciativas do governo.	https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome	O Ministério da Cidadania é responsável por diversas políticas sociais, incluindo aquelas voltadas para a juventude. O site do ministério pode conter informações detalhadas sobre programas, projetos e ações em andamento.	https://www.gov.br/mds/pt-br
Secretaria Nacional da Juventude (SNJ)	A SNJ é um órgão vinculado ao Ministério da Cidadania e ocupa uma função no desenvolvimento de políticas para a juventude. O site pode conter informações sobre programas específicos e projetos em andamento.	https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/composicao/orgaos-especificos-singulares/snj
DataSUS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde	Para informações relacionadas à saúde, incluindo programas de atendimento à juventude, o DataSUS fornece dados e estatísticas relacionadas aos gastos públicos na área da saúde.	http://siab.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=060402

Plataforma +Brasil	A Plataforma +Brasil permite o acompanhamento e fiscalização de recursos repassados pela União aos municípios, estados e Distrito Federal. Pode conter informações sobre a execução de programas em nível local.	https://conselho.saude.gov.br/plataforma-brasil-conep?view=default
Tecnologia e acesso à informação	A falta de acesso à tecnologia e à informação pode excluir jovens de oportunidades educacionais e econômicas.	https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

3.3 Desenho do Funcionamento do Programa Jovem Aprendiz

O Quadro 7 apresenta o desenho do funcionamento do PJA, destacando o que parece se apresentar como etapas chaves desde a elegibilidade até o alcance social e a transição dos jovens para o mundo do trabalho.

Quadro 7 - Desenho do Funcionamento do Programa Jovem Aprendiz

Elegibilidade e Inscrição	Jovens entre 14 e 24 anos interessados em participar do programa se inscrevem em entidades qualificadoras ou empresas que oferecem oportunidades de aprendizagem
Seleção e Contratação	As empresas, em conformidade com a legislação vigente, realizam o processo seletivo para escolher os aprendizes. Após a seleção, é estabelecido um contrato de aprendizagem entre a empresa, o aprendiz e a instituição de ensino.
Formação Teórica	O aprendiz continua frequentando a escola regularmente, realizando cursos profissionalizantes ou participando de programas de aprendizagem oferecidos por instituições de ensino parceiras.
Atuação Prática na Empresa	O aprendiz realiza atividades práticas na empresa, trabalhando em setores específicos de acordo com a área de atuação do programa. Essas atividades práticas são supervisionadas por profissionais experientes.
Acompanhamento e Avaliação	A instituição de ensino, a empresa e o aprendiz são responsáveis por avaliar o desempenho e o desenvolvimento ao longo do programa. Esse acompanhamento inclui feedbacks, relatórios e avaliações regulares.
Benefícios e Remuneração	Os aprendizes recebem uma remuneração, geralmente calculada com base no salário-mínimo/hora, além de benefícios como 13º salário, férias remuneradas e FGTS.
Cumprimento de Cotas	As empresas são obrigadas a cumprir cotas de aprendizes, conforme a legislação. Essa medida visa incentivar a contratação de jovens e garantir a inclusão social no mercado de trabalho.
Fiscalização e Conformidade	Órgãos governamentais, como o Ministério da Economia, realizam a fiscalização para garantir que as empresas estejam em conformidade com as regras estabelecidas para o PJA.
Encerramento e Certificação	Ao término do contrato, o aprendiz recebe um certificado de conclusão do programa, atestando sua participação nas atividades teóricas e práticas. Esse certificado é reconhecido no mercado de trabalho.
Alcance Social e Futuro Profissional	O programa tem um influência na vida dos jovens, proporcionando experiência prática, qualificação profissional e a oportunidade de iniciar uma carreira. Contribui para a redução do desemprego juvenil e para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Fonte: Elaborada pela autora (2024) a partir de Ministério do Trabalho e Previdência (Brasil, 2019).

Já no Quadro 8 os parâmetros específicos determinados pela Lei da Aprendizagem que inspirou o PJA se encontram sintetizados. Contudo, sua reflexão ocorrerá no decorrer da dissertação.

Quadro 8 - Principais parâmetros definidos pela Lei da Aprendizagem nº 10.097 de 2000.

Idade	Jovens de 14 a 18 anos (revisada posteriormente pela Lei nº 11.118 de 2005 que amplia até os 24 anos incompletos)
Contrato de Trabalho	Contrato especial justamente pela característica de formação profissional e medidas de proteção associadas à necessidade de matrícula do jovem em programa de aprendizagem e frequência do jovem no ensino regular, caso o mesmo não tenha concluído o ensino fundamental (em 2008, a Lei é modificada, estabelecendo como condição a conclusão do ensino médio)
Remuneração e tempo de contrato	Base salário-mínimo hora; estabelece prazo máximo de contrato de até 2 anos na condição de aprendiz
Cotas	Determina percentual mínimo de 5% e máximo de 15% de aprendizes a serem contratados pelas empresas em relação ao número total de funcionários
Escolas de Aprendizagem	Orienta para matrícula prioritária nos Programas de Aprendizagem dos Serviços Nacionais de Aprendizagem e na ausência destes em Escolas Técnicas de Educação, ou Entidades Sem Fins Lucrativos, com finalidade de auxílio ao adolescente e a educação profissional, devidamente autorizadas pelos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;
Jornada de Trabalho	Regulamenta o tempo de jornada de trabalho do aprendiz de até 6 horas diárias
Rescisão	Orienta sobre as condições necessárias para extinção do contrato de trabalho.

Fonte: D'arco (2023).

Quadro 9 - Direitos e verbas rescisórias devidas ao aprendiz no término do contrato.

Causas da Rescisão		Saldo de Salário	Aviso Prévio	13º Salário Integral	13º Salário Proporcional	Férias Integral	Férias +1/3 Proporcional	FGT S Saque	FGT S Multa	Indenização do art. 479 CLT	Indenização do art. 480 CLT
Rescisão a termo	Término do Contrato	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Rescisão antecipada	Implemento da idade	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
	Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
	Falta disciplinar grave (art. 482 CLT)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
	Ausência injustificada à escola que implica perda do ano letivo	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
	A pedido do aprendiz	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
	Fechamento da empresa (falência, encerramento das atividades ou morte do empregador)	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: (Brasil, 2022).

O PJA no Brasil envolve diferentes áreas de atuação, permitindo o desenvolvimento de experiências práticas em setores diversos da economia. As oportunidades de ingresso estão distribuídas em segmentos como comércio e varejo (vendas em estabelecimentos comerciais, atendimento ao cliente e operação de caixa), indústria (atividades em linhas de produção, processos de manufatura e controle de qualidade) e serviços (atendimento telefônico, suporte administrativo e execução de tarefas administrativas em geral). No campo da tecnologia da informação (TI), destacam-se atividades relacionadas ao suporte técnico, desenvolvimento de software e manutenção de hardware. Na área da saúde, as funções incluem suporte administrativo em hospitais ou clínicas e apoio em laboratórios (Brasil, 2019).

Em instituições financeiras, as atividades podem incluir atendimento ao cliente em agências bancárias e suporte administrativo no setor financeiro. No setor de construção civil, são relatadas funções de apoio em obras e controle de materiais. No turismo e na hotelaria, encontram-se atividades voltadas ao atendimento em hotéis e ao suporte em agências de viagens. No segmento de alimentação, as funções incluem atendimento em restaurantes e auxílio em cozinhas. Na agroindústria, são observadas tarefas relacionadas a atividades agrícolas e operação de maquinários (Brasil, 2019).

As áreas de atuação estão condicionadas à disponibilidade de vagas nas empresas e às exigências específicas de cada setor. A categorização das ocupações ocorre com base na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sendo que os códigos CBO correspondentes variam conforme as características das atividades desempenhadas no PJA (Brasil, 2019).

3.4 Desafios e Aprimoramentos do Programa Jovem Aprendiz (PJA)

Apesar dos esforços e investimentos desde 2000, o PJA ainda enfrenta desafios importantes para atingir seus objetivos. A qualidade dos programas de aprendizagem demanda uma reflexão contínua, especialmente no que diz respeito ao ambiente de trabalho oferecido pelas empresas. A partir deste (4.4), são apontadas as reflexões à luz da revisão da literatura especializada na análise do PJA, determinando com base na literatura os desafios, entraves e possibilidades de melhoria do PJA.

O aumento no desemprego afeta os jovens, sendo considerado um dos grupos mais impactados. Tal resultado não é inesperado dadas experiências anteriores de pobreza do desemprego, tanto em território nacional quanto internacionalmente. É ampla a concordância entre estudiosos sobre a maior vulnerabilidade desses indivíduos ao ciclo econômico; contudo, ainda há dissidência sobre as razões para tal sensibilidade exacerbada (Ladvocat;

Rocha, 2023). O Quadro 10, traz um resumo dos autores Ladvocat e Rocha (2023), sobre a análise de quinze (15) trabalhos acadêmicos, publicados entre 2010 e 2021, sobre o PJA, no Google e no Google Acadêmico, com o objetivo de observar os resultados publicados. Os autores ressaltam que realizaram o trabalho com o objetivo de ampliar a compreensão acerca do Programa, os aspectos dessa política pública incluem o Jovem Aprendiz, a lei da Aprendizagem e a avaliação do impacto do primeiro emprego para os jovens.

Quadro 10 - Análise de Trabalhos sobre o Programa Jovem Aprendiz.

Autores	Resultado
Borges (2010)	Uma síntese da questão levantada é apresentada: qual o significado do trabalho para os jovens? É destacado que, apesar das dificuldades decorrentes da visão capitalista do trabalho, esses trabalhadores iniciantes possuem aspirações de se tornarem alguém e encontrarem a felicidade através de suas atividades laborais. Em relação à balança entre perdas e ganhos, prevaleceram os últimos critérios.
Mariani (2010)	Buscou tirar dúvidas sobre os jovens participantes do Programa Jovem Aprendiz e suas redes de sociabilidades. Os resultados mostram que os perfis incluem jovens de 16 a 17 anos, sendo a maioria do sexo masculino, pardos, solteiros, sem filhos, estudantes do ensino médio e da classe trabalhadora.
Macêdo, Alberto e Araujo (2012)	Os jovens deixam claro que desejam profissões de ensino superior e até mesmo nível médio, sendo possível essa realização através do Programa, o que os ajuda a adquirir experiência e disciplina.
Almeida (2013)	A educação não formal dos aprendizes ocorre em cursos de formação, onde ocorrem os processos sociopolíticos, culturais e pedagógicos de formação cívica.
Frozzi e Bardagi (2013)	O programa oferece aspectos positivos como aumento da maturidade e organização pessoal, maior reconhecimento social (no trabalho e na família), aquisição de conhecimentos e orientação interna na seleção de carreira. Os principais fatores negativos foram falta de tempo, negligência com a própria saúde e dificuldade com mudanças frequentes de turmas ou de educadores para cursos de aprendizagem.
Pereira, Chaves e Galvão (2013)	A relevância dos cursos de orientação profissional oferecidos pelo programa pode ser percebida, pois eles capacitam os jovens a fazerem uma escolha consciente do caminho que seguirão em suas carreiras.
Freires (2013)	Avaliação da efetividade do programa de aprendizado. Os resultados indicaram que os jovens consideraram altamente eficiente o programa relacionado em seu crescimento profissional, evidenciando sua relevância na sociedade e nas vidas dos alunos ao proporcionar-lhes uma mudança de perspectiva e melhor preparo para enfrentar futuros desafios no mercado laboral.
Rosa (2015)	Destaca-se a colaboração ativa dos participantes por meio da expressão verbal, visual e escrita. O estudo chegou à conclusão de que os significados compartilhados através das palavras faladas, imagens visualizadas e produção textual reforçam a possível importância do trabalho na vida dos jovens.

Souza et al., (2016)	Quanto à perspectiva dos jovens sobre a sua profissão, pode-se concluir que estes possuem uma percepção complexa do trabalho, sobretudo ligada à aquisição de salário. Porém, fica evidente que o trabalho proporciona contribuições positivas para os adolescentes de Fortaleza - como desenvolvimento de maturidade, crescimento profissional e realização pessoal - juntamente com a independência financeira, entre outros fatores.
Villar e Mourão (2018)	A eficácia do programa foi avaliada e os resultados indicam que ele beneficia o crescimento profissional, a capacidade de empregabilidade e autoconfiança.
Moura (2018)	Concluiu-se que o trabalho era importante para os aprendizes porque proporcionava aos jovens acesso a celulares e outros artigos importantes para eles. As pessoas que recebem mais respeito das suas famílias e se sentem mais independentes acreditam que a aprendizagem lhes trará o respeito das suas famílias, enquanto as pessoas mais independentes acreditam que a aprendizagem conduzirá a futuras oportunidades no mercado.
Castro (2019)	Foi constatado que o programa traz vantagens significativas para os jovens, como proporcionar-lhes acesso a um bom emprego sem prejudicar seu desempenho acadêmico. Isso pode ser visto como uma avaliação positiva do programa, já que demonstra preocupação em relação ao progresso educacional dos jovens.
Rodrigues (2020)	Observou-se que os alunos da Escola de Circo Dom Fernando (ECDF) da PUC Goiás são oriundos de famílias da classe trabalhadora, que em sua maioria são obrigados a ingressar no mercado de trabalho devido a questões socioeconômicas. O artigo conclui que os jovens ingressam no mercado de trabalho principalmente para conquistar independência financeira e desenvolver condições de subsistência.
Jantsch (2020)	A jovem em situação vulnerável foi o foco da análise, e os resultados obtidos revelaram que, de modo geral, o Programa é válido na promoção do acesso às oportunidades para a ascensão dos jovens pertencentes a esse grupo social. Com isso amplia-se sua percepção sobre seu papel na sociedade e aumenta suas chances de crescimento acadêmico e profissional.
Conceição (2021)	A Lei da Aprendizagem preocupa-se com oportunidades de proporcionar aos jovens experiência profissional, incentivar a educação, gerar renda e garantir condições adequadas de trabalho, bem como prever a maturidade de sua inserção na sociedade de consumo e prepará-los para a nova sociedade do mundo do trabalho. Ou seja, cumpre com o seu propósito.

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de consulta ao trabalho de Ladvocat e Rocha (2023).

Ladvocat e Rocha (2023) concluem, após revisão bibliográfica levantada, que uma estratégia importante para a inclusão dos jovens no mercado de trabalho é o fortalecimento das políticas públicas regionais externas à geração do primeiro emprego. Além disso, criar parcerias com empresas e ampliar a divulgação do PJA pode estimular ainda mais as contratações desses profissionais iniciantes.

Observou-se também que o programa pode impactar negativamente no desenvolvimento educacional dos adolescentes, pois eles devem dividir seu tempo entre trabalho e estudo. Isto muitas vezes leva a atrasos na formação de relacionamentos com

colegas que não precisam equilibrar ambas as responsabilidades. De acordo com um estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas, no ano de 2015, muitos aprendizes relataram ter dificuldade em equilibrar as duas atividades, o que os levou a ficar para trás academicamente ou até mesmo a abandonar completamente a escola (Caldeira, 2024).

Estudos como o de Caldeira (2024), indicam que o PJA tem apresentado um impacto limitado na formação dos jovens, uma vez que não melhora o seu nível de educação ou qualificação. Em essência, estes jovens estão sendo treinados para tarefas específicas, normalmente sem complexidade, o que pode restringir as oportunidades de crescimento profissional no futuro.

Segundo Macedo (2012 *apud* Caldeira, 2024), o Programa Jovem Aprendiz tende a limitar a capacidade técnica dos jovens, categorizando-os como mão de obra barata, em vez de proporcionar um desenvolvimento técnico e profissional mais amplo e diversificado. Esta limitação pode ser prejudicial para os jovens a longo prazo, uma vez que podem tornar-se menos competitivos no mercado de trabalho, fortalecendo as condições de trabalho precárias e com baixos salários presentes em alguns setores da economia.

Embora a legislação estabeleça um salário-mínimo proporcional às horas trabalhadas pelos aprendizes, as empresas têm a liberdade de oferecer remunerações superiores. Contudo, a prática de pagar apenas o mínimo legal pode desmotivar os jovens a ingressarem no programa, dificultando o alcance das metas de contratação estabelecidas. Além disso, a insuficiência na fiscalização do cumprimento das cotas de aprendizagem contribui para a perpetuação desse cenário.

O Programa reflete-se em aspectos financeiros e sociais, conforme dados de uma pesquisa realizada em 2018 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) em colaboração com o CIEE. O levantamento identificou que indivíduos entre 14 e 24 anos, público-alvo da aprendizagem, estão inseridos em um contexto marcado por taxas mais elevadas de desemprego, subutilização profissional, trabalho informal e desmotivação em relação a outras faixas etárias.

Um estudo realizado pela Instituição FIPE indica que os jovens aprendizes tendem a melhorar suas condições de vida e trabalho através da participação no Programa. Alguns dos benefícios observados no estudo incluem inserção no mercado de trabalho, formação profissional, renda, educação contínua e redução da desigualdade social.

É preciso também considerar a necessidade de adequação do programa Jovem Aprendiz às demandas atuais do mercado de trabalho, e necessidades dos jovens, e também preparar os seus profissionais de capacitação para promover um ambiente

inclusivo e seguro para o aprendizado. Esses profissionais devem ser capacitados para identificar as necessidades específicas dos jovens aprendizes, considerando sua diversidade de origens étnicas, culturais e socioeconômicas, ajudando-os a lidar com os desafios que enfrentam em suas vidas pessoais e profissionais. Isso inclui a implementação de mecanismos de suporte emocional, a criação de canais de comunicação efetiva e a promoção de atividades que fortaleçam a autoestima, a resiliência e o desenvolvimento pessoal dos jovens, bem como de criação diretrizes e políticas que promovam a igualdade de oportunidades no programa Jovem Aprendiz (Caldeira, 2024, s/p).

O PJA no Brasil parece ser frequentemente discutido sob duas perspectivas distintas: as limitações que ele impõe ao desenvolvimento técnico e profissional dos jovens e os benefícios que oferece na melhoria das condições de vida e trabalho.

A precarização da vida jovem resulta de três dimensões principais. Primeiro, a ambivalência do mundo contemporâneo gera incertezas que afetam o processo decisório dos jovens. Em segundo lugar, a própria fase da vida jovem contribui para a insegurança. Por fim, a exposição a formas precárias de trabalho agrava a precariedade das condições de vida. Assim, os jovens vivem em um ambiente de incerteza constante e precariedade (Moura e Moura, 2011). Segundo os autores, essa situação de precarização tem sido tolerada pelos jovens devido às incertezas que enfrentam.

No trecho de Macedo (2012 *apud* Caldeira, 2024), “o PJA pode restringir a capacidade técnica dos jovens ao categorizá-los como mão de obra barata, em vez de proporcionar um desenvolvimento profissional abrangente”, essa crítica aponta que o programa, ao focar na inserção dos jovens em posições que muitas vezes são menos complexas e menos qualificadas, pode não oferecer um aprendizado suficientemente diversificado e técnico. Consequentemente, os jovens podem enfrentar dificuldades para competir no mercado de trabalho a longo prazo e podem se ver relegados a condições de trabalho precárias e mal remuneradas.

Contrapõe-se a essa visão a pesquisa realizada pela FIPE em 2018, que aponta benefícios substanciais do PJA para o grupo-alvo de 14 a 24 anos. Dados dessa pesquisa indicam que os jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica apresentam melhores taxas de emprego e condições de vida ao participar do programa. O estudo revela que os jovens aprendizes tendem a melhorar sua inserção no mercado de trabalho, obter formação profissional, aumentar sua renda e continuar a educação, além de contribuir para a redução da desigualdade social.

O ponto de confronto entre as críticas e os benefícios do PJA reside na eficácia do programa em balancear a inserção dos jovens no mercado de trabalho com o desenvolvimento de habilidades técnicas e profissionais robustas. Enquanto as críticas destacam uma possível

limitação no desenvolvimento técnico, a evidência dos benefícios sugere que o programa tem uma atuação positiva na vida dos jovens em termos de empregabilidade e condições socioeconômicas. Portanto, o desafio está em aprimorar o programa para que ele não apenas ofereça oportunidades para a inclusão social e a melhoria das condições de vida dos jovens, mas também aborde e corrija suas limitações para proporcionar um desenvolvimento técnico mais abrangente e uma carreira profissional sustentável.

Ao longo dos anos, apesar dos desafios mencionados, o PJA vem apresentando crescimento no número de jovens contratados. No Tabela 2, observamos um panorama dessas contratações do ano de 2016 a 2023. E, posteriormente, o Gráfico 2 apresenta essas informações.

Dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) apontam que em 2023 foram registradas 546.593 contratações de jovens aprendizes. Esse aumento pode estar relacionado à retomada econômica, que impulsionou a demanda pelo PJA. Paralelamente, o Banco Nacional de Empregos (BNE) registrou um crescimento de 65% nas buscas por vagas de aprendizagem em janeiro de 2024, comparado ao mesmo período de 2023.

Tabela 2 - Aprendizes com vínculo ativo até 31/12 no Brasil (2016-2023).

Aprendizes com vínculo ativo em 31/12							
2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
368.818	386.338	431.806	476.003	372.076	460.568	517.553	556.175

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2023), a análise longitudinal das contratações no âmbito do Programa Jovem Aprendiz (PJA) apresenta relevância para a avaliação de seu impacto, incluindo seu alcance e eficácia na redução do desemprego juvenil e na integração dos jovens ao mercado de trabalho. A identificação de tendências no recrutamento, considerando variáveis como setor econômico, localização geográfica e porte empresarial, oferece subsídios para compreender as demandas e desafios enfrentados por essa parcela da população.

O monitoramento contínuo das políticas associadas ao PJA permite a identificação de áreas que demandam ajustes ou melhorias, contribuindo para o planejamento estratégico de programas futuros e a formulação de políticas voltadas ao emprego juvenil. Além disso, a transparência e a prestação de contas proporcionadas por essas avaliações possibilitam que as instituições envolvidas sejam analisadas quanto ao desempenho e compromisso com a

inclusão e desenvolvimento dos jovens, facilitando o acompanhamento e a avaliação de seu impacto por órgãos governamentais, empresas e organizações da sociedade civil (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Aprendizizes com vínculo ativo até 31/12 no Brasil (2016-2023)



Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir da RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao observar a evolução de contratações de jovens aprendizizes, é importante detalhar cada boletim de aprendizagem disponibilizado por órgãos do Governo Federal. Visto que, apesar de apontar o crescimento do PJA por ano, o saldo pode ser negativo. Na Tabela 3, observamos a movimentação das contratações e desligamentos. Os desligamentos podem ocorrer por diferentes motivos, a saber: o prazo estabelecido em contrato finalizar e o aprendiz completar 24 anos (exceto quando se tratar de pessoa com deficiência - PcD). A empresa também fica autorizada a realizar a rescisão contratual antecipada nas seguintes hipóteses: desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz; falta disciplinar grave; ausência injustificada no ensino técnico que implique perda do ano letivo, com comprovação do estabelecimento de ensino; a pedido do aprendiz; fechamento da empresa em virtude de falência e encerramento de atividades ou morte (Brasil, 2019).

Podemos observar que o ano de 2023, fechou com saldo positivo de contratações.

Tabela 3 - Movimentação de Aprendizizes por mês (2023)

Movimentação de Aprendizizes por mês (Janeiro a Dezembro de 2023)						
Competência	Admitidos	%	Desligados	%	Saldo	%
Janeiro	46.506	8,51%	40.437	8,21%	6.069	11,23%
Fevereiro	62.870	11,50%	41.451	8,42%	21.419	39,64%
Março	56.632	10,36%	43.483	8,83%	13.149	24,33%
Abril	44.142	8,08%	33.617	6,82%	10.525	19,48%
Maio	43.713	8,00%	39.591	8,04%	4.122	7,63%
Junho	39.681	7,26%	40.847	8,29%	-1.166	-2,16%
Julho	44.791	8,19%	43.186	8,77%	1.605	2,97%
Agosto	57.055	10,44%	44.464	9,03%	12.591	23,30%
Setembro	45.512	8,33%	37.232	7,56%	8.280	15,32%
Outubro	41.049	7,51%	36.009	7,31%	5.040	9,33%
Novembro	39.085	7,15%	32.930	6,69%	6.155	11,39%
Dezembro	25.557	4,68%	59.312	12,04%	-33.755	-62,47%
Total	546.593	100,00%	492.559	100,00%	54.034	100,00%

Fonte: Novo CAGED jan./2023 a dez./2023* (Brasil, 2023).

Segundo dados divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (2024), o Brasil alcançou o maior número de jovens aprendizes contratados em sua série histórica, totalizando 602.671. No primeiro trimestre de 2024, ingressaram na aprendizagem 46.491 jovens, representando um aumento de 8,3% em relação a dezembro de 2020. O secretário de Qualificação, Emprego e Renda, Magno Lavigne, atribuiu esse resultado ao fortalecimento das políticas públicas do governo federal, incluindo a revitalização do Fórum Nacional de Aprendizagem e a implementação do Pacto da Juventude, bem como aos diálogos estabelecidos desde o início de 2023 com entidades formadoras, setores empresariais, fundações e jovens.

No Quadro 11 são apresentadas algumas dimensões para considerar em termos de aprimoramento e possíveis entraves do Programa:

Quadro 11 – Entraves e aprimoramentos do Programa Jovem Aprendiz

	Entraves	Aprimoramentos
Ampliação da Oferta de Vagas	Ainda há uma demanda alta em comparação com o número de vagas disponíveis no programa.	Buscar meios de aumentar a oferta de vagas, incentivando mais empresas a participar e contratando um número maior de jovens aprendizes.
Qualidade da Formação	Garantir que a formação teórica oferecida seja de qualidade e esteja alinhada com as demandas do mercado de trabalho.	Fortalecer parcerias com instituições de ensino para oferecer cursos que envolvam habilidades técnicas e socioemocionais relevantes para diversas áreas.

Acessibilidade para Diferentes Perfis	Alcançar e atender jovens em situações de vulnerabilidade, considerando diversidade de gênero, raça, região geográfica, entre outros.	Desenvolver estratégias específicas para aumentar a participação de grupos sub-representados e garantir que o programa seja inclusivo.
Acompanhamento Pós-Contratação	Alguns jovens podem enfrentar dificuldades após o período de aprendizagem.	Implementar programas de acompanhamento pós-contratação, oferecendo suporte contínuo e oportunidades de desenvolvimento profissional.
Articulação com Setores em Crescimento	Assegurar que o programa esteja alinhado com setores em crescimento e demanda por mão de obra qualificada.	Atualizar regularmente as áreas de atuação do programa, considerando as tendências do mercado de trabalho e as necessidades das empresas.
Participação de Micro e Pequenas Empresas	Algumas micro e pequenas empresas podem ter restrições em participar devido a recursos limitados.	Implementar incentivos para envolver empresas de menor porte, como facilitar processos burocráticos e oferecer subsídios.
Fortalecimento da Rede de Parcerias	Alinhar melhor as ações com instituições educacionais, empresas e órgãos governamentais.	Fortalecer a colaboração e comunicação entre os diversos stakeholders, promovendo uma abordagem mais integrada.
Avaliação de Resultados	Medir e avaliar o alcance real do programa nos jovens e no mercado de trabalho.	Implementar sistemas de avaliação robustos para monitorar o desempenho a longo prazo dos aprendizes e ajustar estratégias conforme necessário.
Atualização da Legislação e Normas	Manter a legislação alinhada com as mudanças no mercado de trabalho e nas necessidades dos jovens.	Revisar e atualizar regularmente as regulamentações para garantir que estejam em sintonia com o cenário atual.
Conscientização e Divulgação	Alguns jovens podem não ter conhecimento sobre o programa.	Intensificar esforços de marketing e conscientização para garantir que os jovens conheçam as oportunidades oferecidas pelo programa.

Fonte: Elaborada pela autora (2024) a partir de Ministério do Trabalho e Emprego (2014).

O aprimoramento contínuo dessas dimensões pode contribuir para a eficácia do PJA. Outro ponto de atenção é considerar a inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho após a conclusão do programa. Muitos jovens enfrentam dificuldades em encontrar emprego formal, apesar de terem adquirido experiência durante o seu período de aprendizagem. É fundamental facilitar a comunicação entre o PJA e as empresas que oferecem oportunidades de contratação efetiva desses aprendizes após a conclusão, bem como criar perspectivas de desenvolvimento de carreira para eles dentro dessas organizações (Caldeira, 2024).

O Quadro 12 apresenta algumas as críticas comuns ao programa:

Quadro 12 - Críticas ao Programa Jovem Aprendiz.

Rotatividade e Precarização do Trabalho	Algumas críticas apontam que algumas empresas podem usar o PJA para substituir empregados regulares, visando reduzir custos trabalhistas. Isso pode resultar em rotatividade excessiva de aprendizes e na precarização do trabalho. Percepção de Exploração: Algumas críticas sugerem que as empresas podem usar o PJA como uma forma de obter mão de obra barata, aproveitando-se da inexperiência dos jovens e oferecendo salários ou benefícios abaixo do padrão.
Falta de Fiscalização e Cumprimento da Lei	Há preocupações sobre a falta de fiscalização adequada para garantir que as empresas cumpram as disposições da Lei da Aprendizagem, como o limite de idade dos aprendizes, a proporção de aprendizes em relação ao total de funcionários, e a qualidade do treinamento oferecido.
Qualidade do Treinamento e Desenvolvimento	Algumas críticas sugerem que nem todos os programas de Jovem Aprendiz oferecem um treinamento de alta qualidade, com algumas empresas fornecendo apenas tarefas menores e sem significado, em vez de uma verdadeira experiência de aprendizado.
Limitações de Acesso	Apesar do objetivo de promover a inclusão social, algumas críticas apontam que o acesso ao PJA pode ser limitado para jovens de determinadas comunidades ou grupos marginalizados, devido a barreiras como falta de informação, discriminação ou acesso desigual a oportunidades.
Falta de Acompanhamento Pós-Programa	Após a conclusão do PJA, alguns críticos argumentam que há uma falta de acompanhamento e suporte para ajudar os aprendizes a fazerem a transição para o mercado de trabalho ou continuarem sua educação.

Fonte: Elaborada pela autora (2024) a partir dos trabalhos de Camarano⁴

Os Quadros 11 e 12 apresentam diferentes abordagens sobre os desafios e possibilidades de aprimoramento do PJA. Algumas análises abordam aspectos positivos relacionados à inclusão social e à formação profissional, enquanto outras destacam questões como limitações na fiscalização, acessibilidade restrita e possíveis precarização das condições de trabalho. As perspectivas que são expostas a seguir, sugerem a relevância de considerar ajustes nas políticas públicas e estratégias voltadas ao alinhamento do programa com as demandas do mercado de trabalho.

Autores como Villar e Mourão (2018), argumentam que a inserção de jovens no mercado de trabalho, através de programas como o Jovem Aprendiz, age no sentido do desenvolvimento profissional e pessoal dos jovens. Segundo esses autores, o trabalho juvenil oferece uma oportunidade para que os jovens desenvolvam habilidades, como disciplina, responsabilidade e conhecimentos técnicos, que auxiliam o seu futuro profissional. O contato com o ambiente de trabalho contribui para o amadurecimento e a construção de uma base sólida para a carreira.

Outro ponto positivo apontado por Pereira, Chaves e Galvão (2013), são os cursos de

⁴ Ana Amélia Camarano: Pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e especialista em mercado de trabalho e políticas públicas. Tem oferecido pensamentos críticos sobre a eficácia do programa Jovem Aprendiz em reduzir o desemprego juvenil.

capacitação oferecidos aos jovens dentro do programa. Eles destacam que esses cursos podem auxiliar os jovens na tomada de decisões mais conscientes sobre suas futuras carreiras, dando-lhes uma visão mais clara do que esperar no mercado de trabalho. Isso ajudaria os jovens a traçarem suas metas e objetivos profissionais de maneira mais estruturada.

Por outro lado, Silva e Vaz (2020) apresentam uma visão mais crítica em relação à inserção dos jovens no mercado de trabalho, especialmente no contexto da pandemia. Eles apontam que a pandemia agravou a situação dos jovens nem-nem (que nem estudam nem trabalham), o que exige políticas públicas que enfrentam o desligamento desses jovens da educação e do trabalho. Esses autores alertam que, sem uma estratégia de políticas públicas eficazes, muitos jovens podem cair na informalidade ou permanecer à margem do mercado de trabalho, perpetuando ciclos de pobreza e exclusão.

O autor Sant'Anna (2022) também critica o cenário de desemprego juvenil no Brasil, destacando que muitos jovens, especialmente aqueles de classes menos favorecidas, enfrentam barreiras estruturais para entrar no mercado de trabalho. Ele defende que o foco deveria estar em políticas que promovam uma maior inclusão social e educacional antes da inserção no trabalho, para que os jovens possam estar melhor preparados para enfrentar os desafios do mercado.

Um contraponto importante a se considerar é trazido por Martins (2009), que discute o impacto psicológico e social do trabalho precoce na vida dos jovens. Ele sugere que, embora programas como o Jovem Aprendiz tenham objetivos nobres de inclusão, o ambiente de trabalho pode não ser ideal para todos os jovens, especialmente para aqueles que ainda enfrentam desafios pessoais.

Por outro lado, Cavalcanti (2016) argumenta que, quando bem implementado, o PJA pode não apenas preparar os jovens para o mercado de trabalho, mas também servir como um meio de superar barreiras sociais. A inclusão produtiva desses jovens é vista como uma forma de promover a justiça social e reduzir desigualdades.

3.4.1 Desafios Estruturais e a Efetividade do Programa Jovem Aprendiz

Embora o PJA apresente resultados positivos em termos de inserção de jovens no mercado de trabalho, sua abrangência e impacto ainda se mostram insuficientes diante da complexidade e escala do problema que busca resolver. Dados do IBGE (2022) indicam que uma parcela significativa da juventude brasileira permanece excluída das oportunidades formais de emprego, seja por falta de acesso à educação de qualidade ou por limitações

estruturais no mercado de trabalho. Nesse sentido, o PJA, ao atuar principalmente sobre a inserção laboral de jovens, principalmente, em situação de vulnerabilidade, não consegue abarcar outras dimensões do problema, como a informalidade, as desigualdades regionais e a falta de perspectivas educacionais. Assim, apesar de representar uma política pública relevante, o programa tem seu alcance restringido por desafios econômicos, políticos e sociais que extrapolam sua capacidade de intervenção.

Ademais, a própria concepção de um programa como o PJA pode ser questionada enquanto uma solução para problemas estruturais tão amplos e históricos. A desigualdade social e econômica que caracteriza o Brasil envolve dinâmicas profundas de exclusão que não podem ser solucionadas apenas por meio de iniciativas voltadas à empregabilidade juvenil. Conforme apontam Sodré e Rabassa (2011), a implementação de políticas públicas eficazes requer uma articulação mais ampla entre diferentes setores, envolvendo educação, saúde, infraestrutura e assistência social.

Outro ponto crítico está relacionado à limitada implementação do PJA, a adesão ao programa, embora significativa em algumas áreas, é restrita pelo número insuficiente de instituições participantes, muitas das quais carecem de força ou incentivo para expandir suas ações. Além disso, observa-se uma carência de esforços coordenados, tanto por parte do setor público quanto do privado, para ampliar a base de organizações que oferecem vagas no programa e aumentar a visibilidade do PJA em regiões mais vulneráveis. Conforme discutem Paula e Souza (2016), a falta de engajamento institucional e de parcerias efetivas limita o alcance dessas iniciativas, perpetuando desigualdades no acesso a oportunidades.

Ainda nesse sentido, Abramo (2005) destaca que a vulnerabilidade da juventude brasileira é resultado de dinâmicas estruturais que demandam soluções mais abrangentes. Programas como o PJA, embora importantes, não conseguem, por si só, modificar estruturas históricas de exclusão social e econômica. De forma similar, Sposito e Carrano (2003) reforçam a necessidade de integração entre educação e políticas de empregabilidade.

Nesse contexto, o PJA surge como um instrumento que demonstra importância, mas ainda isolado, em um cenário que demanda ações sistêmicas e intersetoriais para promover mudanças. Portanto, a problematização do programa não se refere apenas à sua execução, mas também à possibilidade real de solucionar um problema que transcende as capacidades de qualquer iniciativa isolada.

3.5 Riscos à Lei da Aprendizagem

As declarações públicas do ex-presidente Jair Bolsonaro acerca do trabalho infantil suscitam a necessidade de análises aprofundadas sobre as interações entre dinâmicas sociais e econômicas e os jovens provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis. Essas condições são apontadas como fatores que podem limitar o tempo e as oportunidades dos jovens para vivenciar integralmente sua juventude. Segundo Dias (2021), a negação de tais realidades e a generalização nas declarações públicas contribuíram para dificultar a compreensão das experiências juvenis como um fenômeno influenciado por desigualdades históricas, ao passo que discursos em defesa do trabalho infantil reforçaram narrativas que minimizam a importância deste período crucial no desenvolvimento humano.

A Lei da Aprendizagem, por sua vez, enfrenta desafios em alcançar sua potencialidade, especialmente devido a alterações normativas propostas por medidas provisórias, como a MP nº 905/2019. Essa medida instituiu o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, voltado à contratação de jovens entre 18 e 29 anos, mas foi avaliada por Medeiros (2019) como uma iniciativa que alterava a lógica original da política pública de aprendizagem, comprometendo princípios estabelecidos pela Lei da Aprendizagem. Embora tenha sido revogada em 2020, novas propostas seguiram a mesma linha de flexibilização.

A MP nº 1.116/2022, por exemplo, introduziu alterações que impactaram diretamente as cotas de aprendizagem previstas em lei, com mudanças relacionadas ao aumento do prazo e da idade máxima de participação, entre outros ajustes (Saringer, 2022). Tais medidas foram implementadas sem consulta a atores essenciais, como os Auditores Federais do Trabalho, servidores estaduais e organizações com atuação direta na política de aprendizagem. Segundo Sá *et al.* (2022), a exclusão dessas partes interessadas, somada à dissolução de fóruns nacionais de aprendizagem e à restrição de participação em processos de formulação normativa, limitou a representatividade no debate, comprometendo a articulação de esforços para o fortalecimento das iniciativas de capacitação profissional no Brasil.

Por ser um contrato específico, os direitos e verbas rescisórias devidas ao aprendiz, no término do contrato, têm algumas particularidades. No Quadro 13 é realizada uma síntese das alterações propostas na Medida Provisória n. 1.116/2022, que segundo alguns autores, precariza a Lei da Aprendizagem.

Quadro 13 - Alterações propostas na Medida Provisória nº.1.116/22

Impedimentos ao desempenho da fiscalização do trabalho e indulto aos infratores da lei de aprendizagem	Em benefício às empresas que descumprem o Estatuto do Aprendiz, o artigo 26 da Medida provisória 1.116 (Brasil, 2022b) prejudica a atividade da Auditoria Fiscal do Trabalho, ao proibir a lavratura de auto de infração contra empresas que não cumprem a cota de aprendizagem. Em termos práticos, a norma, editada pelo Poder Executivo, diminui o espectro de atuação e impede a atividade dos agentes de inspeção laboral, o que propicia fraudes trabalhistas e estimula a impunidade e o desrespeito às normas aplicáveis à aprendizagem.
Desobrigação à contratação de novos aprendizes	O Programa Nacional de Incentivo à Contratação de Aprendiz é voltado às empresas que cumprem ou não as cotas de aprendizagem. Na prática, essa previsão desobriga a contratação de aprendizes para ambos os perfis de empresas. A normativa permite que as empresas cumpridoras da cota, ao aderirem ao mencionado programa, deixem de contratar os aprendizes que ordinariamente seriam admitidos, o que desestimula o preenchimento das vagas. De acordo com a nova redação do artigo 434, parágrafo único, da CLT, o descumprimento das cotas de aprendizagem será penalizado com multa irrisória, com valor cerca de oito vezes menor do que os custos de contratação de um aprendiz, o que pode ser considerado como uma vantagem com relação ao dever de contratação.
Contagem fictícia e contagem em dobro de aprendizes	Outro problema consiste na manipulação dos dados referentes às cotas de aprendizagem, a fim de simular uma efetiva contratação por parte das empresas. A contagem fictícia refere-se à contabilização de trabalhadores que foram aprendizes, para efeito da cota de aprendizagem por até um ano depois de serem efetivados. Ou seja, serão contabilizados como aprendizes trabalhadores que não mais ocupam essa modalidade contratual, mas que serão considerados como tal para efeito da comprovação do atendimento à cota de aprendizagem. Vale frisar: ex-aprendizes continuarão sendo contados para a cota de aprendizagem profissional pelo prazo de doze meses após o encerramento do contrato de aprendizagem.
Alteração do grupo prioritário e aumento da faixa etária do programa de aprendizagem	Conforme mencionado, a aprendizagem profissional foi implementada na legislação brasileira e incorporada à Consolidação das Leis do Trabalho como uma forma de combater o trabalho infantil e estimular a profissionalização de adolescentes e jovens. As políticas de aprendizagem foram idealizadas para grupo etário adequado à sua finalidade: os adolescentes. Portanto, há prioridade para a contratação de aprendizes com idade entre quatorze e dezoito anos.
Alteração no prazo do contrato de trabalho	Exatamente porque busca oportunizar o primeiro emprego aos adolescentes e jovens, o contrato de trabalho dos aprendizes previa a duração máxima de dois anos. Contudo, a MP n. 1.116 (Brasil, 2022b) expandiu o contrato de trabalho para vigência de até três anos, possibilitando a elevação para até quatro anos em determinadas hipóteses. Trata-se dos casos de contratação de aprendizes com deficiência e aprendizes inscritos em programas de aprendizagem profissional que envolvam o desempenho de atividades vedadas a menores de vinte e um anos de idade (artigo 429, § 5º, da CLT).
Diminuição dos critérios de formação dos aprendizes	Um dos alicerces do programa de aprendizagem e profissionalização de adolescentes e jovens, mediante a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica (artigo 428, caput e § 1º, da CLT). Logo, para que seja cumprida a sua finalidade, o programa de aprendizagem profissional pressupõe sólida formação técnica e frequência do aprendiz ao ensino básico. Entretanto, os atos normativos do Poder Executivo

	enfraquecem a formação de jovens e adolescentes, sobretudo no aspecto teórico.
Mercantilização de aprendizes e precarização do trabalho	Os atos normativos ampliaram indefinidamente o rol de instituições que podem realizar contratação indireta de aprendizes, caracterizada pela falta de formalização do vínculo empregatício do aprendiz imediatamente com o contratante.
Inclusão de rescisão antecipada no contrato do aprendiz	Em prejuízo ao direito fundamental do adolescente à profissionalização viabilizado por meio do programa de aprendizagem, amplia-se a figura da rescisão antecipada do contrato de trabalho, sob o pretexto de oportunizar a contratação do aprendiz como empregado em tempo indeterminado.
Criação de Comissão Nacional de Aprendizagem Profissional no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho	Criada no âmbito do Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Nacional de Aprendizagem Profissional substitui o extinto Fórum Nacional de Aprendizagem. Essa comissão funciona como órgão de fiscalização das práticas de aprendizagem profissional no país; entretanto, é formada apenas por membros do Poder Executivo federal, empregados e empregadores participantes do programa de aprendizagem.
Mudanças no cálculo da cota de aprendizagem	Conforme determina o decreto regulamentador, para o cômputo das cotas de aprendizagem, será considerada a média da quantidade de trabalhadores existentes em cada estabelecimento cujas funções demandam formação profissional em período estabelecido em ato do Ministro de Estado do Trabalho e Previdência. Essa modificação gera insegurança jurídica, ao prever uma regulamentação futura.

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de consulta ao trabalho de Sá *et al.*, (2022).

As disposições incluídas na Medida Provisória nº 1.116/2022, como a dupla contagem de aprendizes em situação de vulnerabilidade social para o cumprimento de cotas, o cálculo baseado em médias aritméticas, a extensão do contrato de dois para até quatro anos e a perda potencial estimada de mais de 430 mil vagas de aprendizagem profissional, foram temas centrais de debates e críticas. De acordo com Sá *et al.* (2022), essas propostas impactaram significativamente as políticas de formação profissional, culminando na exclusão de todos os artigos relacionados ao PJA durante o processo de aprovação da medida.

A gravidade da situação gerada pela MP nº 1.116/2022 mobilizou 27 Auditores-Fiscais do Trabalho, que ocupavam funções de coordenação de fiscalização em todas as unidades federativas, a renunciarem coletivamente aos seus cargos como forma de protesto (Nunes, 2022). Embora a MP tenha sido convertida em lei em dezembro de 2022, as mobilizações de instituições e jovens resultaram na exclusão das alterações propostas ao PJA no texto final. Este cenário reflete alguns dos desafios enfrentados pela Lei da Aprendizagem ao longo de sua trajetória, incluindo ameaças recentes que têm sido analisadas por uma Comissão Especial

na Câmara dos Deputados, responsável pela tramitação do Projeto de Lei que trata do Estatuto do Aprendiz.⁵

Conforme Sá *et al.* (2022), a flexibilização de direitos sociais proposta na MP nº 1.116/2022 não apresentou evidências de impacto positivo no aumento de oportunidades formais de emprego. Ao contrário, as mudanças sugeridas podem ampliar a vulnerabilidade dos jovens ao mercado informal e comprometer o papel da aprendizagem profissional na mitigação do trabalho infantil. Nesse contexto, as políticas públicas de aprendizagem demandam adaptações que garantam condições dignas de trabalho, especialmente para adolescentes expostos a contextos precários, e que ampliem o acesso ao mercado formal protegido pela legislação trabalhista vigente.

Após cinco anos de inatividade, o Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional foi reativado em 18 de junho de 2024, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília. Este fórum visa proporcionar um espaço de diálogo com a sociedade para discutir e propor aprimoramentos à Lei do Aprendiz nº 10.097, promovendo melhores condições de trabalho para jovens (Brasil, 2024). Anteriormente extinto em 2019 por decreto, o Fórum foi recriado em janeiro de 2024, retomando suas atividades com uma agenda voltada à recomendação 208 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 2023, que estabelece diretrizes para programas de aprendizagem de qualidade. Durante a reunião inaugural, foi proposto um debate com o Ministério da Educação (MEC) para alinhar a implementação do novo formato do ensino médio às iniciativas de aprendizagem. Além disso, foram planejadas ações para promover a empregabilidade dos aprendizes, incluindo a realização de um seminário voltado ao debate sobre o período "pós-contrato de aprendizagem" e a intensificação do diálogo com o setor empresarial (Brasil, 2024).

As atividades foram lideradas por João Victor da Motta, diretor do Departamento de Políticas de Trabalho para a Juventude do MTE, que enfatizou que a Lei do Aprendiz é a política pública que mais impacta os jovens no país. Ele destacou a importância de retomar o diálogo com entidades formadoras, representantes empresariais, trabalhadores e órgãos públicos para tornar a aprendizagem mais inclusiva e alinhada com a realidade do mercado de trabalho e dos jovens. Para Aguinaldo Maciente, especialista em Políticas de Emprego e Mercado de Trabalho da OIT, o Fórum é necessário para atender às necessidades dos jovens, oferecendo uma transição protegida para o mercado de trabalho e reduzindo os riscos de trabalho infantil ou má inserção no mercado. A Lei de Aprendizagem é uma das principais portas de entrada para os jovens no mercado de trabalho, refletindo a preocupação predominante com emprego e renda entre eles (Brasil, 2024, s/p).

⁵ Para maiores informações da PL 6461/2019, disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2234260> última atualização 14/12/2024.

4 METODOLOGIA

Essa dissertação foi elaborada a partir de três etapas metodológicas, que serão melhor explicadas nas próximas seções e subseções.

4.1 Primeira etapa: objetivos e ações

Com o suporte das ações delineadas no Quadro 14, pretendemos aprofundar a compreensão acerca do PJA, investigando de que maneira sua implementação ocorre na prática. Dessa forma, busca-se examinar os desafios, as possibilidades, as fragilidades e as potencialidades do Programa, bem como a atuação do CIEE enquanto instituição responsável por sua execução. Além disso, objetiva-se analisar as percepções tanto dos agentes envolvidos na assistência quanto dos beneficiários, a fim de identificar aspectos relevantes para a compreensão do impacto e da efetividade do PJA.

Quadro 14 - Ações da Pesquisa

OBJETIVOS		AÇÕES
Objetivo Geral	Investigar como o Programa Jovem Aprendiz tem atuado para a inserção de jovens, especialmente aqueles de baixa renda, no mercado de trabalho, a partir de um estudo de caso no CIEE de Franca	- Revisão bibliográfica: Lei nº 10.097/2000; Leis, Portarias/Instruções Normativas/ Decretos e Constituições que se relacionam com a Lei da Aprendizagem, e, juntas, contribuem para a efetivação dos direitos. - Aplicação de questionários (apêndices A e B) junto aos diversos sujeitos sociais do Programa Jovem Aprendiz que fazem parte da Instituição CIEE.
Objetivo Específico	Caracterizar os implementadores e jovens aprendizes, analisando suas percepções sobre o Programa Jovem Aprendiz, o CIEE e os processos de implementação;	- Aplicação e análise dos questionários (apêndices A e B) que permitam a caracterização de tais sujeitos sobre o PJA e também a averiguação da percepção dos jovens aprendizes sobre o PJA.
Objetivo Específico	Averiguar a formação oferecida com base nas percepções dos participantes e implementadores do Programa Jovem Aprendiz;	- Aplicação e análise dos questionários (apêndices A e B) que permitam investigar a formação fornecida pelo CIEE no PJA.
Objetivo Específico	Analisar, com base nas respostas dos jovens egressos do Programa Jovem Aprendiz e dos profissionais envolvidos em sua execução, em que medida o programa contribui para a inserção dos participantes no mercado formal de trabalho e sua integração na sociedade.	- Aplicação e análise do questionário (apêndice A) que permita a análise da inclusão ou não dos jovens no mercado de trabalho, que participaram do PJA do CIEE.

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

4.1.1 Arcabouço teórico e revisão da literatura

Por meio do arcabouço teórico, a pesquisa exploratória tende a apontar quais teorias ou ideias existentes podem ser aplicadas ao problema proposto ou se novas teorias e ideias necessitam ser criadas (Gil, 1999). Sendo assim, esta dissertação compreende uma pesquisa exploratória. Contudo, trata-se também de uma investigação qualitativa, pois visa o levantamento de dados e informações primárias (numéricas e não numéricas) com o intuito de analisar o PJA e sua implementação pelo CIEE de Franca como um estudo de caso. A revisão de literatura foi realizada nas bases de dados CAPES, BDTD, SciELO, Google Scholar, entre outros e o Quadro 15 apresenta como foi realizada essa busca e seleção.

Quadro 15 - Levantamento e seleção da Literatura (2023 - 2024)

Base de dados	Descritores utilizados	Resultados encontrados	Critérios de seleção	Critérios de exclusão
CAPES	“Programa Jovem Aprendiz”, “Lei da Aprendizagem”, “Política Pública de emprego” e “CIEE”	Foram encontrados 89 trabalhos com o tema jovem aprendiz e 16 com o item CIEE, todavia, todos objetivam enfoques diferentes do proposto nesta dissertação.	Além dos descritores utilizados, a seleção dos estudos também considerou a leitura dos resumos. Quando disponíveis, os resumos foram analisados em busca de menções aos termos-chave da pesquisa. Nos casos em que os trabalhos não apresentavam resumos, a análise foi realizada nas introduções.	Os trabalhos que não apresentaram alinhamento com os objetivos da pesquisa foram excluídos. Portanto, foram descartados por falta de relevância para a pesquisa em questão. Não houve registros de descritores que não resultaram em nenhum filtro de trabalho, uma vez que todos os descritores utilizados foram relevantes para os objetivos da pesquisa.
BDTD (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações)		41 estudos com o tema jovem aprendiz, todos tinham focos diferentes dos abordados neste trabalho.		
SciELO		98 estudos com o tema jovem aprendiz, Lei da Aprendizagem, Política Públicas. Nenhum com o CIEE no título e resumo.		
Google Scholar		29 estudos com o tema jovem aprendiz, Lei da Aprendizagem, Política Públicas e CIEE. Somente 3 com o CIEE no título, todos tinham focos diferentes dos abordados neste trabalho. Porém, alguns se assemelhavam em partes.		
Pesquisas no Google Referências de outros Trabalhos Referências das aulas do Mestrado		57 estudos com o tema jovem aprendiz, Lei da Aprendizagem, Política Públicas e CIEE. Todos tinham focos diferentes dos abordados neste trabalho. Porém, alguns se assemelhavam em partes.		

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Esta abordagem sistemática permite uma seleção mais precisa de estudos que contribuem diretamente para os objetivos da dissertação, proporcionando uma revisão de literatura adequada e alinhada com o tema proposto. Também demonstra a abordagem e o processo de triagem utilizado na revisão de literatura, buscando oferecer transparência e confiabilidade aos resultados obtidos.

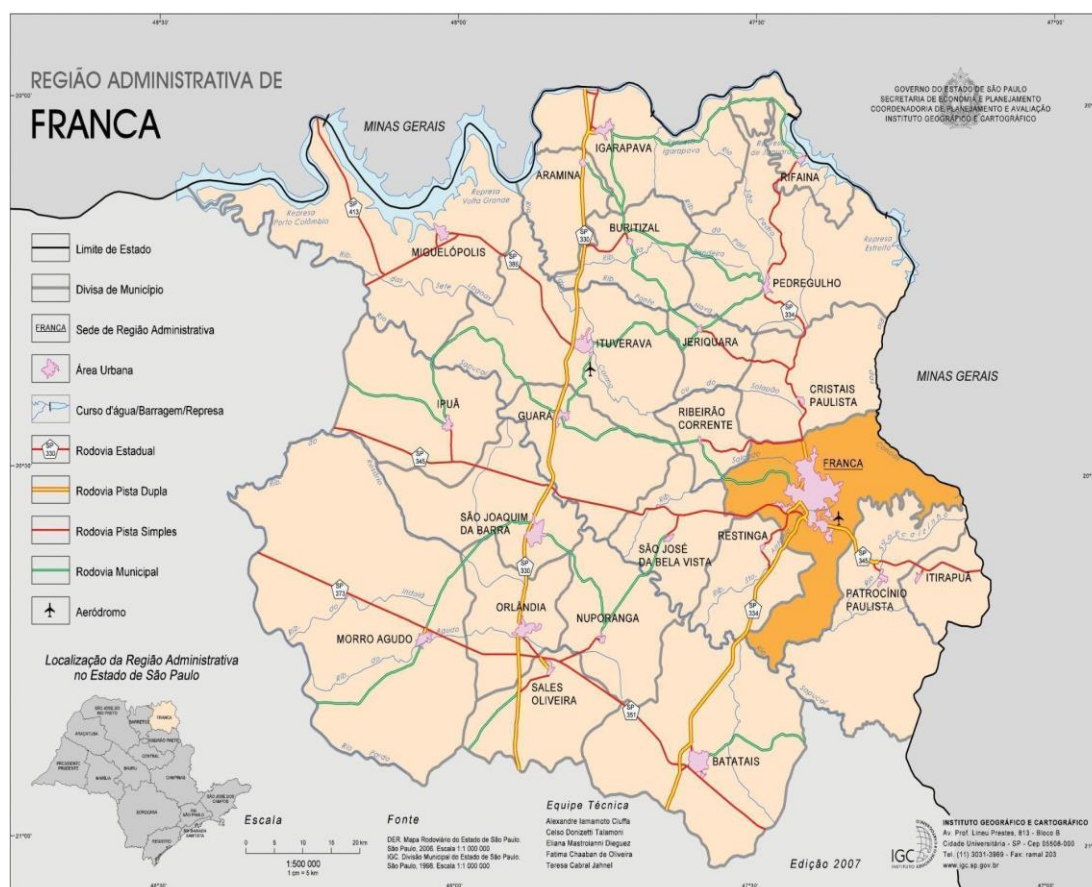
4.2 Segunda etapa: Franca/SP e o CIEE como cenários do estudo de caso

Assim como as políticas públicas apresentam divisões e múltiplos pontos de vista, as ciências empíricas também possuem uma subdivisão, sendo 1º ciências sociais e 2º ciências naturais. Para um melhor entendimento, é importante apontar que:

Dentre as ciências naturais estão: a Física, Química, Astronomia e a Biologia. Dentre as ciências sociais estão: a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, a Economia e a História. A Psicologia, a despeito de apresentar algumas características que a aproximam das ciências naturais, constitui também ciência social. Isto porque, ao tratar do estudo do comportamento humano, trata-o sobretudo a partir da interação entre os indivíduos (Gil, 1995, p. 22).

Com base no conceito sobre a Ciência e suas categorias, é possível determinar que este trabalho está alicerçado nas ciências empíricas, como Ciência Social. Acerca da Pesquisa Social, Gil (1995, p. 43) a descreve como processo que, “[...] utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social”.

A pesquisa empírica foi desenvolvida no CIEE, na cidade de Franca/SP, pois, além de sua importância econômica no estado, Franca tem potencial para espelhar a realidade que envolve a temática da juventude e mercado de trabalho em outros municípios. Segundo dados do IBGE (2018), a RA de Franca ocupa a 10ª colocação das cidades que compõem os aglomerados urbanos mais populosos do estado de SP. A Figura 4 permite localizar a Região Administrativa de Franca no estado e possibilita destacar o município de Franca como sede.

Figura 4 - Região Administrativa de Franca-SP

Fonte: Apd (2013).

A cidade de Franca, já foi reconhecida como o maior polo calçadista do Brasil, sendo um dos principais motores econômicos da região e símbolo de excelência na produção de calçados masculinos de couro. Este setor não apenas colocou a cidade em destaque no cenário nacional, mas também internacional. A indústria calçadista de Franca sempre foi um exemplo de dinamismo, gerando empregos, atraindo investimentos e contribuindo para o desenvolvimento urbano e regional (Assunção Júnior, 2006). Atualmente, Franca responde por cerca de 10% da produção nacional de calçados, mantendo uma posição relevante, mas enfrentando desafios (Lima; Costa, 2023).

Além de sua relevância econômica, Franca possui uma infraestrutura consolidada e um ambiente produtivo que integra sistemas urbanos e regionais, conectando-se a outras áreas por meio de uma ampla rede de relações. Esse fator torna o município um importante elo na cadeia produtiva e na divisão espacial do trabalho, ampliando sua área de influência e fortalecendo a economia local (Sampaio; Pereira Júnior, 2019).

Atualmente, os setores de alimentos e calçadista são os que mais empregam na região de Franca, juntos representando mais de 70% dos postos de trabalho formais. Além disso, o Produto Interno Bruto (PIB) da região administrativa de Franca registrou um crescimento de 4,2%, refletindo o potencial econômico da região (Governo de SP, 2023; Tribuna de Ituverava, 2023).

Em relação à instituição selecionada, o CIEE, foi criado em 1964 como uma ONG sem fins lucrativos. Com 60 anos de existência, sua atuação está associada a iniciativas voltadas à inserção de jovens no mercado de trabalho.

O CIEE tem funções como: firmar convênios com as Instituições de Ensino, cadastrar estudantes em seu banco de dados, buscar oportunidades de estágio junto às empresas, formalizar convênios com as empresas, oferecer diversos tipos de cursos de capacitação presencial e à distância, encaminhar estudantes para os processos seletivos nas empresas, providenciar a contratação de estudantes aprovados e acompanhar os projetos por meio de relatórios de avaliação e visitas técnicas nas empresas para subsidiar as Instituições de Ensino (Rocha, 2008).

As Diretrizes Institucionais do CIEE (2023), disponibilizadas no site, delineiam sua missão de promover o acesso e a integração ao mercado de trabalho, fortalecendo o exercício da cidadania. A visão da organização é ser reconhecida nacionalmente como uma referência em entidade beneficente de Assistência Social. Os valores que norteiam suas operações incluem responsabilidade social, postura ética e imparcial, confiança e credibilidade, aprimoramento contínuo, soluções ágeis e inovadoras, gestão profissionalizada, trabalho em equipe, crescimento autossustentável e compromisso com a comunidade.

Nesses 60 anos do CIEE, continuamos lutando por essa causa importante para a sociedade, nos comprometendo 100% com as juventudes mais potentes e vulneráveis nas desigualdades e injustiças sociais. Nós, uma instituição filantrópica e beneficente atuamos com jovens nas mais diferentes e variadas regiões brasileiras, executando diversos programas de Estágio e Aprendizagem, além de oferecer Espaços de Cidadania, Oficinas de Cri@tividades e cursos gratuitos, como os do catálogo Saber Virtual (CIEE, 2024, s/p).

A Figura 5 revela uma breve linha do tempo do início da história do CIEE, destacando o começo do PJA na instituição até o panorama atual.

Figura 5 - Linha do tempo CIEE



Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de CIEE (2023).

O CIEE disponibiliza em contratos firmados com as empresas, aprendizes que são capacitados durante o programa e recebem assessoria pedagógica, assim como suas respectivas famílias, que têm assistência social. Com atendimento em 2589 municípios pelo Brasil, o CIEE São Paulo é responsável diretamente por 19 estados; e, 7 estados possuem gestões autônomas (CIEE, 2023c).

Figura 6 - Atuação do CIEE no Brasil



Fonte: CIEE (2023c).

Segundo o CIEE (2024), a entidade emprega 2.502 colaboradores. Conta com mais de 30 mil empresas parceiras ativas e mais de 6 milhões de estudantes beneficiados. Sua fonte de recursos são as contribuições de parcerias e doações, são 100% reinvestidas nas atividades fim.

4.2.2 Aplicação de Questionário

Tal pesquisa foi realizada a partir da aplicação de questionários produzidos por intermédio da ferramenta *Google Forms* para cada segmento investigado. Seguindo as normas da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Instituição CIEE enviou o convite aos participantes (Anexo 1), via e-mail com o link do Google Forms contendo o Termo TCLE (Apêndices 3 e 4) e o Questionário, conforme Carta de Anuência Institucional (Anexo 2).

Para assegurar o sigilo dos dados dos participantes e também da instituição analisada foi elaborado e assinado o termo de sigilo e compromisso pela pesquisadora (Apêndices 1 e 2). Foram estruturados como instrumentos de pesquisa: Questionário 1 (Apêndice A) e Questionário 2 (Apêndice B).

O instrumento de pesquisa Questionário 1 (Apêndice A) é semiestruturado e foi enviado via e-mail pelo CIEE para os jovens aprendizes da cidade de Franca/SP. Participaram da pesquisa os jovens que concluíram ou que estavam participando do PJA no período de 2019 a 2023, com idade igual ou maior de 18 anos.

O instrumento de pesquisa Questionário 2 (Apêndice B) também é semiestruturado e foi enviado via e-mail para os implementadores que atuam em diversas frentes para que o PJA CIEE aconteça, são eles: a) CEO; b) supervisor da aprendizagem; c) líder da aprendizagem; d) instrutor de aprendizagem; e) consultor de vendas e f) assistente social.

A seleção dos sujeitos para análise do PJA baseou-se em suas funções e papéis específicos dentro do programa, conforme descrito a seguir (dados retirados de acordo com a página oficial do CIEE, 2023):

1. **Aprendizes:** Beneficiários diretos do PJA, participam de atividades práticas em empresas e de capacitações teóricas em instituições formadoras, com o objetivo de desenvolver habilidades profissionais e adquirir experiência para inserção no mercado de trabalho.
2. **Instrutor de Aprendizagem:** Responsável por conduzir a capacitação teórica dos aprendizes, fornecendo suporte pedagógico e contribuindo para sua formação técnica e comportamental, em conformidade com a legislação vigente.
3. **Líder de Aprendizagem:** Atua como gestor das atividades de aprendizagem, alinhando estratégias empresariais e apoiando os aprendizes e suas equipes.
4. **Supervisor de Aprendizagem:** Coordena os líderes de aprendizagem, orientando a implementação das diretrizes do programa em diferentes unidades e polos.
5. **Consultor de Vendas:** Promove e divulga os programas de estágio e aprendizagem, realizando prospecção de novos clientes, manutenção de contratos e parcerias com empresas e instituições de ensino.
6. **CEO:** Responsável pela supervisão estratégica e operacional da organização, com foco no desenvolvimento sustentável e de longo prazo, além de manter o equilíbrio entre objetivos corporativos e fatores humanos.
7. **Assistente Social:** Atua junto a jovens em situação de vulnerabilidade, oferecendo suporte social e familiar, mediação de conflitos e fortalecimento de redes socioassistenciais,

em colaboração com conselhos e entidades locais de proteção e direitos.

No Quadro 16, apresenta-se como foram organizados os documentos e quantidades, relativos a cada participante da pesquisa.

Quadro 16 - Participantes da pesquisa

Participantes da Pesquisa	Expectativa de participantes informados ao Comitê de ética	Respondentes da Pesquisa	Documentos Correspondentes
Aprendizes matriculados ativos e inativos com contratos encerrados na Instituição CIEE na unidade de Franca (2019 - 2023)	Informado ao comitê: 2543 Enviado na prática: 1098 ⁶	Total: 181 167 com aceite 14 não aceite	TCLE Apêndice 3 + Questionário Apêndice A
Sujeitos implementadores do Programa Jovem Aprendiz: Instrutor de Aprendizagem; Líder de Aprendizagem; Supervisor da Aprendizagem; Consultor de vendas; Assistente Social e CEO.	6 + 1 + 1 + 1 + 1 + 1 = 11	8	TCLE Apêndice 4 + Questionário Apêndice B

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para determinar o tamanho da amostra necessário com base nas informações disponíveis (Questionário 1), foi utilizada a fórmula padrão para cálculo do tamanho da amostra em uma proporção populacional. Este método de cálculo do tamanho da amostra é amplamente utilizado em estudos de amostragem para garantir uma estimativa confiável da proporção populacional desejada.

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{E^2}$$

Onde:

- n é o tamanho da amostra necessário.
- Z é o valor crítico da distribuição normal padrão para o nível de confiança desejado.
- p é a estimativa da proporção populacional.
- E é a margem de erro.

Dadas as informações:

⁶ A quantidade de participantes da pesquisa inicialmente informada ao Comitê de Ética foi superior àquela que foi efetivamente enviada. Esta alteração ocorreu devido ao envio para aprovação ter sido durante o período de elaboração da dissertação, quando ainda estávamos considerando o número de toda a Região Administrativa (RA) de Franca, composta por 23 municípios. Após uma análise do material disponibilizado pelo CIEE, verificou-se que a cidade de Franca concentrava 54% dos aprendizes de todos os municípios combinados (totalizando 1098 aprendizes). Portanto, o foco do estudo foi ajustado exclusivamente para Franca, dada a representatividade satisfatória dessa amostra.

- População total (N): 1098 indivíduos.
- Nível de confiança: 80%, o que corresponde a um Z -score de 1,28 para uma distribuição normal padrão.
- Margem de erro (E): 5% ou 0,05.
- Estimativa da proporção populacional (p): para maximizar o tamanho da amostra, usamos ($p = 0,5$) (máxima variabilidade, o que gera a maior amostra necessária).

Agora, podemos calcular o tamanho da amostra:

1. Calcular o Z -score:

Para um nível de confiança de 80%, o Z -score é aproximadamente 1,28.

2. Aplicar na fórmula:

$$n = \frac{(1,28)^2 \cdot 0,5 \cdot (1 - 0,5)}{(0,05)^2}$$

3. Resolver a fórmula:

$$n = \frac{1,6384 \cdot 0,5 \cdot 0,5}{0,0025}$$

$$n = \frac{0,4096}{0,0025}$$

$$n = 163,84$$

4. Arredondar para o próximo número inteiro:

Uma vez que não podemos ter uma fração de um indivíduo na amostra, arredondamos (163,84) para cima.

Portanto, o tamanho da amostra necessário é aproximadamente de 164 indivíduos.

Isso significa que, para uma população de 1098 indivíduos, um nível de confiança de 80% e uma margem de erro de 5%, são necessários aproximadamente 164 indivíduos para ter uma estimativa confiável da proporção desejada. Após a análise das respostas, foi obtido o seguinte levantamento: a pesquisa recebeu 186 respostas, das quais 5 foram identificadas como repetidas e separadas. Das restantes, 167 respostas foram aceitas como participação completa, enquanto 14 participantes optaram por não aceitar participar. Dessa forma, conseguimos uma amostra de 164 indivíduos, provenientes dos 1.098 e-mails enviados, com um nível de confiança de 80% e uma margem de erro de 5%.

Antes da aplicação dos questionários 1 e 2, todos (as) os (as) convidados (as)

receberam um e-mail contendo: o convite para participar da pesquisa; o link para acessar o questionário, segundo o público definido, assim como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndices 3 e 4), sendo um para cada público. Somente os (as) convidados (as) que assinaram o TCLE de forma afirmativa tiveram acesso aos Questionários (Apêndices A e B) e puderam participar da pesquisa. No TCLE consta a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e incômodos que a mesma possa ocasionar aos participantes.

Foi explicado de forma clara e detalhada aos participantes que eles não sofrerão nenhum dano físico, psíquico, moral, intelectual, econômico, social, cultural ou espiritual, durante sua participação e que eles poderiam encerrá-la a qualquer momento sem nenhum constrangimento ou prejuízo. Além disso, destaca-se que todas as questões de cada questionário contam com a opção “() Não desejo declarar”, permitindo, assim, que o (a) participante tivesse total liberdade de não responder.

Os (as) participantes têm seu anonimato assegurado, sendo utilizado a letra **J** e um número para os jovens, sejam eles egressos ou não. E a letra **I** e um número para os sujeitos implementadores. Cada participante também foi informado (a) acerca do tempo previsto para preencher a parte fechada do questionário, cerca de 15 minutos. Contudo, as questões abertas sofreram uma variação de tempo de resposta, pois isso dependia do detalhamento da informação fornecida pelo (a) participante. O prazo para devolução do questionário foi de 15 dias.

Além disso, os (as) participantes tiveram a liberdade para deixar em branco questões que não quisessem responder. Caso algum (a) participante manifestasse dificuldades no entendimento das perguntas presentes no questionário, a pesquisadora se colocou à disposição para esclarecer, de acordo com o canal de preferência do (a) participante (e-mail, WhatsApp ou meet). Com isso, buscou-se facilitar a compreensão do (a) participante, evitando, assim, que este (a) não se sentisse devidamente esclarecido (a).

Nenhum (a) participante foi exposto (a) e todos (as) tiveram seus direitos assegurados. A participação de todos (as) ocorreu de maneira voluntária, podendo deixar de responder uma pergunta em específico, ou o questionário completo, a qualquer momento, logo, o (a) participante não teve nenhum prejuízo. Todos (as) que participaram e responderam o questionário até o final receberão a versão final da dissertação por e-mail.

Seja os Termos de Consentimento, seja os Questionários, tais documentos foram disponibilizados para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Araraquara - UNIARA. A primeira submissão ao Comitê ocorreu em 21 de novembro de

2023, com o parecer final "APROVADO" sendo emitido em 14 de maio de 2024. Somente após a aprovação pelo Comitê de Ética, os questionários foram aplicados, começando especificamente em 24 de maio de 2024.

4.3 Terceira etapa: Análise de dados

Os dados primários são provenientes dos Questionários (Apêndices A e B). Para sua análise foi utilizada:

[...] a análise de conteúdo de mensagens [...] aplicável a todas as formas de comunicação, seja qual for a natureza do seu suporte, possui duas funções, que na prática podem ou não dissociar-se: Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. Uma função de “administração da prova”: Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes apelaram para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação (Bardin, 2016, p. 35-36).

Para Bardin (2016), a análise de conteúdo não possui exclusivamente

[...] um alcance descritivo, pelo contrário, toma-se consciência de que a sua função ou o seu objetivo é a inferência. Que esta inferência se realize tendo por base indicadores de frequência, ou, cada vez mais assiduamente, com a ajuda de indicadores combinados, toma-se consciência de que, a partir dos resultados de análise, se pode regressar às causas, ou até descer aos efeitos das características das comunicações (Bardin, 2016, p. 27).

Assim sendo, com base na periodicidade das escolhas das alternativas, e nas livres manifestações nas questões abertas dos Questionários (Apêndices A e B), foram determinados indicadores a partir da perspectiva dos sujeitos participantes. Essas informações proporcionaram a análise comparativa relativa às diferentes visões de cada um desses atores, buscando o significado, efeito, e se consideram que esta política pública para a inclusão do jovem no mercado de trabalho, por meio da Aprendizagem Profissional, atinge seu objetivo. E se a aprendizagem teórica, a partir da formação propiciada por cada arco/curso, apresenta algum diálogo com a prática.

A análise da inserção profissional dos jovens através do PJA exige uma abordagem que contemple as responsabilidades e desafios enfrentados no mundo do trabalho. Assim, esta pesquisa considera as dimensões de: Inclusão Social; Responsabilidade Social, Comprometimento/Integridade Profissional e Desenvolvimento de Competências Profissionais, como categorias norteadoras para a compreensão da experiência dos aprendizes

e da instituição envolvida. Esse alinhamento está diretamente relacionado aos objetivos gerais e específicos do estudo, que buscam compreender como o PJA contribui para a inclusão social por meio da inserção no mercado de trabalho e a formação profissional dos jovens. A seguir, cada dimensão encontra-se detalhada.

4.3.1 Inclusão Social e Contextos de Vulnerabilidades Sociais

A inclusão social foi examinada através da análise das percepções dos participantes sobre como a Aprendizagem Profissional contribui para reduzir desigualdades sociais. A metodologia envolveu a categorização das respostas quanto à inclusão em termos de acesso a oportunidades, integração comunitária e aumento da equidade econômica. Essa dissertação discute diferentes dimensões da inclusão social e como ela pode ser entendida de maneira abrangente, indo além do acesso econômico para abranger aspectos culturais e sociais.

Inclusão social refere-se ao processo de garantir que todos os indivíduos tenham acesso igualitário a oportunidades, recursos e direitos na sociedade. É um conceito fundamental para promover a equidade e a participação de todos os grupos sociais, especialmente aqueles historicamente marginalizados (Sen, 2009). Este autor explora conceitos de justiça e equidade, e discute como a inclusão social está interligada com a capacidade das pessoas de exercer suas potencialidades e participar plenamente da sociedade.

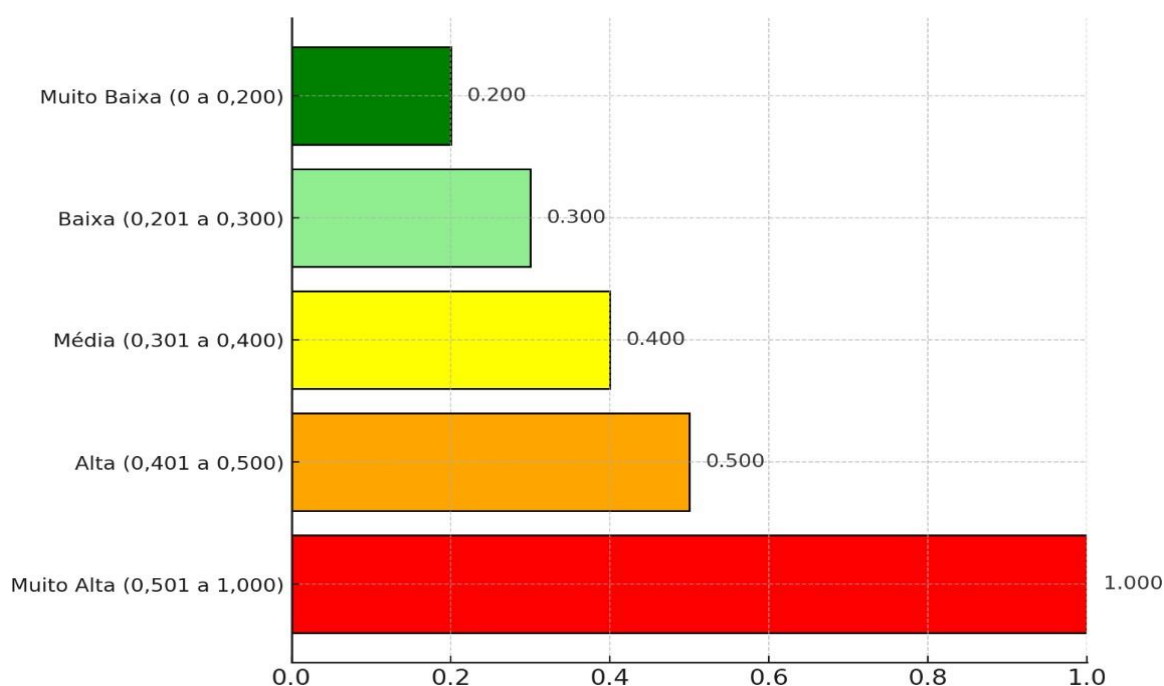
Segundo Ferreira (2007), a inclusão social é "um processo dinâmico de ampliação das oportunidades de acesso aos bens econômicos, culturais e sociais, especialmente para aqueles grupos que são marginalizados, como forma de reduzir as desigualdades sociais". Santos (2007) contribui para complementar tal reflexão ao apontar que a inclusão social "é um movimento que visa garantir a igualdade de direitos e oportunidades a todos os indivíduos, independentemente de suas condições socioeconômicas, etnia, gênero ou qualquer outra característica que possa gerar exclusão".

Enquanto a vulnerabilidade social, pode ser compreendida como a ausência ou insuficiência de ativos e atributos essenciais para alcançar patamares mínimos de bem-estar social. No Brasil, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), é amplamente utilizado para mensurar essa vulnerabilidade, incorporando três dimensões principais: infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho. Este índice permite uma análise detalhada e comparativa das condições socioeconômicas em diferentes escalas territoriais, desde regiões metropolitanas até o nível nacional (IPEA, 2018). O IVS, destaca que a vulnerabilidade social deve ser avaliada

em uma abordagem multidimensional, contemplando dimensões como infraestrutura urbana, capital humano e condições de trabalho (Curi *et al.*, 2018).

O índice do IVS, varia de 0 a 1, medindo a vulnerabilidade social de forma crescente: quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade. Municípios com IVS de até 0,200 são classificados como de muito baixa vulnerabilidade. Valores entre 0,201 e 0,300 correspondem a baixa vulnerabilidade, enquanto aqueles entre 0,301 e 0,400 são categorizados como de média vulnerabilidade. Já índices de 0,401 a 0,500 indicam alta vulnerabilidade social, e os valores superiores a 0,501 representam muito alta vulnerabilidade social (IPEA, 2015). Conforme observado no Gráfico 3, as faixas de classificação do IVS ilustram as categorias de vulnerabilidade social com base nos intervalos estabelecidos.

Gráfico 3 – Classificação do Índice de Vulnerabilidade Social

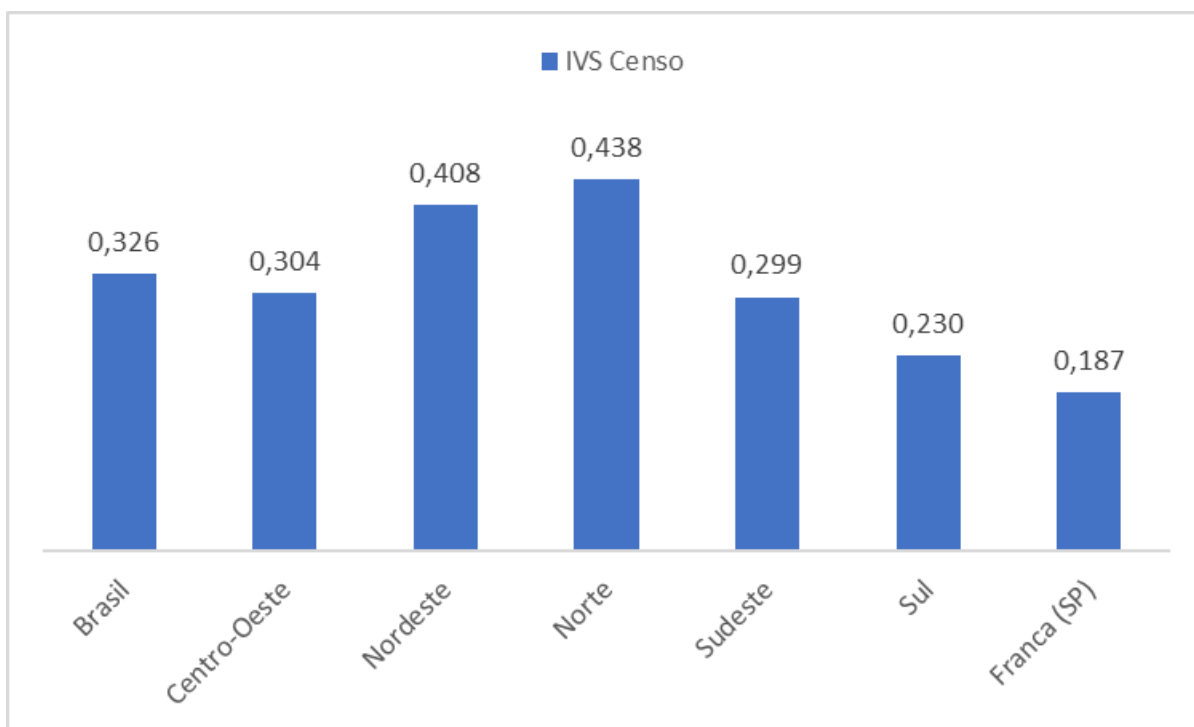


Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base em material do IPEA (2015).

No Gráfico 4, pode-se comparar as diferenças das macrorregiões do IVS, destacando disparidades entre regiões brasileiras. Enquanto Franca, localizada no Sudeste, apresenta níveis de vulnerabilidade baixos, as regiões do Nordeste e Norte enfrentam desafios mais intensos, refletidos em altos índices de vulnerabilidade. Essa diferença pode ser atribuída a fatores estruturais, como maior disponibilidade de infraestrutura urbana e melhores oportunidades educacionais e de trabalho no Sudeste, em contraste com limitações históricas e socioeconômicas presentes em parte do Nordeste e Norte. As regiões do Sul e Sudeste,

respectivamente, são as que apresentam os melhores IVS, ficando abaixo, inclusive, da média do Brasil.

Gráfico 4 – Índice de Vulnerabilidade Social - Censo 2022



Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base em material do IPEA (2022).

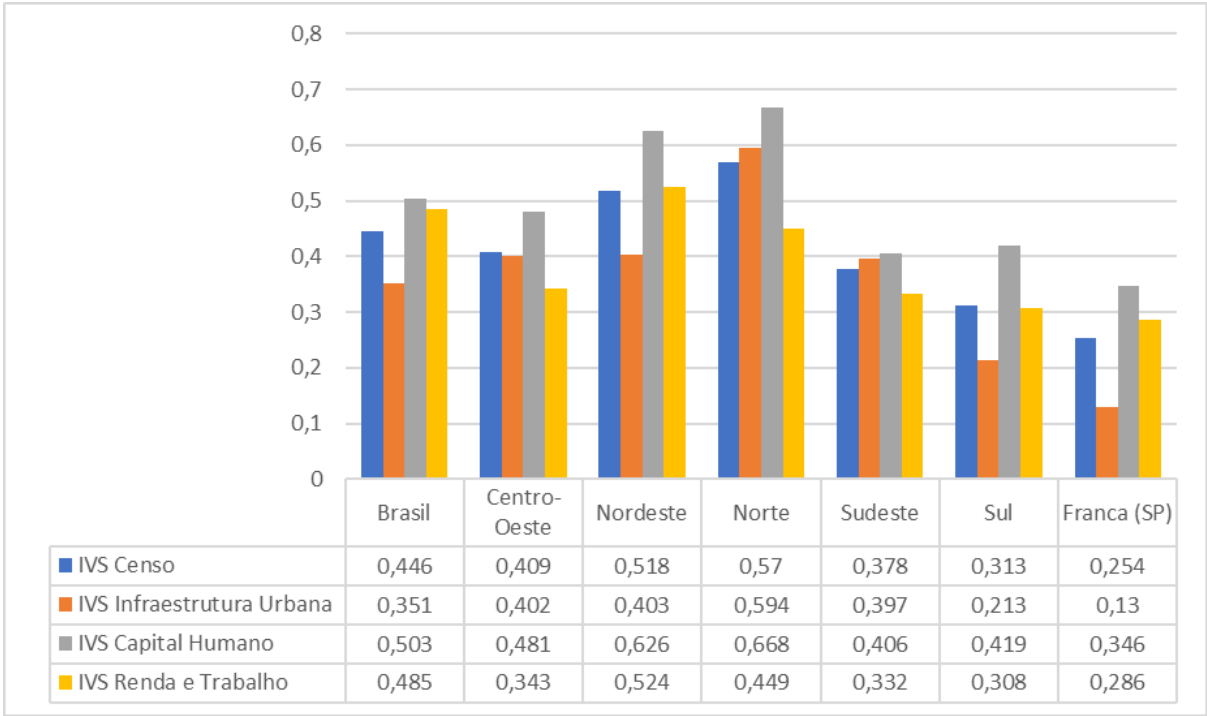
Com base nos dados do repositório do IPEA, pode-se explorar outros dados, como índices diversos que formam o IVS. Ou seja, o IVS é uma média de todos esses índices. Como pode ser observado no Gráfico 5, em Franca, o capital humano destacou-se como a dimensão mais frágil do IVS em 2010, o que pode apontar para possíveis lacunas na formação educacional e profissional da população local, dependendo de mais aprofundamento.

O PJA, ao propor capacitação técnico-profissional e incentivar a continuidade educacional, pode apresentar fortalecimento para essa dimensão. Um baixo desempenho no capital humano pode comprometer a capacidade de municípios de promover inclusão social e ampliar as perspectivas de emprego e renda de sua população.⁷ Entretanto, levanta-se a questão que o problema da juventude no mercado de trabalho pode estar menos relacionado à ausência de programas de empregabilidade e mais conectado a questões estruturais no acesso,

⁷ Não foram encontrados dados consistentes e atualizados relacionados aos demais índices analisados no gráfico de 2010, conforme apresentado na tabela do IPEA do Censo de 2022. Durante a pesquisa, observou-se uma repetição de informações, o que gerou incertezas quanto à confiabilidade e à adequação desses dados para a análise proposta.

permanência e qualidade dos serviços educacionais.

Gráfico 5 - Índices de Vulnerabilidade Social versus territorialidades



Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base em material do IPEA (2010).

No contexto da vulnerabilidade social, a falta de acesso à educação é destacada como um dos fatores que perpetuam ciclos de exclusão. Segundo Sant’Anna (2022), muitos jovens de classes menos favorecidas enfrentam barreiras estruturais para acessar a educação de qualidade. O autor argumenta que políticas públicas deveriam priorizar a inclusão educacional antes da inserção no mercado de trabalho, promovendo uma base mais sólida para o enfrentamento dos desafios econômicos e sociais

O PJA, enquanto política voltada à capacitação técnico-profissional e inserção no mercado de trabalho, pode desempenhar um papel relevante em vários contextos. No entanto, é necessário investigar mais a fundo até que ponto essas condições impactam diretamente os resultados do programa. Pois, entende-se que a efetividade do PJA pode variar dependendo de fatores estruturais e regionais.

4.3.2 Dimensões de Responsabilidade no Desenvolvimento Profissional

A investigação dessas dimensões foi realizada por meio da análise de entrevistas e questionários aplicados aos aprendizes e implementadores do PJA. Dessa forma, a pesquisa

buscou compreender as percepções dos jovens sobre suas responsabilidades no ambiente profissional, bem como sua relação com a inserção social e o desenvolvimento da trajetória profissional.

Nesse contexto, as dimensões examinadas abrangem diferentes aspectos da formação dos jovens no programa. A responsabilidade social refere-se ao compromisso dos aprendizes em compreender e aplicar princípios de cidadania, respeito à diversidade e participação ativa na sociedade e no ambiente profissional, em consonância com a análise dos impactos sociais do PJA. De acordo com Martins (2008), a inserção de jovens no mercado de trabalho está diretamente ligada ao desenvolvimento de uma consciência social e cidadã, sendo esse um fator essencial para sua permanência no mundo do trabalho.

O comprometimento profissional diz respeito à capacidade dos jovens de consideração e adoção de condutas alinhadas à transparência e ao respeito no contexto laboral, aspecto relevante para a investigação sobre a formação profissional oferecida pelo programa. Segundo Mota (2005), o comprometimento profissional está associado ao desenvolvimento de competências que vão além das habilidades técnicas, englobando atitudes e comportamentos alinhados às exigências do mercado de trabalho.

Por fim, a integridade e a construção da identidade profissional envolvem a adesão a princípios como cumprimento de deveres e responsabilidade pessoal, os quais demonstram relevância para a permanência e crescimento profissional dos jovens participantes. Martins (2008) destaca que a construção da identidade profissional ocorre ao longo do processo de inserção no mercado, sendo influenciada pelo ambiente de trabalho e pelas experiências adquiridas.

A internalização de valores profissionais pode ser analisada a partir das perspectivas teóricas de Kohlberg (1984) e Piaget (1932), que enfatizam a construção gradativa de princípios por meio da interação social e da reflexão sobre dilemas éticos. Nesse contexto, observa-se que a maneira como os jovens aprendizes assimilam comportamentos e atitudes está diretamente relacionada à consolidação da responsabilidade social e da integridade como eixos estruturantes da formação profissional.

4.3.3 Desenvolvimento de Competências Profissionais

A avaliação das competências profissionais desenvolvidas no âmbito do PJA foi conduzida a partir da percepção dos participantes sobre a relação entre a formação teórica e a prática profissional, bem como da análise da capacidade do programa de gerar oportunidades

de inserção e progressão na carreira. Para essa análise, foram consideradas três dimensões principais. A primeira dimensão refere-se à efetividade do PJA na inserção profissional, analisando sua contribuição para a empregabilidade dos jovens e sua inserção no mercado de trabalho formal após a participação no programa. A segunda dimensão compreende o desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais, abordando a relação entre a formação adquirida no programa e as competências exigidas pelo mercado de trabalho, incluindo aspectos como capacidade de adaptação, comunicação e trabalho em equipe. A terceira dimensão examina a continuidade na trajetória profissional, investigando a permanência dos jovens no mercado de trabalho e considerando os desafios e oportunidades enfrentados após o término do programa.

A literatura sobre qualificação profissional destaca a necessidade de alinhamento da formação com as demandas do mercado para garantir uma inserção efetiva dos jovens no mundo do trabalho (Oliveira, 2005). Entretanto, estudos indicam que a qualificação proporcionada por programas como o PJA nem sempre resulta diretamente na empregabilidade, evidenciando desafios estruturais que devem ser considerados na avaliação do impacto do programa (Leão; Nonato, 2016).

A formação de competências profissionais deve ser estruturada em um modelo de aprendizagem que vá além do treinamento técnico, contemplando dimensões comportamentais e estruturais que influenciam a trajetória dos jovens no mercado de trabalho.

4.3.4 Questionários

O método aplicado nos questionários (Apêndices A e B) utilizou a escala Likert, desenvolvida pelo psicólogo Rensis Likert em 1932. Essa escala tem como objetivo mensurar o grau de concordância em relação a uma questão ou afirmação, por meio de respostas estruturadas em níveis previamente definidos. Assim, quem está realizando a pesquisa poderá avaliar o quão concordante a pessoa está com o que está sendo considerado (Mergo, 2021).

A formulação das perguntas requer atenção à clareza do texto, definição do número de pontos da escala e consistência na legenda dos extremos, garantindo uniformidade em todas as perguntas. A aplicação correta da escala evita vieses e assegura a obtenção de opiniões genuínas dos participantes. Esse método é amplamente empregado para analisar percepções e experiências, proporcionando maior precisão na análise dos dados coletados. Seguem:

1. **Concordância:** Esta medida permite ao entrevistado expressar o quanto concorda ou discorda de uma afirmação. É útil para avaliar opiniões sobre ideias ou declarações.

2. **Frequência:** Utiliza-se uma escala de 1 a 5 ou de 0 a 10 para medir com que frequência uma pessoa realiza determinada atividade.
3. **Importância:** Avaliar a importância ou relevância de um tema para o entrevistado é fundamental para entender suas prioridades e valores. Também pode ser aplicado para mensurar a importância de uma experiência vivida.
4. **Probabilidade:** Investigar a probabilidade de uma pessoa utilizar um produto ou serviço específico fornece visão sobre o potencial de adoção ou interesse real.

Figura 7 - Exemplos de Escala Likert

CONCORDO	FREQUÊNCIA	IMPORTÂNCIA	PROBABILIDADE
• concordo totalmente • concordo • indeciso • discordo • discordo totalmente	• muita frequência • frequentemente • ocasionalmente • raramente • nunca	• muito importante • importante • razoavelmente importante • pouco importante • sem importância	• sempre verdade • usualmente verdade • ocasionalmente verdade • usualmente não é verdade • nunca é verdade

Fonte: Mergo (2021).

Neste trabalho, foi utilizada a escala de concordância. Para melhor exemplificar a utilização desta escala nos questionários, o Quadro 17 reuniu todas as questões que a apresentam nos questionários 1 e 2 (Apêndices A e B). Em ambos os questionários, a seção que contém as perguntas no método de escala foi respondida por todos (as) os (as) participantes, reforçando a análise com base na metodologia de periodicidade das escolhas das alternativas.

Quadro 17 - Estrutura das questões de escala: Questionários (Apêndices A e B).

Escala de Concordância (foi permitido selecionar somente uma opção para cada linha)						
Questionário 1 - Jovens Aprendizizes	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Nem concordo, nem discordo	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não desejo declarar
Avaliação da aprendizagem teórica durante o programa (capacitação teórica)						
O Programa Jovem aprendiz foi bem apresentado						
Conheço os meus direitos e deveres enquanto Jovem Aprendiz						
Eu levo as experiências adquiridas no CIEE para minha vida diária						
O programa possibilitou a ampliação da minha renda familiar						

Melhorei meu convívio familiar, comunitário, escolar e profissional						
Contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal						
Contribuiu para o meu desenvolvimento profissional						
Reconheço e respeito às diferenças e desigualdades (religião, gênero, idade, etnia e social)						
Avaliação do material nas capacitações teóricas (CIEE) e da didática dos instrutores						
Os conteúdos contribuem para o crescimento profissional						
Os conteúdos contribuem para o crescimento pessoal						
Foi apresentado a importância dos conteúdos globais e específicos						
Adquiri habilidades e competências						
O instrutor(a) de aprendizagem tem domínio dos temas						
Avaliação da aprendizagem prática durante o programa (capacitação prática)						
Fui acolhido no ambiente da Empresa						
Eu levo as experiências adquiridas na Empresa para minha vida profissional						
Contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal						
Contribuiu para o meu desenvolvimento profissional						
A empresa me proporcionou oportunidade de crescimento						
Adquiri habilidades e competências						
Percepção do quanto o Programa Jovem Aprendiz proporcionou aprendizagens nos seguintes aspectos:						
A empregabilidade do jovem						
A qualificação profissional						
Resolver problemas no ambiente de trabalho						
Capacidade de trabalhar em equipe						
Dar e receber feedbacks						
Criatividade						
Capacidade de autonomia para executar atividades						
Capacidade de criar redes de contatos						
Melhorou o meu desempenho nos estudos						

Escala de Concordância (será permitido selecionar somente uma opção para cada linha)						
Questionário 2 - Sujeitos Implementadores	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Nem concordo, nem discordo	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não desejo declarar
Avaliação do Programa						
Você considera que o jovem aprendiz é parte de uma política pública de inclusão social						
O programa de aprendizagem contribui de						

fato com a empregabilidade do jovem						
Participar do programa contribui com o desempenho escolar do jovem						
A necessidade de cumprir cotas de aprendizes pode ocasionar a demissão de outros funcionários						
A necessidade de cumprir cotas de aprendizes é fundamental para a contratação por parte das empresas						
Tenho total conhecimento da Programa Jovem Aprendiz (Legislação e portarias)						

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Na fase final da análise, o software Nvivo 12® foi empregado para enriquecer as interpretações dos questionários, utilizando as respostas na íntegra dos questionários 1 e 2. Foram extraídas nuvens de palavras e frequência de palavras com percentual ponderado.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

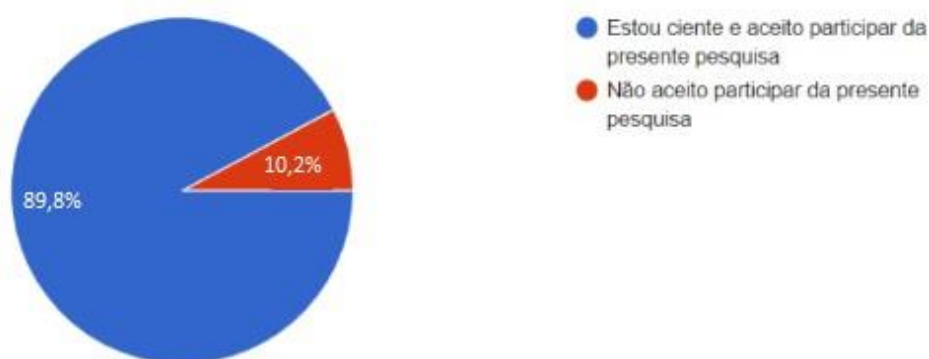
Os resultados e discussões apresentadas são referentes às análises dos questionários 1 e 2: Jovens aprendizes (beneficiários) e sujeitos implementadores. Após a aplicação dos questionários a todos os sujeitos, foi realizada uma leitura inicial do material transcrito, realizando uma análise preliminar para identificar os temas e pontos recorrentes dos discursos, tanto no grupo como em cada indivíduo. Em seguida, foi efetuada uma segunda leitura para sintetizar as respostas de cada pergunta do questionário. A partir dessa etapa, fez-se a análise de conteúdo utilizando o software Nvivo 12®.

Os gráficos foram gerados a partir dos dados coletados pelo Google Formulários, servindo como base para análises detalhadas. Essas análises foram realizadas a posteriori, surgindo tanto das respostas espontâneas dos participantes (Bardin, 2016), quanto das categorias previamente estabelecidas durante a revisão bibliográfica. Entre essas categorias, destacam-se temas como a Inclusão Social, Responsabilidade Social e Desenvolvimento de Competências Profissionais, que foram cuidadosamente selecionados para orientar a interpretação dos dados e enriquecer a compreensão dos resultados obtidos.

A análise dos resultados começa com a aplicação do questionário 1, iniciando pela caracterização dos entrevistados e, em seguida, aborda as categorias pré-determinadas supracitadas, presentes na metodologia (subseções 6.1 a 6.2). Além disso, como parte integrante da análise foram apresentadas as saídas do software Nvivo 12®, conforme detalhado no subcapítulo 6.4. O gráfico 6, ilustra a quantidade de participantes da pesquisa, no total de 167 respondentes.

Gráfico 6 - Consentimento de Participação da Pesquisa

186 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

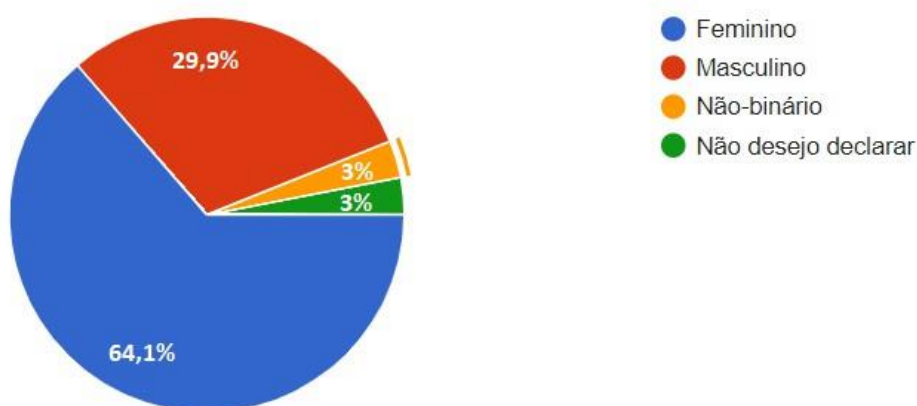
5.1 Caracterização dos participantes: Formulário 1 - Jovens Aprendizes

Foram enviados 1098 questionários para jovens aprendizes que pertencem ou pertenceram à Instituição CIEE, retornando 186 questionários respondidos no prazo de 15 dias. Em relação ao perfil dos participantes, 64,1% são do sexo feminino, 29,9% do sexo masculino, 3% se declararam não binário e 3% optaram por não responder (Gráfico 7). No que se refere ao quesito raça-cor do IBGE, os participantes se classificaram como brancos (as) 44,9%, pardos (as) 31,7% e pretos (as) 15,6%, a soma das três categorias representou 92,2% dos participantes. Contudo, juntando somente as categorias de não-brancos temos 52,7% dos participantes (Gráfico 8).

O perfil dos participantes revela que uma porção dos jovens aprendizes que responderam os questionários vêm de grupos racialmente diversos, com uma parcela maior de representação de pardos e pretos.

Gráfico 7 - Sexo dos jovens participantes

167 respostas

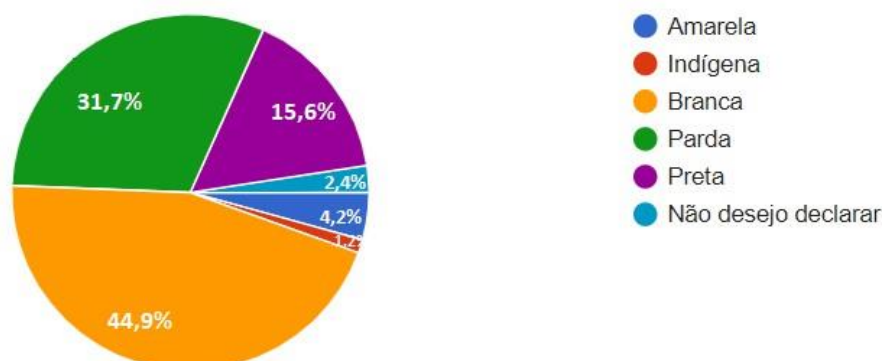


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise da distribuição por sexo revela uma predominância feminina entre os jovens aprendizes, o que pode indicar uma maior participação das mulheres nos programas de aprendizagem oferecidos pela instituição. A expressiva presença de mulheres e a representação de indivíduos pardos e pretos nas respostas ao questionário, podem sugerir uma correlação entre vulnerabilidade socioeconômica, gênero e raça.

Gráfico 8 - Raça/cor dos jovens participantes

167 respostas

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Esses dados estão alinhados com as estatísticas do IBGE (2023), que apontava que a maioria dos jovens que estavam desempregados e em situação de extrema pobreza ou pobreza, eram jovens negros, na maioria, mulheres.

Em relação à faixa etária dos jovens entrevistados, a média é de 19 anos. É provável que ex-jovens aprendizes tenham respondido com base na idade atual, considerando que a pergunta foi feita antes da distinção entre jovens e ex-jovens aprendizes. Relembrando que o programa atende jovens com idades entre 14 e 24 anos, sem limite específico para jovens com deficiência. Mas, essa pesquisa foi enviada somente para jovens com idade igual ou maior de 18 anos.

Na caracterização do perfil dos participantes, ao analisar a escolaridade apresentada nos Gráficos 9 e 10, observa-se uma ampla diversidade nas respostas. Com base nos dados, nota-se que há jovens em diferentes níveis educacionais. Aqueles que completaram o ensino médio e estão cursando ou já concluíram o ensino técnico ou superior representam 66,6% do grupo, refletindo um alto nível de escolarização, compatível com os requisitos do programa e com as expectativas de contratação pela Instituição CIEE. Por outro lado, 30,4% dos participantes possuem ensino fundamental, ensino médio completo ou incompleto.

A elevada porcentagem de jovens com ensino médio completo ou níveis educacionais superiores confirma a tendência de que o programa de jovem aprendiz pode atrair e ser mais acessível a jovens que já possuem um grau de escolarização. No entanto, a presença de 30,4% de participantes com níveis educacionais mais baixos sugere que o programa também oferece oportunidades para aqueles que ainda estão em processo de conclusão de sua educação

formal. Conforme a legislação brasileira sobre o programa de jovem aprendiz, estabelecida pela Lei nº 10.097/2000 e regulamentada pelo Manual do Aprendiz, os candidatos devem estar matriculados e frequentando o ensino fundamental ou médio, e a participação em cursos de formação técnico-profissional é incentivada para complementar a formação educacional e profissional. Portanto, a presença de jovens que completaram o ensino médio e estão em níveis superiores de escolarização está em conformidade com essas diretrizes.

Gráfico 9 - Escolaridade dos jovens participantes

167 respostas



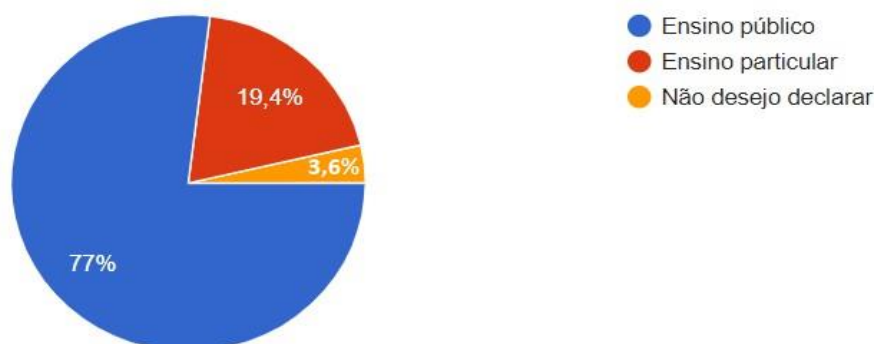
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com o perfil socioeconômico dos jovens em busca de trabalho, a maioria dos participantes do programa jovem aprendiz provém de escolas públicas, como evidenciado pelo Gráfico 10. Especificamente, 77% dos respondentes frequentaram escolas públicas, enquanto 19,4% foram educados em instituições de ensino particular. Esse dado é relevante para compreender o contexto socioeconômico dos jovens que buscam oportunidades através do programa.

A predominância de jovens oriundos de escolas públicas está alinhada com a natureza do PJA, que frequentemente visa apoiar e oferecer oportunidades para aqueles em situação de maior vulnerabilidade social e econômica. O fato de 77% dos participantes terem sido educados em escolas públicas sugere que muitos deles vêm de contextos socioeconômicos mais desafiadores, o que pode refletir uma busca por alternativas que ofereçam experiência profissional e potencial para ascensão social. Por outro lado, a presença de 19,4% de jovens que estudaram em escolas particulares indica que o programa também atrai indivíduos de contextos um pouco mais variados.

Gráfico 10 - Rede de Ensino

167 respostas

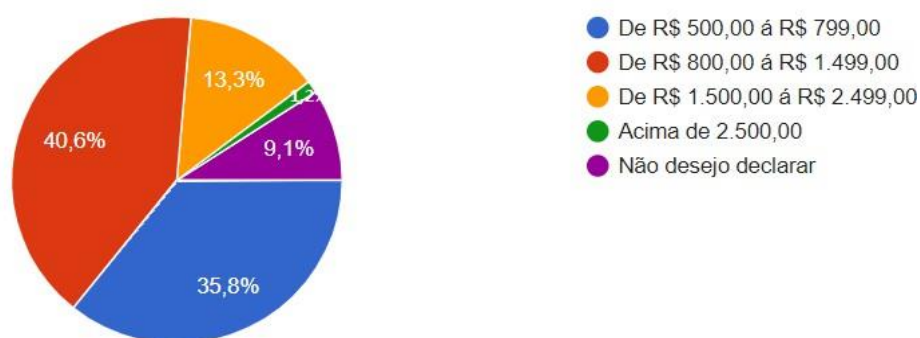


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação a faixa de renda dos jovens (gráfico 11), 40,6% recebem entre R\$ 800,00 e R\$ 1.499,00, enquanto 35% recebem entre R\$ 500,00 e R\$ 799,00 (dentro da classificação do IVS). Esses valores demonstram estar adequados com a legislação, considerando que os jovens têm uma carga horária reduzida (4h ou 6h vedada hora extra) e as empresas devem remunerar de acordo com o valor da hora estabelecido pelo salário-mínimo (R\$ 5,50 por hora em 2024). Vale destacar que as empresas têm autonomia para definir a evolução de acordo com suas políticas internas, desde que respeitem o piso salarial estipulado por lei, sem a imposição de um limite máximo obrigatório.

Gráfico 11 - Renda dos jovens participantes

167 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os dados apontam que 13,3% dos jovens respondentes recebem entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.499,00, um salário acima da média para um jovem aprendiz. Isso revela uma pequena disparidade salarial entre os jovens, dependendo da empresa que os emprega, variando de R\$

500,00 para valores que podem ultrapassar R\$ 1.500,00.

Quando questionados sobre o uso de seus salários (Gráfico 12), 53,7% dos jovens contribuem integralmente ou parcialmente com o sustento familiar. Isso pode demonstrar a realidade social em que muitos jovens precisam trabalhar para ajudar financeiramente em casa. Uma quantidade menor utiliza o salário apenas para comprar itens pessoais (19,5%), e ainda menos jovens optam por investir parte de sua renda (7,9%). Um aspecto relevante foi o uso do salário para pagar a faculdade (18,9%), o que pode ser decisivo para o desenvolvimento profissional dos jovens.

Gráfico 12 - Como você faz uso do seu salário de aprendiz?

Como você faz uso do seu salário de aprendiz?

167 respostas

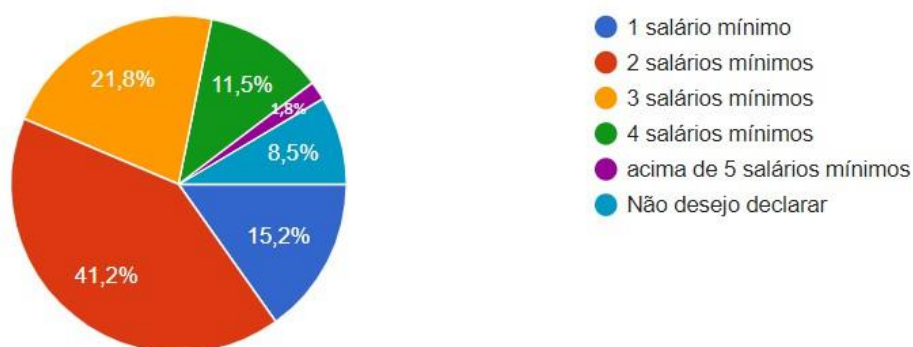


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Complementando o contexto do gráfico anterior, quando questionados sobre a renda familiar (Gráfico 13), considerando a possibilidade de a família ser composta por mais de 4 pessoas, 41,2% dos jovens responderam que a renda familiar é de até 2 salários-mínimos, enquanto 15,2% relataram que é de apenas 1 salário-mínimo. Isso sugere que o jovem pode ser a única fonte de renda da família ou desempenhar um papel fundamental no suporte financeiro familiar. Além disso, em ambas as situações (56,4%), considerando uma renda per capita de meio salário-mínimo por pessoa, esses jovens se encaixam no IVS.

Gráfico 13 - Renda mensal da sua família (casa) com base no salário-mínimo (R\$ 1.320,00)

167 respostas

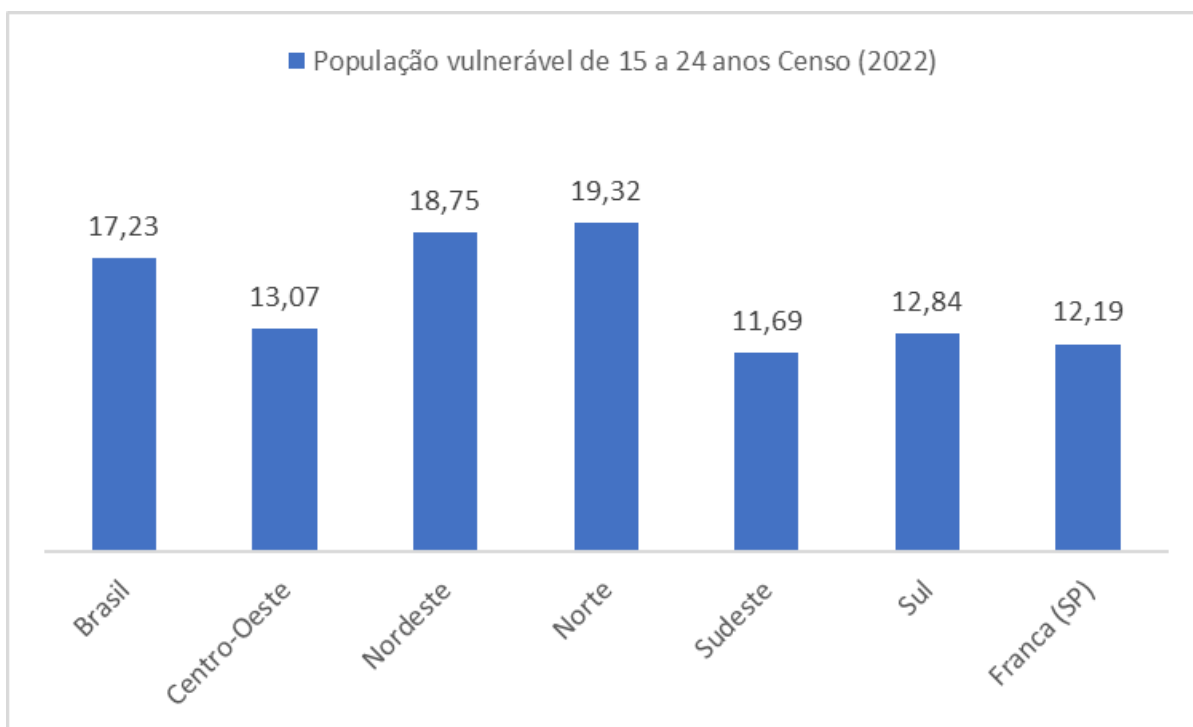


Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esses aspectos refletem uma realidade econômica desafiadora enfrentada por muitos jovens, indicando que o PJA pode representar, não apenas uma oportunidade de desenvolvimento profissional, mas também como uma fonte de suporte financeiro para suas famílias. Essa situação levanta reflexões sobre a dinâmica econômica que, em algumas situações, atribui aos jovens a responsabilidade de contribuir para a manutenção familiar.

O conceito de pobreza e extrema pobreza ajuda a aprofundar a análise do contexto desses jovens. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) não adota linhas oficiais de pobreza e indigência, mas frequentemente utiliza os parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial para análises estatísticas. Em 2022, o Banco Mundial atualizou essas linhas para US\$ 2,15 por dia (extrema pobreza) e US\$ 6,85 por dia (pobreza), ajustados pelo Poder de Paridade de Compra (PPC) a preços internacionais de 2017. Convertendo esses valores para a moeda brasileira, o IBGE considerou, em 2022, que a linha de extrema pobreza correspondia a R\$ 200,00 mensais, e a linha de pobreza a R\$ 637,00 mensais.

No gráfico 14, os dados que mencionados referem-se ao percentual de jovens de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo. Esses percentuais são utilizados como indicadores no cálculo do IVS desenvolvido pelo IPEA (razão entre as pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis à pobreza e a população total nesta faixa etária, multiplicada por cem). Definem-se como vulneráveis à pobreza as pessoas que moram em domicílios com renda per capita inferior a meio salário-mínimo (de agosto de 2010). São considerados apenas os domicílios particulares permanentes. Descrição dos indicadores que compõem a dimensão IVS capital humano (IPEA, 2015).

Gráfico 14 - População vulnerável de 15 a 24 anos - Censo (2022)

Fonte: Elaborado pela autora (2024) com base em material do IPEA (2022).

A análise do Gráfico 14, que apresenta a taxa de população vulnerável de 15 a 24 anos com base no Censo de 2022, revela que a vulnerabilidade juvenil em Franca (12,19%) está ligeiramente acima da média da região Sudeste (11,69%). No entanto, o índice permanece significativamente melhor em comparação com outras regiões do Brasil e com a média nacional. Esses dados reforçam a importância de iniciativas locais para enfrentar a vulnerabilidade socioeconômica juvenil, ao mesmo tempo que evidenciam os avanços já alcançados na região.

Esse destaque à situação de Franca e sua comparação com outras regiões reforça a necessidade de aprofundar pesquisas que avaliem a atuação do PJA e sua interação com políticas locais, contribuindo para uma compreensão mais abrangente de como enfrentar a vulnerabilidade juvenil no Brasil.

5.2 Informações de sua participação

Em relação ao principal motivo que levou os jovens a procurarem trabalho no PJA, o Gráfico 16 revela que 61,1% dos participantes buscaram o programa com o objetivo de entrar no mercado de trabalho. Este dado sugere que a maioria dos jovens vê a oportunidade como

um meio de iniciar sua trajetória profissional e adquirir experiência prática. Além disso, 26,3% dos jovens mencionaram a necessidade de renda como motivação para ingressar no programa. Essa necessidade de renda pode indicar uma pressão econômica, onde o trabalho é visto como uma necessidade para contribuir com o orçamento familiar ou atender às suas próprias necessidades financeiras. Essa perspectiva está em linha com o perfil de jovens em situação de baixa renda, para os quais o trabalho é uma necessidade financeira. Ainda, 4,2% dos jovens indicaram que foram motivados por pressão familiar, o que pode ser entendido como uma forma adicional de necessidade econômica, onde a decisão de buscar trabalho é influenciada diretamente pelas demandas e expectativas dos familiares.

Complementando o contexto do Gráfico 14, quando questionados sobre o que os levou a procurar o PJA, considerando que a maioria estava em busca de entrar no mercado de trabalho, 59% dos jovens afirmaram que a maior contribuição do Programa é a experiência profissional. Além disso, 16,9% mencionaram a qualificação profissional e 9,6% destacaram o registro na carteira de trabalho. Enquanto, 6,6% dos entrevistados elegeram a contribuição na renda familiar.

A Lei nº 10.097/2000, que institui o PJA, estabelece que o programa tem como objetivo principal promover a inserção de jovens no mercado de trabalho e proporcionar sua primeira experiência profissional. A legislação reconhece que muitos jovens enfrentam dificuldades para ingressar no mercado devido à falta de experiência, e o PJA foi criado pensando em preencher essa lacuna.

Gráfico 15 - Principal motivo que levou a participar do Programa Jovem Aprendiz

O que te motivou a trabalhar, ou seja, qual o principal motivo que levou você a participar do Programa Jovem Aprendiz?

167 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Esses dados demonstram um perfil diversificado dos jovens que buscam o PJA, com motivações variadas, predominantemente voltadas para iniciar sua carreira profissional e, em muitos casos, atender a necessidades financeiras. A alta porcentagem de jovens interessados em ingressar no mercado de trabalho e a parcela que busca complementar a renda expõe a diversidade nas motivações dos participantes. Isso reflete tanto a busca por oportunidades de crescimento quanto a necessidade de suporte econômico. Esses dados também podem refletir a eficácia do PJA em cumprir seus objetivos de proporcionar experiência profissional e facilitar a entrada dos jovens no mercado de trabalho, conforme previsto na legislação, atendendo às necessidades de formação e ao desenvolvimento de uma carreira inicial.

Gráfico 16 - Principal contribuição do Programa Jovem Aprendiz

Para você, qual a principal contribuição que o Programa Jovem Aprendiz lhe oferece?

167 respostas



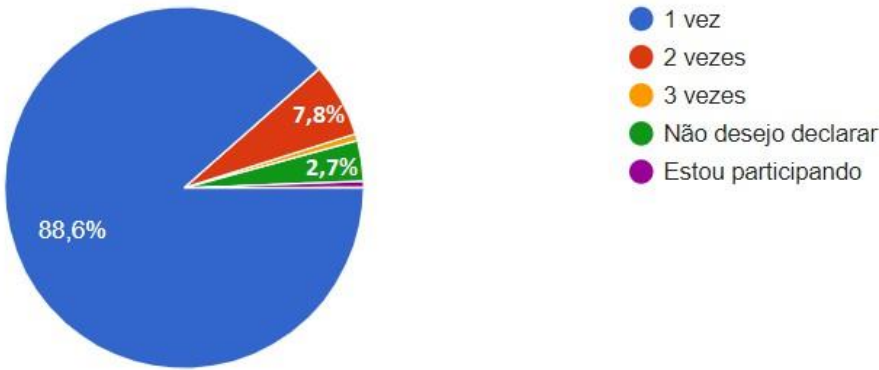
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Em relação ao número de participações no PJA (Gráfico 17), 88,6% dos entrevistados indicaram que participaram apenas uma vez, enquanto 7,2% relataram ter participado duas vezes. Segundo a Lei nº 10.097/2000, que regulamenta o PJA, os jovens podem participar do programa mais de uma vez, desde que observados os arcos de participação e os contratos de até dois anos. A legislação permite que os jovens participem do programa até os 24 anos, o que possibilita a acumulação de experiências e o aprimoramento das habilidades ao longo do tempo, contribuindo para um desenvolvimento profissional mais robusto.

Gráfico 17 - Número de participações no Programa Jovem Aprendiz

Quantas vezes você participou do programa

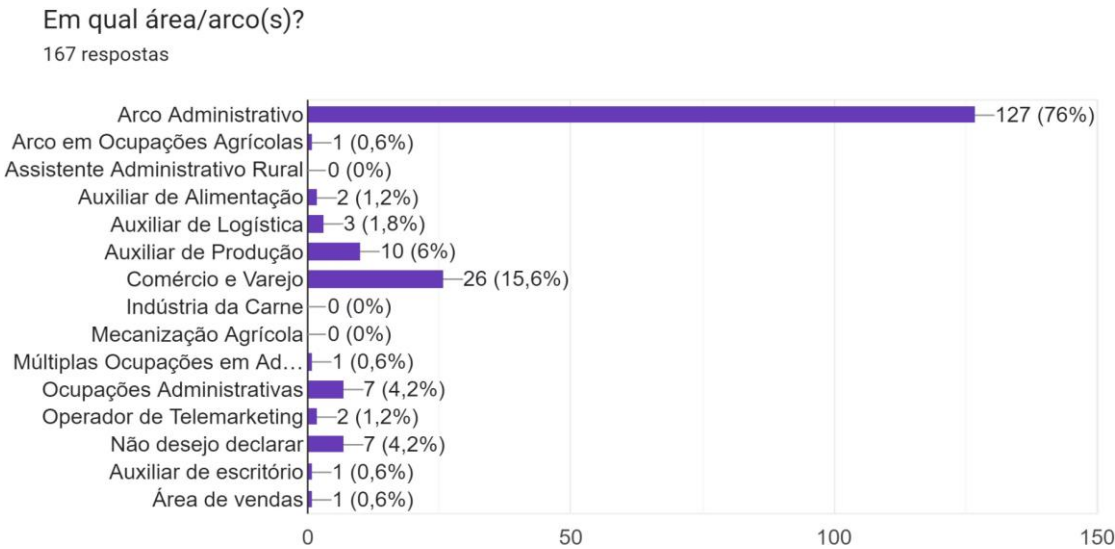
167 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

De acordo com o Gráfico 18, 76% dos entrevistados participaram do Arco Administrativo, seguidos por 15,6% no setor de Comércio e Varejo, enquanto 6% atuaram como Auxiliar de Produção e 4,2% em Ocupações Administrativas. Dados do Boletim da Aprendizagem (Brasil, 2022) destaca a expressiva participação do Arco Administrativo no programa.

Gráfico 18 - Arco que participa ou participou do Programa Jovem Aprendiz



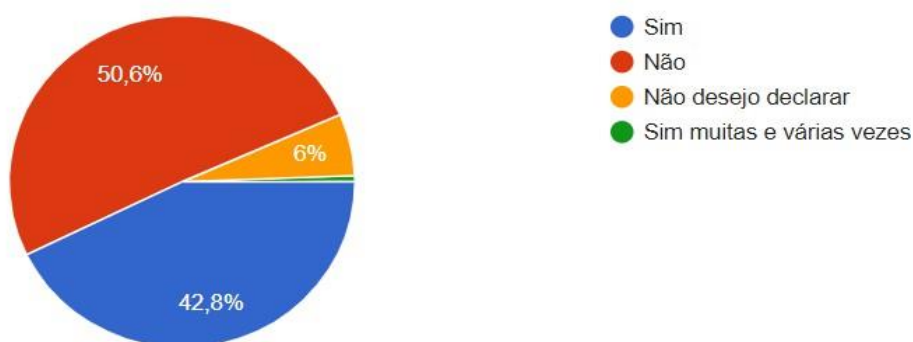
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O PJA tem como um dos seus objetivos promover experiências que favoreçam o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens. O Gráfico 19 explora a participação dos aprendizes em diferentes setores dentro da empresa, uma prática que, se planejada e organizada, pode contribuir para a aquisição de conhecimentos diversos e identificação de áreas de interesse. Contudo, 50,6% dos participantes indicaram não terem transitado por diferentes setores, enquanto 42,8% afirmaram ter desempenhado múltiplas funções durante o contrato. Ressalta-se que a implementação de práticas como a rotação de funções (Job Rotation) não é uma obrigatoriedade na lei para as empresas.

Gráfico 19 - Funções diferentes durante o Programa Jovem Aprendiz

Na(s) sua(s) experiência(s) de Jovem Aprendiz, você passou por diferentes funções/setores dentro da(s) empresa(s)?

167 respostas



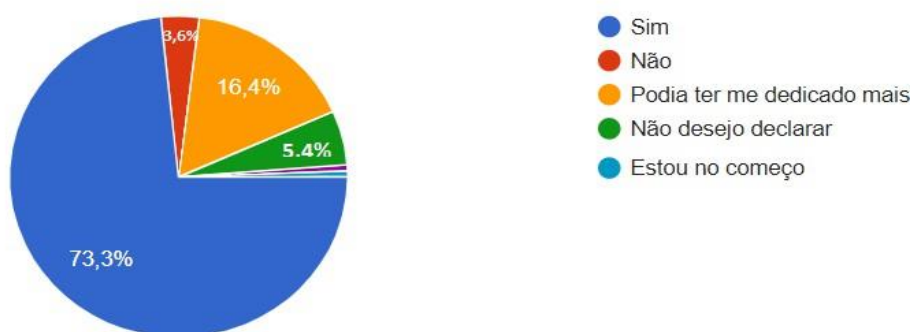
Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A dedicação dos jovens ao PJA aparece como um fator adicionado para a efetivação de seus objetivos. Conforme o Gráfico 20, 73,3% dos participantes indicaram ter se dedicado ao programa, enquanto 16,4% mencionaram que poderiam ter se dedicado mais, e 3,6% afirmaram não ter se dedicado. Esses dados sugerem diferentes níveis de engajamento entre os jovens no do PJA.

Gráfico 20 - Dedicção do jovem ao Programa Jovem Aprendiz

Na(s) sua(s) experiência(s) de Jovem Aprendiz, você considera que se dedicou ao Programa? Ou seja, nas capacitações práticas (empresa) e teóricas (CIEE)?

167 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

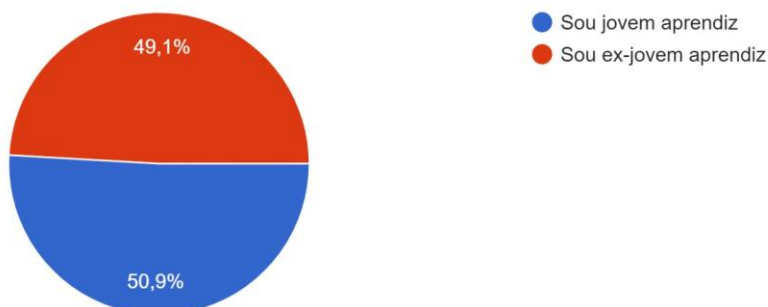
5.3 Contribuição do Programa Jovem Aprendiz na Inserção Profissional

A participação no PJA tem sido inserida por alguns como marco para jovens que buscam iniciar suas carreiras profissionais. De acordo com as respostas coletadas, 82 pessoas afirmaram que a experiência no programa de fato lhes possibilitou uma oportunidade de trabalho efetiva. Isso pode demonstrar como o programa está no caminho da sua função de preparar jovens para o mercado de trabalho. Além disso, para os jovens que não foram efetivados na empresa onde atuaram como aprendizes, relatos indicam que a experiência no programa pode ter funcionado como um trampolim, contribuindo para o acesso a outras oportunidades no mercado de trabalho.

A participação no Programa Jovem Aprendiz, com base nas 167 respostas coletadas, demonstra que a pesquisa foi equilibrada entre jovens aprendizes ativos (82) e ex-jovens aprendizes (85), representando 49,1% e 50,9% dos respondentes, respectivamente. Este equilíbrio indica uma diversidade de experiências para a pesquisa, tanto daqueles que estão em processo de aprendizado quanto daqueles que já concluíram o programa, proporcionando uma visão ampla da iniciativa em diferentes estágios da trajetória profissional dos jovens.

Gráfico 21 - Perfil dos Respondentes: Jovem Aprendiz vs. Ex-Jovem Aprendiz

167 respostas

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Para muitos participantes, a experiência adquirida durante o PJA se mostrou produtiva, mesmo que não resultasse na efetivação direta na empresa inicial. Jovens relataram que o aprendizado prático e o desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho lhes permitiram conquistar vagas em outras empresas.

Gráfico 22 - Eficácia do Programa Jovem Aprendiz na Geração de Oportunidades de Trabalho

A experiência no Programa Jovem Aprendiz possibilitou de fato uma oportunidade de trabalho efetiva

85 respostas

**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

Analisando a eficácia do PJA em comparação com a geração efetiva de empregos, observa-se que a experiência proporcionada pelo programa foi, de fato, positiva para a maioria dos jovens participantes. De acordo com os dados coletados, 65,9% dos entrevistados

afirmaram que o programa os ajudou a conseguir uma oportunidade de emprego efetiva, o que indica uma possível contribuição no desenvolvimento profissional desses jovens. Embora 22% tenham declarado que não obtiveram trabalho efetivo e 8,5% preferiram não se manifestar, os números ainda apontam para um resultado positivo.

Autores como Lavinias (2003) e Sant'anna (2022) reforçam a importância de iniciativas que promovam a inclusão social e combatam o desemprego entre os jovens, especialmente em momentos de crise econômica. Nesse sentido, o PJA parece oferecer um caminho alternativo para aqueles que enfrentam dificuldades de acesso ao mercado de trabalho.

No trabalho de Freires (2013), intitulado “O Impacto do Programa de Aprendizagem na Construção do Perfil Profissional do Jovem Aprendiz: Estudo de Caso CIEE”, a autora explora a relevância do programa de aprendizagem na formação dos jovens aprendizes. Através de uma abordagem metodológica que combina pesquisa bibliográfica e estudo de caso, Freires busca avaliar como esse programa contribui para o desenvolvimento profissional dos participantes. O estudo destaca a importância da capacitação teórico-prática oferecida pelo CIEE, refletindo uma mudança na vida dos jovens, tanto em termos de habilidades profissionais quanto de oportunidades no mercado de trabalho.

Além disso, Freires (2013) reforça que o programa de aprendizagem é uma ferramenta para promover a inclusão de jovens no ambiente empresarial, ao mesmo tempo em que atende à Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000). Segundo a autora, a atuação do programa não se limita à capacitação técnica, mas também envolve o desenvolvimento de competências sociais e atitudinais.

Embora os dados demonstrem que o programa não resulta em efetivação para todos os participantes, sua eficácia não deve ser mensurada apenas pela taxa de contratação direta. A contribuição para a formação e capacitação dos jovens, a ampliação de suas redes de contato e a exposição ao ambiente corporativo são fatores que, a longo prazo, podem influenciar suas trajetórias profissionais e deveriam ser analisadas.

A análise dos dados e da literatura consultada indica uma relevância potencial do PJA na promoção da inclusão de jovens no mercado de trabalho, abrangendo aspectos relacionados tanto à efetivação quanto à preparação para futuras oportunidades. Esses elementos sugerem uma possível eficácia do PJA implementado pelo CIEE em Franca/SP.

5.4 Percepções dos jovens em relação ao Programa Jovem Aprendiz

Na Tabela 4, as respostas dos jovens refletem suas percepções sobre as questões abordadas. Destacam-se dois temas que se mostraram discrepantes e merecem atenção: a relação entre trabalho e desempenho escolar, e o impacto das cotas no orçamento das empresas. Ambos os tópicos geram debates diversos na sociedade. O desempenho escolar é frequentemente alvo de críticas, uma vez que estudos indicam que o acúmulo de tarefas pode sobrecarregar os jovens. No que se refere às cotas, muitas empresas percebem o treinamento de jovens sem qualificação como um custo adicional, visto que essa formação inicial pode não gerar resultados imediatos, sendo considerada uma possível perda de tempo. Contudo, esse posicionamento suscita questionamentos sobre o papel social das empresas e o eventual desperdício de talentos potenciais.

Tabela 4 - Avaliação Teórica (CIEE) e Prática (Empresa) do Programa Jovem Aprendiz

Escala de Concordância (foi permitido selecionar somente uma opção para cada linha)						
Questionário 1 - Jovens Aprendizes	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Nem concordo, nem discordo	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não desejo declarar
Avaliação da aprendizagem teórica durante o programa (capacitação teórica)						
O Programa Jovem aprendiz foi bem apresentado	41,30%	47,30%	8,40%	-	1,20%	1,80%
Conheço os meus direitos e deveres enquanto Jovem Aprendiz	43,70%	45,50%	7,80%	-	1,20%	1,80%
Eu levo as experiências adquiridas no CIEE para minha vida diária	40,70%	45,50%	7,80%	-	3%	3%
O programa possibilitou a ampliação da minha renda familiar	35,20%	46,10%	12%	-	4,30%	2,40%
Melhorei meu convívio familiar,	33,00%	45%	16,20%	-	3,60%	2,20%

comunitário, escolar e profissional						
Contribuiu para o meu desenvolvimen to pessoal	52,70%	38,30%	6%	-	1,20%	1,80%
Contribuiu para o meu desenvolvimen to profissional	49,10%	42%	5,40%	0,60%	1,20%	1,70%
Reconheço e respeito às diferenças e desigualdades (religião, gênero, idade, etnia e social)	60,00%	33%	3,40%	-	1,80%	1,80%

Avaliação do material nas capacitações teóricas (CIEE) e da didática dos instrutores

Os conteúdos contribuem para o crescimento profissional	41,30%	45%	10,10%	-	1,80%	1,80%
Os conteúdos contribuem para o crescimento pessoal	39,50%	45,50%	11,30%	-	1,90%	1,80%
Foi apresentado a importância dos conteúdos globais e específicos	42,50%	46,70%	7,10%	-	1,90%	1,80%
Adquiri habilidades e competências	36%	48,60%	8,30%	1,20%	4,10%	1,80%
O instrutor(a) de aprendizagem tem domínio dos temas	49,10%	36%	8,30%	0,60%	4,10%	1,90%

Avaliação da aprendizagem prática durante o programa (capacitação prática)

Fui acolhido no ambiente da Empresa	45,50%	40,70%	9,50%	-	1,80%	2,50%
Eu levo as experiências adquiridas na Empresa para minha vida	45,50%	42%	7,70%	-	3%	1,80%

profissional Contribuiu para o meu desenvolvimen to pessoal	45%	42%	9,50%	-	1,80%	2%
Contribuiu para o meu desenvolvimen to profissional	48,50%	40,10%	7,70%	1,20%	0,60%	1,90%
A empresa me proporcionou oportunidade de crescimento	34,70%	45%	15%	1,80%	2,10%	1,40%
Adquiri habilidades e competências	48,50%	39,50%	8,30%	-	1,80%	1,90%
Percepção do quanto o Programa Jovem Aprendiz proporcionou aprendizagens nos seguintes aspectos:						
A						
empregabilidad e do jovem	39%	51,40%	6%	-	1,80%	2%
A qualificação profissional	43,70%	47,30%	5,30%	-	1,80%	1,90%
Resolver problemas no ambiente de trabalho	36,50%	48,50%	11,30%	0,60%	1,20%	1,90%
Capacidade de trabalhar em equipe	42,50%	49,10%	4,70%	0,60%	1,20%	1,90%
Dar e receber feedbacks	42%	45%	9%	-	2,30%	2%
Criatividade	39%	49,70%	7,10%	-	2%	1,80%
Capacidade de autonomia para executar atividades	43,70%	46,10%	6,50%	-	1,80%	1,90%
Capacidade de criar redes de contatos	37,70%	49,10%	9,50%	0,60%	1,20%	1,90%
Melhorou o meu desempenho nos estudos	32,30%	40,70%	19,70%	-	5,30%	2%

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A relação entre trabalho e desempenho escolar tem sido objeto de análise em diferentes estudos. As evidências apontam que a sobrecarga de tarefas associada ao trabalho pode impactar as qualidades do desempenho acadêmico dos jovens, o que suscita discussões sobre a possibilidade de equilibrar essas atividades (Cavalcanti, 2016). Essa relação parece ser especialmente significativa para jovens de classes sociais vulneráveis, para os quais o trabalho

assume uma função central na estratégia de sobrevivência e melhoria das condições de vida familiar (Guimarães, 2005). Segundo o autor, nesses contextos, o trabalho não apenas atende às demandas imediatas, mas também reflete um desejo de ascensão social, com potencial impacto na continuidade dos estudos e na busca por melhores oportunidades profissionais.

No âmbito do PJA, Ladvocat e Rocha (2023) sugerem que o modelo pode oferecer uma interface relevante entre teoria e prática. Essa interação possibilita que os jovens apliquem conhecimentos científicos em cenários reais, reforçando o aprendizado e ampliando as perspectivas profissionais. Além disso, a carga horária reduzida, característica do programa (entre quatro e seis horas diárias), pode ser uma estratégia para mitigar o risco de sobrecarga e promover uma convivência mais harmoniosa entre trabalho e estudo. Quando bem estruturada, essa dinâmica parece contribuir para a formação integral dos jovens, integrando elementos acadêmicos e profissionais.

No que diz respeito às cotas e aos custos relacionados à inclusão de jovens no mercado de trabalho, as percepções variam. Por um lado, há relatos de que o treinamento de jovens sem experiência prévia pode ser considerado um custo adicional pelas empresas, além do risco de não gerar resultados imediatos. Por outro lado, Ribeiro (2018) argumenta que as cotas desempenham um papel social, ao ampliar oportunidades para jovens de contextos vulneráveis. O autor sugere que, a longo prazo, esse investimento pode resultar em benefícios benéficos para as organizações, incluindo a formação de colaboradores mais engajados e alinhados aos objetivos institucionais.

Os dados coletados na avaliação dos jovens aprendizes indicam percepções diversas sobre o PJA, com predominância de avaliações positivas em diferentes aspectos da experiência. A maioria dos participantes trouxe benefícios do programa para o desenvolvimento pessoal (52,7%) e profissional (49,1%), alinhando-se aos objetivos propostos pela Lei nº 10.097/2000, que prevê formação técnico-profissional voltada para inserção no mercado de trabalho e à integração entre teoria e prática. A análise dos conteúdos e da abordagem didática também revelou indicadores positivos, com 41,3% dos jovens concordando plenamente que os conteúdos oferecidos promovem o crescimento profissional, enquanto 39,5% observaram impactos no desenvolvimento pessoal. Estes resultados parecem demonstrar a relevância e a aplicabilidade das capacitações teóricas, em conformidade com as diretrizes legais de oferecer formação de qualidade.

No contexto organizacional, 45,5% dos participantes relataram experiências detalhadas, destacando o conhecimento recebido e a relevância das vivências adquiridas para a trajetória profissional. Esse aspecto está alinhado às exigências da Lei da Aprendizagem,

que determina que as empresas devem fornecer um ambiente de aprendizado prático adequado e condizente com os objetivos educacionais do programa. Apesar disso, 34,7% dos jovens avaliaram que as empresas poderiam oferecer mais oportunidades de crescimento, apontando uma possível lacuna ao garantir maior alinhamento entre as expectativas dos participantes e os objetivos de formação e desenvolvimento estabelecidos pela lei.

Em relação à empregabilidade, 39% dos jovens afirmaram que o programa contribuiu nesse aspecto, enquanto 43,7% destacaram melhorias na qualificação profissional e 42,5% na capacidade de trabalho em equipe. Esses indicadores refletem parcialmente o cumprimento do propósito da Lei nº 10.097/2000, que visa fortalecer a preparação dos jovens para o mercado de trabalho por meio do desenvolvimento de competências essenciais.

Entretanto, os dados revelam aspectos que podem ser considerados como desafios na implementação do programa. Aproximadamente 25% dos jovens participantes afirmaram que o programa não apresentou impacto satisfatório em seu desempenho acadêmico, o que pode sugerir uma possível necessidade de melhoria do equilíbrio entre a carga de trabalho e o suporte educacional. Além disso, foram identificadas percepções relacionadas à potencial ampliação do suporte à renda familiar e ao oferecimento de maiores oportunidades de crescimento profissional, indicando áreas que poderiam ser revisadas para um melhor alinhamento às expectativas dos participantes.

Quadro 18 - Opinião geral do Jovem sobre o Programa Jovem Aprendiz⁸

Questionário 1 - Jovens Aprendizes
Me ajudou em vários aspectos profissionais e pessoais, ampliou minha visão, me proporcionou a opção de ser efetivada mas também me encorajou a ter meu próprio negócio, a qual estou inteiramente focada no meu próprio negócio.
Jovem Aprendiz me trouxe vários aprendizados, foi meu primeiro emprego gostei bastante de ter a oportunidade de participar e ser escolhida para o mercado de trabalho
O programa me ajudou a me tornar uma profissional melhor e como um primeiro emprego acredito que foi de total importância em minha carreira. Porém, a aplicação do programa em si não é totalmente proveitosa para todas as partes envolvidas, contudo, a comunicação geral e organização deixam um pouco a desejar.
É um programa que dá oportunidades para o jovem, algo que ajuda bastante na questão de profissionalismo e também para o lado pessoal.
Acho que o programa é muito necessário para os jovens que precisam de uma primeira oportunidade dentro do mercado de trabalho, realmente com o programa o acesso do jovem ao mercado de trabalho se tornou mais fácil.
Acho um programa muito bom e qualificado só acho que deveriam expandir os locais de capacitação teórica na própria cidade do jovem
É um programa extremamente importante, que abre portas para os jovens entrarem no mercado de trabalho.

⁸ Nos Quadros 18 e 19 foi mantida a ortografia dos participantes.

Um ótimo programa que realmente ajuda os jovens. Eu por exemplo, não fiquei contratada na empresa em que fui jovem aprendiz, porém, através de uma pessoa que trabalhava comigo arrumei outro serviço e não fiquei desempregada. A rede de contatos e essa inserção no mercado, faz toda diferença
Ótima
Foi um programa que me auxiliou bastante no ambiente de trabalho, e atualmente, ainda me ajuda.
É um programa que ajuda no nosso conhecimento, nas nossas experiências no mercado de trabalho.
O programa jovem aprendiz foi importante para o meu desenvolvimento, me trouxe muito conhecimento e experiência.
O curso me proporcionou várias oportunidades para desenvolver meus conhecimentos, ajudou muito com a minha comunicação. Além de vários conhecimentos adquiridos durante o curso, consegui trabalhar melhor em equipe, melhorando minha vida pessoal e profissional. A professora teve um excelente trabalho com a turma, ela nos fez desenvolver bastante coisas. Aprendi muito com o curso e com isso hoje consigo aplicar todos os temas visto na minha vida profissional e pessoal.
espero ser contratada está acabando meu contrato e ngm fala nada
sou muito grata ao programa jovem Aprendiz, muito obrigada
O programa jovem aprendiz é uma ótima oportunidade para nós jovens que não temos experiência com o mercado de trabalho. Ele nos ajuda não só a nos inserir nele, mas como nós auxilia como funciona o mercado de trabalho. Eu como ex jovem aprendiz tenho uma boa experiência, o programa me ajudou muito tanto no meu pessoal como no meu profissional. Sou grata ao programa jovem aprendiz
Eu acho muito necessário
O programa em si tem uma boa didática, o que deixou a desejar foi a empresa não ter uma visão mais ampla de quais atividades o jovem aprendiz poderia executar na empresa.
Um ótimo programa para desenvolver o lado profissional e pessoal do jovem
Acho uma forma de inserir o jovem no meio profissional e fazer com ele se auto descubra tanto no pessoal e no profissional
Um programa bem didático, onde os jovens que estão entrando no mercado de trabalho, tem contato com diversas atividades sejam elas práticas(empresa) e teóricas (ciee). Aprendi sobre diversos assuntos, e também pude colocá-los em prática tanto na minha vida pessoal quanto profissional, também compartilhamos e adquirimos habilidades essenciais que nos ajudam bastante ao longo da vida. Então, gosto muito do programa, foi um marco pra mim, onde abriu oportunidades e sou muito grata, realmente ajuda os jovens a serem integrados no mercado de trabalho.
Para mim, me ajudou bastante a me inserir dentro do mercado de trabalho ampliando meu conhecimento sobre várias questões profissionais e pessoais também.
Todos poderiam ter essa oportunidade de fazer parte deste programa que ajuda jovens a melhorar suas habilidades profissionais e pessoais, muito grata por ter feito parte deste programa que me ensinou e me qualificou pro mercado de trabalho.
Um ótimo programa para aprender novos conhecimentos, aprendendo sempre a trabalhar em equipe.
Excelente!!! ajuda a termos a oportunidade do primeiro emprego
É um meio muito bom que facilita o jovem na área de trabalho ampliando outros meios.
É um programa que aos olhos de muitos é "pouco", porém se a pessoa tiver a visão de um todo correta, ela vai conseguir enxergar a oportunidade correta ao ter a chance de participar.
eu sinto preguiça e cansado só que tenho que trabalhar
Ótima
O programa é excelente
Com este programa, tive oportunidade de conseguir meu primeiro trabalho. Principalmente nas aulas teóricas, que fomos a fundo nos assuntos de suma importância ao jovem.
É um programa bom que sem dúvidas ajuda muito jovem inclusive eu fui um deles a iniciar no mercado de trabalho que é algo muito difícil de fazer, pois as empresas são muito resistentes em contratar jovem ou pessoas sem experiência e assim você não entra no mercado de trabalho nem adquirir experiência

Um programa que deveria ser obrigatório para crianças e adolescente, ele tem uma capacidade de crescimento profissional fenomenal, ajuda tanto na nossa vida profissional, quanto na vida pessoal, te ajuda a ser uma nova pessoa, a ter respeito pelos outros, eu apenas tenho a agradecer ao programa e principalmente a minha instrutora.
O programa Jovem Aprendiz oferece experiência prática e desenvolvimento de habilidades para nós jovens, incentivando a continuidade dos estudos. E para as empresas, é uma forma de formar talentos futuros e representar.
Ajuda no amadurecimento e desenvolvimento pessoal
Acho muito importante pois incentiva muito o trabalho em equipe.
Ajuda os jovens a se desenvolver
Uma experiência única, que realmente me ajudou a desenvolver habilidades que eu não imaginava ter.
É um programa muito bom para aqueles que desejam entrar no mercado de trabalho.
O programa Jovem Aprendiz contribui para o crescimento pessoal e profissional, oferece oportunidades para os jovens que desejam entrar no mercado de trabalho.
às vezes era meio chato e repetitivo, gostava mais de ir para a empresa, mais eu sei que me ensinou mta coisa e eu gostava da turma
BOM ESTA ME AJUDANDO MUITO
Ótima! proporciona diversas competências essenciais para a vida.
O programa jovem aprendiz e muito bom os aprendizados e os temas com esse aprendizados e com os temas e mais fácil entrar no mercado de trabalho e reconhecer os seus direitos
O programa ajuda muito, pois às vezes entramos na empresa sem saber nada, com medo e o programa mostra e ensina a gente a melhor forma de agir, o que tem que ser feito, ensina também mais sobre a área que o jovem aprendiz está trabalhando.
Na minha opinião é um programa muito bom que dá várias oportunidades para jovens e outras pessoas, para crescer no mercado de trabalho
Eu gosto muito eu acho muito importante
É uma ótima oportunidade para quem está querendo ingressar no mercado de trabalho, ganhando muita experiência e aprendizado.
o programa me acolheu no meu pior momento
me surpreendeu
o programa abre as portas do mercado de trabalho para os jovens
Está sendo muito bom a professora explica muito bem e ela tem paciência em nos ensinar
Programa excelente que ajuda nós jovens a agregar no mundo do mercado de trabalho.
Muito boa pois dar chances aos jovens para poderem começar a engrenar no mercado de trabalho
Uma ótima experiência, abrangendo muito a Capacitação dos jovens
Muito bom, não tinha conhecimento antes, é sensacional! Os instrutores são muito capacitados.
É um bom programa, embora seja necessário melhorar alguns pontos.
É um programa que proporciona ótimas oportunidades para os jovens
Programa jovem aprendiz, proporcionou muita experiência profissional e na minha vida pessoal
É ótimo! O programa promove oportunidades para jovens inseguros ou perdidos e isso é muito importante pra sociedade.
Está sendo ótimo pra mim. Me ajudou tanto na vida profissional Quanto na pessoal

Acredito que o programa tenha uma excelente proposta, porém na prática os jovens não levam a sério toda oportunidade e desenvolvimento que ele oferece. Dentro das capacitações teóricas sempre me dispus a dar o meu melhor e realizar as atividades conforme propostas, porém a turma em sua maioria não tinha essa visão, minhas amigas da época sempre reclamavam e comentavam que preferiam trabalhar na empresa, falavam que era perda de tempo e coisas do tipo. Sempre tratei com respeito e auxiliava os instrutores do programa, os mesmos se queixavam do descompromisso da turma e durante meu contrato presenciei diversas situações de brigas, discussões e desrespeito entre os aprendizes e até mesmo com os instrutores. Concluindo, creio que o programa tenha o potencial e ferramentas para realmente desenvolver e integrar os jovens no mercado de trabalho, mas falta compromisso tanto pela equipe quanto pelos aprendizes em si.
extremamente essencial na vida de um jovem que está entrando no mercado de trabalho
Por Favor preciso muito de um emprego, vou completar 18 anos amanhã A Partir de segunda feira 17:06:2006, e estou sem emprego por favor Cieee me ajuda
E muito bom ser jovem aprendiz e uns forma de responsabilidade
Na minha opinião é um ótimo programa que consiste em ensinar jovens a como entrar no mercado de trabalho e como se comportar profissionalmente.
Amei a experiência
Sou ex Jovem Aprendiz. Fui aprendiz na empresa X de Franca, e não tive boa experiência. Pelo o que o próprio nome diz: “aprendiz”, deveria, de fato, aprender. Mas existem diversas falhas na empresa com os jovens. Todos sabem que as empresas de grande porte são obrigadas a terem jovens aprendizes e, assim, contribuem até para a diminuição dos impostos. Mas no Brasil eles não estão preocupados em capacitar os aprendizes, nós só passamos o tempo e perdemos o tempo de aprendizado. Eu por exemplo, fiquei dois anos e não tem 2 coisa que posso dizer que me ensinaram e me capacitaram para o mundo do trabalho lá fora. Eu saí de lá sem ter aprendido a trabalhar e agora estou perdida e insegura novamente (com 20 anos). Na minha opinião e experiência, o programa de jovem aprendiz seria de fato efetivo se as empresas ensinassem os aprendizes a como se comportar em uma empresa e aproveitar que muitos estão no primeiro emprego e “moldar” este jovem para o mercado de trabalho.
Acho extremamente importante para os jovens
Muito bom me surpreende e ajuda bastante
É uma ótima oportunidade para jovens entrarem no mercado de trabalho.
Uma oportunidade de ter novas experiências
É um programa que ajuda no desenvolvimento profissional do jovem
Muito importante, é uma rede de apoio a muitos jovens.
Um programa muito bom para ter um desenvolvimento profissional
O programa de jovem aprendiz é um ótimo meio de capacitação, já que com as aulas teóricas e práticas é possível adquirir o conhecimento necessário
acho importante existir oportunidades de empregos para os mais novos, entrar no ramo trabalhista mais cedo faz com que o desenvolvimento seja mais rápido e maior.
Seja um preferido e tenha lábia que você se sairá bem... caso ao contrário, não irá ter benefício nenhum
O Programa Jovem Aprendiz é muito bom e sim muito importante para o desenvolvimento dos jovens
O Programa Jovem Aprendiz,e sim,um programa que ajuda muito a mudar a vida de muitos jovens
Acredito que seja de extrema importância para jovens sem experiência, podendo entrar no mercado de trabalho, muita das vezes sendo contratado integralmente após o término do programa.
Ótimo
preciso muito desse emprego
Bom, me ajudou
Na minha opinião é um programa extremamente importante pois dá oportunidade no mercado de trabalho para os mais jovens e ajuda no crescimento tanto profissional quanto pessoal, as capacitações são ótimas e sempre aborda temas importantes.
É um bom programa pra quem está começando a trabalhar

O Programa Jovem Aprendiz é uma iniciativa bastante positiva, com vários benefícios tanto para os jovens quanto para as empresas e a sociedade como um todo.
Acredito que é um ótimo programa, o intuito é bom, porém alguns instrutores não são tão capacitados.
Um projeto muito bom, pena que não recomendo o CIEE, por não confia pois acabaram meu contrato antes do tempo estipulado nas planilhas e sem avisar
É um programa muito interessante, que supera todas as expectativas!
É um programa muito bom que traz boas oportunidades e aprendizagem
Ótimo programa para jovens que estão iniciando no mercado de trabalho, apoio o programa.
Eu gostei muito do programa, me desenvolvi muito. Foi cansativo porque estudava e trabalhava, mas me fez crescer e amadurecer toda essa responsabilidade
Um programa que ajuda os jovens
o programa ajuda os jovens a conseguir um emprego

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O programa pode ser associado a impactos no desenvolvimento pessoal e profissional dos participantes, conforme destacado em diversas respostas. Um exemplo de fala: - “O programa Jovem Aprendiz foi importante para o meu desenvolvimento, me trouxe muito conhecimento e experiência.” Essa percepção é corroborada por muitos participantes que mencionam a importância das habilidades adquiridas, como comunicação, trabalho em equipe e desenvolvimento de competências profissionais e pessoais. Outro exemplo: - “O programa me ajudou a me tornar uma profissional melhor e como um primeiro emprego acredito que foi de total importância em minha carreira.” Os participantes destacam que o programa oferece uma introdução ao ambiente de trabalho, desenvolvendo habilidades como comunicação, trabalho em equipe e responsabilidade.

Outro aspecto relevante foi sobre a questão da oportunidade de ingresso no mercado de trabalho que o programa oferece: - “O programa abre as portas do mercado de trabalho para os jovens.”; - “O programa abriu portas para os jovens entrarem no mercado de trabalho. - “Eu não fiquei contratada na empresa onde fui jovem aprendiz, mas através de uma pessoa que trabalhava comigo arrumei outro serviço.” Os feedbacks analisados podem estar associados à potencial contribuição do programa para auxiliar os jovens na obtenção de sua primeira experiência profissional e no estabelecimento de uma rede de contatos. Essa possibilidade pode ser particularmente relevante para aqueles que enfrentam barreiras de acesso ao mercado de trabalho devido à falta de experiência prévia. O networking e a exposição ao ambiente corporativo podem ser entendidos como fatores que oferecem uma vantagem no contexto competitivo. Para os participantes que não são efetivados ao final do programa, as conexões estabelecidas durante o período de aprendizagem podem desempenhar um papel relevante na abertura de novas oportunidades.

Porém, alguns participantes apontam falhas na implementação e na comunicação durante o programa: - “A aplicação do programa em si não é totalmente proveitosa para todas as partes envolvidas, contudo, a comunicação geral e organização deixam um pouco a desejar.” Esse tipo de feedback sugere que, apesar dos benefícios do programa, existem deficiências na gestão e na organização, o que pode impactar a eficácia da experiência para alguns jovens. Essas falhas podem se manifestar em uma falta de alinhamento entre as expectativas e a realidade do programa, afetando a qualidade da experiência do aprendiz.

Outro ponto crítico é a percepção de que a experiência prática nem sempre corresponde ao esperado: - “Eu fiquei dois anos e não tem 2 coisas que posso dizer que me ensinaram e me capacitaram para o mundo do trabalho lá fora.”; - “O programa é muito bom para aqueles que desejam entrar no mercado de trabalho. Porém, a empresa não teve uma visão mais ampla de quais atividades o jovem aprendiz poderia executar na empresa.” Essas opiniões refletem uma preocupação com a qualidade da formação prática oferecida pelas empresas, que pode não estar alinhada com as diretrizes do PJA e com as necessidades de desenvolvimento dos jovens. A falta de uma experiência prática adequada pode limitar a contribuição do programa, não preparando os jovens de maneira eficaz para o mercado de trabalho.

A análise das respostas aponta percepções que indicam a relevância atribuída ao PJA, especialmente no que diz respeito à potencial contribuição para o desenvolvimento pessoal e profissional e para a inserção no mercado de trabalho. Contudo, os dados também sugerem possíveis áreas que poderiam ser aprimoradas, como aspectos relacionados à comunicação, à organização e à qualidade da experiência prática oferecida.

Quadro 19 - Proposta dos jovens para melhorias ao Programa

Questionário 1 - Jovens Aprendizes
A rede de ensino, e a professora foram extremamente excelentes no programa, não vejo necessidade de melhora, em minha antiga sala era nítido que quando o aprendiz se esforça tudo fica simples, e leve fazendo um melhor aproveitamento do ensino.
No momento não pra mim está perfeito
Acho que os conteúdos teóricos poderiam trazer assuntos mais técnicos pertinentes às empresas que os jovens trabalham.
Somente a questão de polos, expandir os lugares na própria cidade do jovem
Que a empresa e a capacitação teórica fossem mais próximas, sinto falta dessa parceria empresa x capacitação teórica
Ampliação do programa, pois muitos jovens tentam entrar e não conseguem uma vaga, acredito que as empresas também deveriam aderir mais.
Em minha percepção e experiência, a quantidade de aprendizes em uma turma influencia na aprendizagem.

Sendo assim, turmas volumosas atrapalham o bom desenvolvimento de temas.
Em minha percepção e experiência, a quantidade de aprendizes em uma turma influencia na aprendizagem. Sendo assim, turmas volumosas atrapalham o bom desenvolvimento de temas.
Em minha percepção e experiência, a quantidade de aprendizes em uma turma influencia na aprendizagem. Sendo assim, turmas volumosas atrapalham o bom desenvolvimento de temas.
Não, acredito que o programa é muito bom e todos os instrutores são bem capacitados.
Não, o curso é maravilhoso, cada professor tem seu jeito de se aplicar e com isso a turma consegue se desenvolver bastante.
estou terminando o programa e preciso de trabalho, queria ficar mais vou sentir saudades
Apresentar um plano detalhado de quais atividades o jovem aprendiz deve executar dentro da empresa.
Sim, apenas a duração do tempo de serviço poderia aumentar e também quando o aprendiz precisar de alguma mudança com algo que está difícil para ele(a) o programa estaria disposto a ajudar e tentar fazer mudanças necessárias para ajudar.
Não, acho a didática e marco temporal que os instrutores passam as atividades são completamente exatas, pois primeiro vemos algumas competências para vida e depois começamos a falar sobre materiais específicos. Então, gosto muito desse tempo que eles dão pros jovens absorverem os conteúdos.
No meu ponto de vista não
Somente a demora de assinar os contratos!
O material utilizado na época quando eu era jovem aprendiz era bem desatualizado e os instrutores tinham bastante falta de material para aula, como notebook, projetor etc.
Não tenho que falar mais, o programa é diverso em temas, você aprende de tudo!
Para melhorar o programa Jovem Aprendiz, é importante aprimorar a mentoria, oferecendo orientação de profissionais experientes, e diversificar as atividades para desenvolver várias habilidades. A integração com instituições educacionais deve ser reforçada para alinhar teoria e prática. Implementar um sistema de feedback regular e disponibilizar suporte psicológico ajudariam na adaptação dos jovens. Além disso, criar mecanismos de acompanhamento pós-programa pode facilitar a transição para o mercado de trabalho.
ter mais aula prática
Não mudar os instrutores.
não trocar de instrutor
deveria ter mais vagas nas empresas
repetir menos os temas e ir mais nas empresas
localização
No momento não pois estou satisfeito com isso
Programa excelente
Um pouco mais dinâmico.
Trazer alguns temas diferentes e mais dinâmicas para a equipe.
Acredito que revisar as capacitações, e trazer conteúdos mais atualizados que despertem o interesse dos jovens, para que assim todos comecem a visualizar o programa com seriedade e comprometimento.
Gostaria que o programa jovem aprendiz fosse mais falado nas escolas e cursos, para que os jovens possam procurar por ele.
Pode haver melhorias nas capacitações teóricas, pois a maioria dos temas são repetitivos, só mudam algumas palavras e não existe aproveitamento. E também poderia com toda certeza haver uma maior fiscalização por parte do Programa, e cobrança nas empresas para de fato capacitar um jovem para o mercado de trabalho ou trabalhar na empresa. A maioria literalmente não faz nada pois ninguém se preocupa em fazer o que de fato deveria ser feito.
O estudo ser mais aprofundados e cobrados
Auxílio saúde, pois algumas empresas não possui e é importante
Uma melhoria nos tipos de aula, slides, etc.

Ajudar em casa, fazer um investimento, ou pagar um curso com o salário de aprendiz é uma tarefa muito complicada, o que demanda uma outra atividade remunerada na qual se torna impossível para o jovem que estuda e que não consegue dedicar apenas aos estudos sem uma renda. Nesse sentido, mais benefícios seria essencial como o vale alimentação, que algumas empresas não adotam para os jovens, ou gympass.
Não
Acredito que o tempo de capacitações poderia ser menor, o tempo na empresa é muito mais valioso e proveitoso.
Ser verdadeiro, a turma fazia o que queria e ninguém impulsionava nada. Os puxa saco se deram bem, mesmo faltando, não tendo comprometimento, ficava só no celular, dormia! E foram os que saíram bem
Acredito que as dinâmicas em aula precisam ser melhores trabalhadas individualmente, muitas pessoas assim como eu, tem dificuldades de interação e jogar elas no meio de dinâmicas não é a melhor opção, muita pressão e a pessoa acaba desanimando de participar, tem que ser algo mais gradual. Acredito que seja da capacidade do professor reconhecer esses alunos que têm dificuldades e ter mais paciência e uma melhor didática para acompanhar o aluno.
melhorar o preconceito com o jovem homossexual na empresa, sofri muito com isso e desabafei com a instrutora de aprendizagem algumas vezes, e com a assistente social
Cursos às vezes cansativos, repetitivos e monótonos
Acredito que as capacitações poderiam ser mais práticas e menos teóricas, pois assim os "alunos" ficariam mais interessados.
Não o programa é ótimo
Sim, que se forem muda a data se fim de contrato avise o aprendiz pois usamos o calendário com base então só lá fala que vai Ex: até dia 17/10/24 e muda para 06/03/24.
Deveria melhorar em criar mais pólos de capacitação e aulas mais práticas
Na época em que participei, faltava um pouco de comunicação em ambas as partes, tanto os aprendizes com os instrutores, quanto os instrutores com os aprendizes.
Pudesse participar do programa mais vezes até completar 24 anos. E que as empresas tivessem um programa para contratação após o término do programa jovem aprendiz, porque é muito ruim ficar desempregado
Que as empresas contratassem mais jovens, a maioria só cumpri a cota e não desenvolve os jovens como deveriam
Ter mais benefícios
Que empresas como os mercados fossem melhor fiscalizados pq mtas vezes ão cumprem as regras
selecionar melhor os jovens pq tem uns que não querem nada

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

5.4.1 Análise das Propostas para Melhorias no Programa Jovem Aprendiz

Algumas melhorias também foram sugeridas pelos jovens, como: - “Somente a questão de polos, expandir os lugares na própria cidade do jovem.” Expandir a quantidade de polos de capacitação teórica é importante para aumentar a acessibilidade do programa. Muitos jovens enfrentam dificuldades para se deslocar até os locais de capacitação, o que pode resultar em falta de frequência e comprometimento. A presença de mais polos, especialmente em áreas mais próximas das residências dos aprendizes, poderia reduzir barreiras logísticas e facilitaria a participação consistente. Essa mudança poderia permitir que mais jovens tenham a oportunidade de aproveitar integralmente a capacitação teórica oferecida, promovendo uma experiência mais enriquecedora e inclusiva.

Essa outra melhoria sugerida está em consonância com as críticas apresentadas no quadro anterior: - “Que a empresa e a capacitação teórica fossem mais próximas, sinto falta dessa parceria empresa x capacitação teórica.” A falta de alinhamento entre a capacitação teórica e a experiência prática é uma crítica comum. Melhorar a integração entre o que é ensinado teoricamente e o que é aplicado nas empresas pode maximizar o aprendizado e a aplicação prática dos conhecimentos adquiridos. Uma colaboração mais estreita entre, por exemplo, instrutores e empresas poderia ajudar a direcionar os conteúdos teóricos para que sejam diretamente relevantes para as atividades práticas, proporcionando uma experiência mais coesa e aplicada. Isso não apenas reforçaria a compreensão dos conceitos pelos jovens, mas também aumentaria sua capacidade de aplicá-los efetivamente no ambiente de trabalho.

Seguindo a linha de melhorias nas capacitações teóricas, a próxima sugestão selecionada é: - “Acredito que revisar as capacitações, e trazer conteúdos mais atualizados que despertem o interesse dos jovens, para que assim todos comecem a visualizar o programa com seriedade e comprometimento.” Muitos participantes sentem que os conteúdos são repetitivos e desatualizados, o que pode levar ao desinteresse e à falta de comprometimento.

A proposta selecionada a seguir aborda um tema discutido no referencial teórico: a criação de mais vagas no programa. A proposta é a seguinte: “Ampliação do programa, pois muitos jovens tentam ingressar e não conseguem uma vaga. Acredito que as empresas também deveriam aderir mais.” O aumento no número de vagas disponíveis torna-se necessário para atender à alta demanda pelo programa.

Os dados levantados apontam preocupações recorrentes dos jovens em relação à limitação de vagas no PJA, indicando que muitos interessados acabam excluídos devido à restrição de oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Alguns participantes sugerem que a ampliação do programa, com a adesão de mais empresas, poderia aumentar o acesso de jovens ao mercado, além de possibilitar experiências mais diversificadas em diferentes setores.

Entre os aspectos destacados, os jovens também ressaltaram a necessidade de uma fiscalização mais rigorosa das cotas de aprendizes que as empresas devem cumprir, conforme previsto na Lei nº 10.097/2000. A legislação estabelece que as empresas devem reservar entre 5% e 15% de suas vagas para aprendizes, dependendo de sua estrutura e tamanho. Um exemplo dessa preocupação pode ser observado na fala de um participante: “Que empresas como os mercados fossem melhor fiscalizadas, pois muitas vezes não cumprem as regras.”

Foram relatadas situações em que empresas participantes não seguem adequadamente os regulamentos do programa, comprometendo a experiência prática e a qualidade do

aprendizado. Além disso, surgem sugestões para o estabelecimento de sistemas de monitoramento mais eficientes, com o objetivo de identificar e corrigir possíveis desvios, assegurando que as empresas contribuam de maneira efetiva para o desenvolvimento dos jovens.

Essas percepções encontram respaldo nas diretrizes do Manual de Aprendizagem do Ministério do Trabalho, que destaca a importância da fiscalização como instrumento essencial para garantir que o programa atinja seus objetivos. A Lei da Aprendizagem especifica que tanto as instituições responsáveis pela capacitação teórica quanto as empresas que oferecem a formação prática devem ser monitoradas pela Inspeção do Trabalho. Tais mecanismos podem ser entendidos como uma forma de assegurar que os aprendizes recebam uma formação técnico-profissional de qualidade e que as obrigações legais sejam cumpridas pelas organizações envolvidas no programa.

5.5 Análise realizada com o Software Nvivo 12®

Na fase final de análise, utilizou-se o software Nvivo 12® para aprimorar a interpretação dos questionários, a partir das respostas na íntegra. Um dos primeiros resultados gerados foi a nuvem de palavras, uma representação gráfica que evidencia a frequência dos termos mais mencionados no conteúdo analisado, conforme apresentado na Figura 8. A predominância das palavras "programa", "jovem" e "aprendiz" pode estar associada à formulação das perguntas e ao próprio escopo da pesquisa.

Embora a frequência desses termos esteja condicionada à estrutura dos instrumentos de coleta, a nuvem de palavras permite visualizar padrões de recorrência e relações entre os conceitos abordados. Esse recurso gráfico possibilita uma leitura inicial do material analisado, subsidiando a identificação de elementos centrais e contribuindo para a interpretação qualitativa dos dados.

de acordo com sua relevância para o estudo, foram as palavras jovens (citada 38 vezes), programa (citada 34 vezes), empresas (citada 26 vezes), aprendizagem e capacitação (citadas 16 vezes). A partir da frequência de palavras, demonstram a relação entre jovens, programa, empresas, aprendizagem e capacitação. Podemos observar essa relação no Manual de Aprendizagem do Ministério do Trabalho, que diz que a Lei da Aprendizagem. A palavra declarar (citada 22 vezes), foi devido algumas respostas, os participantes optarem por não declararem suas respostas. A frequência de palavras está ilustrada na Tabela 5:

Tabela 5 - Frequência de palavras

Palavra	Contagem	Percentual ponderado %
programa	82	2,91
jovem/jovens	81	2,87
aprendiz	35	1,24
trabalho	34	1,21
mercado	26	0,92
ajuda	22	0,78
empresas	13	0,46
experiência	13	0,46
profissional	13	0,46
desenvolvimento	12	0,43
empresa	12	0,43
inserir	12	0,43
oportunidade	12	0,43
acredito	11	0,39
importante	11	0,39
bastante	10	0,35
temas	10	0,35

Fonte: Elaborado pela autora a partir do software Nvivo 12® (2024).

5.6 Caracterização dos participantes: Formulário Sujeitos Implementadores

Foram enviados 10 questionários para os principais sujeitos implementadores que pertencem a Instituição CIEE, retornando 8 questionários respondidos no prazo de 15 dias. A pesquisa não obteve nenhum retorno em relação a não concordância de participação após a leitura do TCLE (APÊNDICE 4). Ou seja, após a leitura do TCLE, os sujeitos participantes aceitaram os termos.

A análise do perfil dos participantes revelou uma média de idade de 39,8 anos, com variações entre 28 e 45 anos. A maioria se identificou como preta/parda (71,5%), sendo o

grupo composto por seis mulheres e dois homens. Apesar da amostra reduzida e da ausência de perguntas específicas sobre diversidade, os dados apresentados indicam a presença de características que podem ser interpretadas como diversidade e inclusão no quadro de funcionários da Instituição.

Em relação à escolaridade, constatou-se que seis participantes possuíam pós-graduação (em andamento ou concluída), um tinha ensino superior (em andamento ou concluído), e um tinha doutorado. Esses dados apontam para um alto nível de escolarização, que pode estar relacionado às exigências de contratação da Instituição CIEE. Quanto à renda familiar, 67,5% declararam receber entre 3 e 4 salários-mínimos, enquanto os demais apontaram rendas entre 1 e 2 salários-mínimos.

A comparação com informações disponíveis em sites de emprego como Gupy, Catho, Indeed e Glassdoor sugere que os salários praticados no CIEE podem ultrapassar em até 27% a média nacional, com variações de R\$ 3.000,00 a R\$ 10.000,00. No entanto, a questão investigada se referia à renda familiar, o que permite levantar a hipótese de que famílias maiores podem estar representadas nos grupos com rendas mais baixas, especialmente nos casos em que o participante é a única fonte de renda.

Sobre a relação de trabalho na Instituição, os dados sobre tempo e cargo indicaram que quatro participantes estavam vinculados ao CIEE entre 1,1 e 2 anos, enquanto os outros quatro relataram períodos entre 4,1 e 10 anos. Em relação ao tempo no cargo atual, 71,4% apontaram estar entre 1,1 e 2 anos, enquanto o restante estava entre menos de um ano e até cinco anos. Esses resultados podem sugerir níveis reduzidos de mobilidade interna, seja devido à alta rotatividade ou à ausência de planos de carreira formais na Instituição.

A distribuição dos cargos mostrou que 62,5% das respostas vieram de Instrutores de Aprendizagem, possivelmente devido ao maior envio de convites a profissionais dessa função. Os demais cargos identificados foram Supervisor de Aprendizagem, Líder de Aprendizagem e Assistente Social. Não foram registradas respostas de participantes em cargos como CEO ou Consultor de Vendas.

Esses dados oferecem uma visão inicial sobre o perfil dos participantes e suas relações de trabalho na Instituição, evidenciando características como escolarização, renda, tempo de vínculo e ocupação, mas também apontando aspectos que podem ser investigados em maior profundidade em estudos futuros.

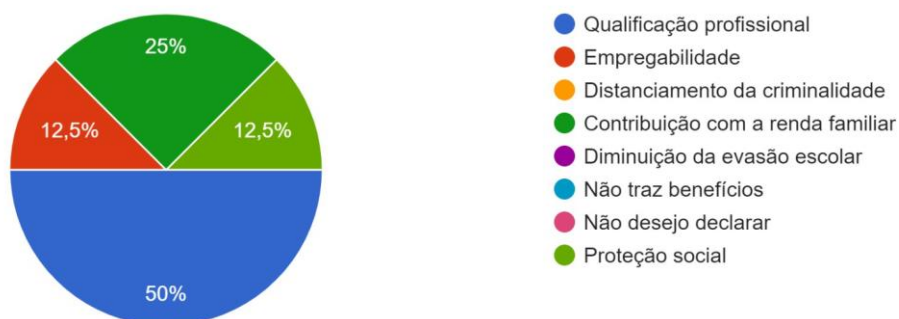
5.7 Percepções dos Sujeitos em relação ao Programa Jovem Aprendiz

A Lei da Aprendizagem nº 10.097, é uma legislação destinada a regular a formação técnico-profissional de jovens. Esta formação abrange atividades tanto teóricas quanto práticas, com o propósito de facilitar a entrada do jovem no mercado de trabalho e permitir que concilie seus estudos com a atividade laboral (Martins, 2009).

Dados do IBGE apontam que o desemprego afeta mais intensamente jovens em situação de vulnerabilidade. A pesquisa de Jantsch (2020) sugere que o Programa pode facilitar o acesso a oportunidades para esse grupo, contribuindo para sua ascensão social e ampliando suas perspectivas acadêmicas e profissionais. Informações do Gráfico 23 e da Tabela 4 indicam que os participantes percebem benefícios como qualificação profissional, empregabilidade, proteção social e contribuição para a renda familiar, destacando o potencial impacto positivo do Programa no desenvolvimento desses jovens.

Gráfico 23 - Benefícios para o jovem contratado como aprendiz

Qual o principal benefício para o jovem quando ele é contratado como aprendiz
8 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Na Tabela 6 destaca duas questões relevantes: a relação entre trabalho e desempenho escolar e as cotas como impacto no orçamento empresarial. O desempenho escolar é frequentemente alvo de críticas, com estudos apontando que o acúmulo de tarefas pode sobrecarregar os jovens. Já as cotas são vistas por algumas empresas como um custo adicional, considerando o treinamento de jovens sem experiência como um risco de baixa produtividade em comparação à contratação de profissionais qualificados. Essas questões refletem debates sobre o equilíbrio entre responsabilidades sociais e práticas empresariais.

Tabela 6 - Avaliação do Programa: Todos os cargos (perguntas fechadas)

Questionário 2 Sujeitos Implementadores	Concordo Totalmente	Concordo Parcialmente	Nem concordo, nem discordo	Discordo Totalmente	Discordo Parcialmente	Não desejo declarar
Você considera que o jovem aprendiz é parte de uma política pública de inclusão social	62,50%	25%				12,50%
O programa de aprendizagem contribui de fato com a empregabilidade do jovem	62,50%	25%				12,50%
Participar do programa contribui com o desempenho escolar do jovem	37,50%	12,50%	37,50%			12,50%
A necessidade de cumprir cotas de aprendizes pode ocasionar a demissão de outros funcionários	25%	25%	37,50%			12,50%
A necessidade de cumprir cotas de aprendizes é fundamental para a contratação por parte das empresas	37,50%	50%				12,50%
Tenho total conhecimento da Programa Jovem Aprendiz (Legislação e portarias)	37,50%	50%				12,50%

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os jovens enfrentam consideráveis desafios ao buscar emprego, uma vez que muitas empresas demandam experiência e qualificação, requisitos que muitos desses jovens não possuem. Diante desse cenário, marcado pelas dificuldades enfrentadas pelos jovens no mercado de trabalho, surgem propostas de ações para inserção e capacitação por meio de políticas públicas. Tais medidas políticas são necessárias, pois ampliam as oportunidades e reduzem as desigualdades estruturais sociais (Cavalcanti, 2016).

A Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e a Lei n. 8.213/1991 estabelecem cotas obrigatórias para a inclusão de jovens e pessoas com deficiência no mercado de trabalho, com

fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. De acordo com a Lei nº 10.097/2000, as empresas devem alocar de 5% a 15% de suas vagas para esses grupos, promovendo a inserção juvenil, a prevenção do trabalho infantil e da evasão escolar. Além disso, a legislação prevê benefícios como a redução de encargos para as empresas, incentivando práticas de responsabilidade social e contribuindo para o desenvolvimento econômico local (Ribeiro, 2018).

Em 2023, foi lançado o "Prêmio Melhores Empresas para o Jovem Aprendiz", resultado de uma parceria entre o CIEE, o Great Place to Work (GPTW) e o Ministério do Trabalho e Emprego. O objetivo da iniciativa foi identificar e reconhecer práticas implementadas por empresas participantes do PJA, utilizando critérios como acolhimento, integração, diversidade, inclusão e satisfação pessoal, incentivando melhores práticas de gestão e desenvolvimento de aprendizes no mercado de trabalho brasileiro (CIEE, 2023c).

No Quadro 20, podemos observar mais respostas dos sujeitos em relação à importância do apoio das empresas, que são considerados pelos respondentes, sujeitos fundamentais para que o PJA aconteça.

Quadro 20 - Avaliação do Programa: todos os cargos (fechadas e abertas)

Questionário 2 - Sujeitos Implementadores	Respostas
Dificuldade das empresas para contratarem jovens aprendizes	Falta de conscientização do Programa dentro das empresas (I1; I5; I6; I8) Preconceito pela faixa etária e falta de experiência (I4; I7) Não desejo declarar (I2; I3)
Principais desafios do CIEE para a implementação do Programa Jovem Aprendiz	Além da falta de conhecimento do Programa de aprendizagem, as empresas muitas vezes não estão preparadas para receber e treinar os jovens (I5). Fazer com que a empresa compreenda que a contratação de aprendizes não é somente para cumprir um regulamento legal, mas sim como uma possibilidade de, além de inserir um adolescente ou jovem no mundo do trabalho, a empresa tem a oportunidade de treinar um futuro colaborador CLT (I6). Acredito que a adesão das organizações a alguns cumprimentos da lei de aprendizagem nos âmbitos das empresas (I7). Não desejo declarar (I1; I2; I3; I4; I8)

Como as empresas veem o Jovem Aprendiz?	Acredito que grande parte das empresas, veem como uma obrigação (I1). Eu acredito que as empresas veem como uma oportunidade de mudar a vida do jovem (I3). Não dá pra generalizar, mas se as empresas enxergassem como uma real oportunidade de mudar a vida de um jovem, dentro das empresas teríamos muito mais jovens do que só as "cotas" obrigatórias por lei (I4). Ainda muitas empresas veem o programa apenas como uma obrigação, um cumprimento de metas de contratação e só (I5). Felizmente, essa realidade vem mudando com o tempo, mas ainda é um dos maiores desafios a conscientização das empresas (I7). Não desejo declarar (I2; I6; I8)
Opinião sobre o Programa Jovem Aprendiz	Programa que ajuda os jovens a entrar no mercado de trabalho, proporcionando a oportunidade do primeiro emprego, excelente programa (I2). Um programa de suma importante para a inserção dos jovens ao mundo do trabalho (I3) O programa Jovem Aprendiz vai muito além do desenvolvimento pessoal e profissional, o programa muda a vida de muitos jovens, promove o sustento de famílias e entrega oportunidades (I4). É a porta de entrada para a empregabilidade de adolescentes e jovens (I7). O programa de aprendizagem é a inclusão no mundo do tamanho de maneira protegida, segura e legal (I8). Não desejo declarar (I1; I5; I6)
Sugestões de melhoria ao Programa	Inovação das oficinas (I2). Que as empresas parceiras tivessem pleno conhecimento do programa e tudo que ele pode proporcionar na vida dos jovens (I4). Não. Atualmente estamos com uma nova portaria para atuação, que nos atende muito bem (I7). Ampliação de vagas, com incentivo às empresas que mais contratarem (I8) Não desejo declarar (I1; I3; I5; I6)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os respondentes indicaram que os instrutores apresentam domínio dos temas abordados nas capacitações e recebem incentivo para formação continuada, considerada importante para a melhoria e atualização dos conteúdos. No entanto, relatos de jovens aprendizes apontaram insatisfação com a repetitividade dos temas e percepções de falta de preparo, sugerindo a necessidade de revisão curricular e ajustes pedagógicos. A integração prática dos conteúdos, o desenvolvimento contínuo dos instrutores e melhorias na comunicação e avaliação emergem como pontos relevantes para aprimorar a experiência dos aprendizes e a efetividade do programa.

Um dos aspectos relatados no contexto da implementação do PJA pelo CIEE foi a organização das capacitações e materiais didáticos destinados aos participantes. Segundo o CIEE (2024), os materiais são desenvolvidos internamente por colaboradores da instituição,

que atuam tanto na produção quanto no ensino dos conteúdos. Nos primeiros dez dias de contrato, os jovens aprendizes participam de capacitações teóricas realizadas em uma plataforma online ou presencialmente em polos de treinamento vinculados à instituição.

Após essa etapa inicial, o contrato de trabalho se inicia, permitindo que os aprendizes apliquem os conhecimentos adquiridos em situações práticas no ambiente profissional. A carga horária do contrato pode variar entre 4 e 6 horas diárias, com duração de até 24 meses, dependendo do curso e da solicitação das empresas contratantes (CIEE, 2024). Para assegurar a continuidade da formação, os aprendizes são liberados periodicamente do trabalho, semanalmente ou quinzenalmente, para atividades teóricas que abordam tanto conteúdos gerais quanto específicos. Temas como responsabilidade social, ética e valores profissionais são recorrentes nessas capacitações, que incluem discussões orientadas, workshops e outros materiais educativos (CIEE, 2022).

Além disso, de acordo com informações divulgadas pelo CIEE (2023), são oferecidos cursos de capacitação em diversas áreas, tais como Arco Administrativo, Assistente Administrativo Rural, Auxiliar de Logística, Ocupações Agrícolas, Indústria da Carne, entre outras. Essas áreas buscam atender às demandas de diferentes setores do mercado de trabalho. As capacitações incluem, ainda, o desenvolvimento de habilidades sociais, como comunicação, trabalho em equipe e resolução de conflitos, aspectos considerados importantes para o desenvolvimento integral dos participantes (CIEE, 2022).

No Quadro 21, as respostas estão na seguinte sequência: I1, I2, I3, I4 e I5. Sendo que nessa parte do formulário nenhum participante optou por não responder.

Quadro 21 - Instrutores de Aprendizagem

Questionário 2 - Instrutores de Aprendizagem	Respostas
Qual o papel do Instrutor de Aprendizagem na Instituição implementadora CIEE? Se não desejar responder, inserir o texto "Não desejo declarar"	Orientar os jovens aprendizes, quanto ao comportamento, postura e apresentar ferramentas de gestão para os jovens. O Instrutor de Aprendizagem tem um papel fundamental no Programa Aprendiz do CIEE, sendo responsável pela condução da capacitação, contribuindo diretamente na formação de jovens aprendizes para o mundo do trabalho. O papel do instrutor é levar ao jovem o significado e a importância dele estar inserido no mundo do trabalho, que a partir de agora, o jovem terá a oportunidades vastas se conhecimentos e experiências. Promover aprendizagem e desenvolvimento profissional para os jovens no mundo do trabalho. O Papel do Instrutor a meu ver é fundamental pois ele dá o suporte necessário ao jovem que está inserido no programa dando embasamento na aprendizagem.

Quais os principais desafios enfrentados pelo Instrutor de Aprendizagem? Se não desejar responder, inserir o texto "Não desejo declarar"	A falta do comprometimento de muitas empresas com o programa, em alguns casos a postura do próprio jovem não é adequada para o programa. No dia a dia da sala de aula, o instrutor precisa lidar com diferentes tipos de jovens, seja tímido, estudioso, irresponsável, despreocupado, impaciente, entre outros. Por isso, é preciso que o profissional tenha “jogo de cintura” para poder dialogar com os jovens dos mais variados perfis. O principal desafio, creio que é a defasagem na aprendizagem desses jovens. Todos os dias enfrentamos grandes desafios com os jovens, como estão na adolescência e a grande maioria dos jovens vem de situação de vulnerabilidade, temos que buscar alternativas para o acolhimento, escuta, lidar com situações como a falta de disposição dos jovens, quadros depressivos, entre outros. Acredito que a conquista do jovem em sala de capacitação uma vez que o mesmo chega apegado a alguns ladrões de tempo e atenção como o celular.
De que forma os temas abordados nas capacitações teóricas contribuem para formação do Jovem Aprendiz? Se não desejar responder, inserir o texto "Não desejo declarar"	Apresenta ao jovem ferramentas de gestão e controle, direitos e deveres, gestão de pessoas, leis Para sua jornada profissional e pessoal. Os temas abordados em capacitação teórica contribuem de uma forma muito positiva na vida do jovem, pois são temas atuais e relevantes, e que no momento de capacitação o jovem consegue aprender, trocar experiências, se expressar e a curto prazo o mesmo transfere todo o aprendizado para sua capacitação prática. Os temas são abordados de maneira clara e com uma linguagem próxima ao jovem, as estratégias de ensinagem permitem que o jovem associe sua vida pessoal e profissional de forma dinâmica. Acredito que contribui 100 % pois os temas vêm ao encontro do universo que o jovem está inserido dentro das organizações.
Na sua opinião, considerando os materiais disponibilizados e os temas abordados nas capacitações teóricas, são coerentes com a proposta do Programa Jovem Aprendiz? Se não desejar responder, inserir o texto "Não desejo declarar"	Sim Os materiais e os temas abordados em capacitação, são correntes. Sim, considero que as temáticas e oficinas desenvolvidas são coerentes ao programa Jovem Aprendiz. São bons e coerentes, mas podem ser melhorados com certeza.
Na sua opinião, considerando os materiais disponibilizados e os temas abordados nas capacitações teóricas, contribuem efetivamente para a prática do aprendiz nas empresas? Se não desejar responder, inserir o texto "Não desejo declarar"	em partes Contribuem sim, pois são temas relacionados para serem desenvolvidos na prática. Contribui muito. Nosso foco está no desenvolvimento do jovem enquanto profissional, tentamos levar em consideração sempre as atividades desenvolvidas na prática. Contribuem efetivamente.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Observa-se que o instrutor de aprendizagem ocupa uma posição central no desenvolvimento profissional de jovens em processo de inserção no mercado de trabalho, ao atuar na condução de sua capacitação. Além disso, sua atuação parece contribuir para a

construção de relações baseadas em respeito e empatia.

No Quadro 22, a primeira resposta destaca aspectos abordados no referencial teórico, evidenciando que as políticas públicas têm como objetivo enfrentar desafios sociais por meio da distribuição de responsabilidades entre os níveis municipal, estadual e federal. Tais políticas abrangem diversas áreas e impactam toda a sociedade. Conforme Novaes (2012), contudo, a simples criação de leis, políticas públicas e projetos não garante eficácia, sendo indispensável a implementação de mecanismos que assegurem sua execução nos estados e municípios.

Embora muitas iniciativas sejam de origem federal, é importante salientar que não existem restrições legais para a criação de programas voltados ao primeiro emprego em esferas estaduais e municipais, desde que respeitem os princípios e normas estabelecidos pela Lei da Aprendizagem. A menção a essa possibilidade por uma posição de Supervisão se torna particularmente relevante, considerando a ampla presença do CIEE em mais de 2.500 municípios.

Quadro 22 - Supervisão de Aprendizagem

Questionário 2 - Supervisão de Aprendizagem	Respostas
Quais os principais desafios enfrentados pela Supervisão de Aprendizagem?	As desigualdades entre os municípios, em relação ao serviço público de apoio ao atendimento do adolescente (I7).
Na sua opinião, considerando os materiais disponibilizados e os temas abordados nas capacitações teóricas, contribuem efetivamente para a prática do aprendiz nas empresas?	Sim, contribuem (I7).
Qual o papel da supervisão na Instituição implementadora CIEE?	A supervisão tem o papel de subsidiar o time de capacitação no direcionamento, apoio e orientação sobre o desenvolvimento das atividades na capacitação do aprendiz, contribuindo com o desenvolvimento do aprendiz e com a empregabilidade (I7).

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Conforme discutido por Martins (2009), no contexto do Programa de Aprendizagem, destaca-se a importância de reconhecer e valorizar o trabalho dos jovens participantes, com ênfase na atuação do Serviço Social. O autor menciona que a estrutura da rede de assistência social, organizada em unidades, teria como objetivo assegurar o apoio necessário aos jovens e suas famílias, o que poderia estar associado a benefícios diversos e à promoção de uma

melhor qualidade de vida.

Martins (2009), aponta que questões pessoais podem exercer influência no desenvolvimento profissional dos indivíduos, especialmente no caso de jovens trabalhadores, que podem apresentar maior dificuldade em lidar com situações complexas devido à sua fase de desenvolvimento. Nesse sentido, o autor sugere que a presença de uma rede de apoio abrangente, composta por diferentes áreas de atuação e profissionais, pode ser muito necessária para o funcionamento do PJA e para o alcance de seus objetivos.

É possível estabelecer uma relação entre a visão institucional do CIEE: “ser reconhecida nacionalmente como uma referência de entidade beneficente de Assistência Social”, e as respostas fornecidas pelo(a) participante no cargo de Assistente Social. De forma ampla, constata-se que o ambiente em que o jovem está inserido exerce influência sobre seu desenvolvimento pessoal e coletivo. Contextos sociais marcados por baixo dinamismo econômico e alta vulnerabilidade frequentemente contribuem para a inatividade educacional e laboral entre os jovens. Nesse sentido, políticas públicas que promovam a inclusão dos jovens nos sistemas educacionais e no mercado de trabalho são estratégias para mitigar essa problemática.

Além disso, fatores familiares podem impactar diretamente nas escolhas individuais, demandando ações integradas por parte das redes locais de assistência social e mediação de emprego, conforme discutido por Ciriaco *et al.* (2022). O Quadro 23 apresenta as respostas do assistente social, abordando elementos como o papel da política de assistência social no programa de aprendizagem, os desafios enfrentados na execução do programa, a importância das redes socioassistenciais na inclusão e permanência dos jovens, e as contribuições da família e da comunidade na estruturação do PJA.

Quadro 23 - Assistente Social

Questionário 2 - Assistente Social	Respostas
Qual o papel da Assistência Social na Instituição implementadora CIEE? Se não desejar responder, inserir o texto "Não desejo declarar"	A Política de Assistência Social é o mote norteador do programa de aprendizagem ciee, que visa a inclusão do jovem no mundo do trabalho de maneira segura, legal, protegida e que possibilite a formação técnica/prática, com acesso a direitos sociais e proteção social (I8)
Quais os principais desafios enfrentados pela Assistência Social? Se não desejar responder, inserir o texto "Não desejo declarar"	Analiso que a não compreensão (entendimento) do programa, por parte dos empregadores, seja um desafio. Precisamos sensibilizar os empregadores para que mais jovens sejam protegidos (I8)

Qual o papel da rede socioassistencial no Programa Jovem Aprendiz? Se não desejar responder, inserir o texto "Não desejo declarar"	A rede socioassistencial é imprescindível para inclusão, evolução e permanência do jovem no programa, pois a rede socioassistencial é facilitadora do acesso a garantia de direitos dos jovens e famílias (I8)
Qual o papel da família e da comunidade no Programa Jovem Aprendiz? Se não desejar responder, inserir o texto "Não desejo declarar"	A família é fator fundamental na condução do programa. As demandas e necessidades do jovem são melhores mais bem atendidas quando temos respaldo no ambiente familiar (I8)

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Martins (2009), descreve o papel do assistente social, destacando sua atuação além do ambiente de trabalho, buscando oferecer um acolhimento integral aos jovens aprendizes. O assistente social, segundo o autor, pode abordar questões pessoais que afetam o desenvolvimento profissional dos jovens, visando prevenir o agravamento de situações de risco social. Segundo o autor, a rede socioassistencial é organizada em unidades para garantir o atendimento às necessidades dos jovens e suas famílias, auxiliando na obtenção de benefícios. Essa atuação contribui para mitigar riscos sociais e apoiar a permanência dos jovens em programas de desenvolvimento.

5.8 Análise realizada com o Software Nvivo 12®

Na fase final de análise, utilizou-se o software Nvivo 12® para interpretar os questionários na íntegra. A nuvem de palavras (Figura 10) evidencia os termos mais frequentes, como "programa", "jovem" e "aprendiz", cuja predominância pode decorrer da formulação das perguntas e do escopo da pesquisa. Ainda assim, esse recurso contribui para a identificação de padrões e relações entre os conceitos, auxiliando na interpretação qualitativa dos dados.

Figura 10 - Nuvem de palavras (Implementadores)



Fonte: Elaborado pela autora a partir do software Nvivo 12® (2024).

O segundo resultado fornecido pelo software a ser utilizado foi a de frequência de palavras, onde o software fornece uma contagem de palavras mais significativas que foram citadas pelos participantes e que podem ser utilizadas no estudo, verificando se existe compatibilidade com os objetivos da pesquisa.

Os 5 termos mais citados no decorrer das entrevistas e selecionados pelo software, de acordo com sua relevância para o estudo, foram as palavras jovens (citada 38 vezes), programa (34 vezes), empresas (26 vezes), aprendizagem e capacitação (16 vezes). A palavra declarar (22 vezes), foi devido algumas respostas, os participantes optarem por não declararem suas respostas. A frequência de palavras está ilustrada na Tabela 7.

Tabela 7 - Frequência de palavras

Palavra	Contagem	Percentual ponderado (%)
jovens/jovem	38	2
programa	34	2
empresas	26	1
declarar	22	1
aprendizagem	16	1
capacitação	16	1
mundo	14	1
trabalho	14	1
oportunidade	12	1
profissional	12	1
vida	12	1
aprendiz	10	1
desenvolvimento	10	1
desafio	8	0

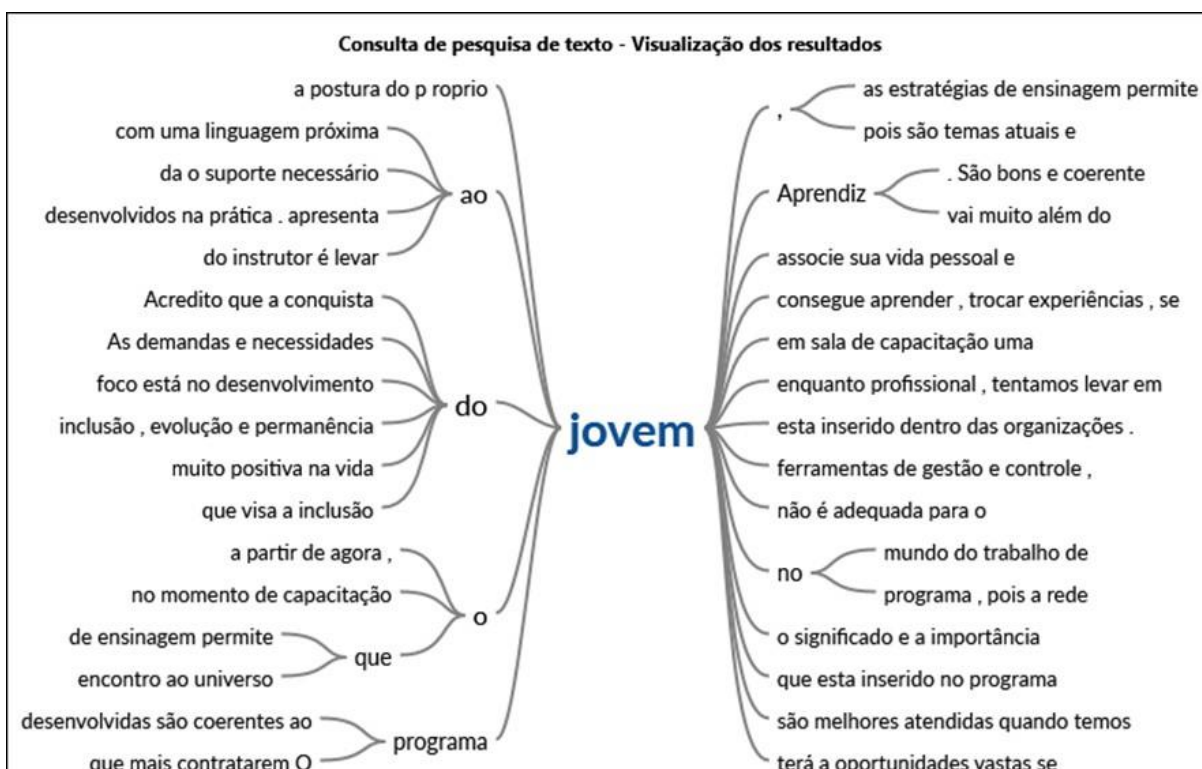
Fonte: Elaborado pela autora a partir do software Nvivo 12® (2024).

Figura 11 - Árvore de palavras - Questionário 2.a



Fonte: Elaborado pela autora a partir do software Nvivo 12® (2024).

Figura 12 - Árvore de palavras - Questionário 2.b



Fonte: Elaborado pela autora a partir do software Nvivo 12® (2024).

Conforme abordado anteriormente, Rua (2000) afirma que a eficácia de uma política pública é promovida por sua implementação efetiva. Esse processo envolve uma série de ações conduzidas por grupos ou indivíduos (atores), tanto do setor público quanto privado,

com o objetivo de alcançar metas estabelecidas por decisões prévias. Em resumo, trata-se de transformar uma política em realidade operacional.

O Programa de Aprendizagem Profissional emerge como uma das principais estratégias de inclusão de adolescentes e jovens no mercado de trabalho. Portanto, demonstra-se relevância que a coordenação entre os diversos sujeitos esteja presente em todas as etapas de execução do Programa. A colaboração entre diferentes agentes, por meio da definição de responsabilidades e do fluxo de ação, se faz necessária. Essa parceria pode ser entendida como relevante para a promoção da cidadania entre adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, ao articular aprendizagem profissional com ofertas educativas, oportunidades de desenvolvimento profissional e experiência prática (Brasil, 2015, p. 22).

5.9 Análise do Programa Jovem Aprendiz na inclusão social da Juventude

A dimensão de inclusão social pode ser entendida como um processo de integração de jovens na sociedade e à potencial melhoria de sua qualidade de vida. A análise dos resultados dos questionários sugere que muitos participantes do programa fornecem contextos de vulnerabilidade socioeconômica, conforme evidenciado pelos dados relacionados à renda familiar (Gráfico 13) e raça/cor (Gráfico 8). Esses resultados indicam uma possível contribuição do PJA para a redução das desigualdades sociais e para a promoção da equidade, alinhando-se aos objetivos de inclusão social propostos no programa. Autores como Sen (2009) e Ferreira (2007) destacam que iniciativas dessa natureza podem favorecer a equidade ao ampliar oportunidades de inserção no mercado de trabalho e melhorar o acesso a bens e serviços sociais.

A dimensão de responsabilidade social, comprometimento profissional e construção da identidade profissional foi comprovada considerando a contribuição do PJA para a formação dos participantes. Os dados obtidos por meio dos questionários sugerem que a maioria dos jovens obtém benefícios em sua formação, especialmente no fortalecimento de competências e no desenvolvimento pessoal. O Gráfico 15, que apresenta as principais motivações para a adesão ao Programa Jovem Aprendiz, indica que 59% dos entrevistados mencionaram a experiência profissional como a principal contribuição do programa. Esses resultados apontam para a possibilidade de que, além da vivência prática, o programa esteja relacionado à construção profissional dos jovens, influenciando aspectos associados à inserção e permanência no mercado de trabalho.

A dimensão relacionada à inserção no mercado de trabalho aborda a capacidade do programa de facilitar o acesso dos jovens ao emprego formal. Os gráficos que tratam da renda dos participantes (Gráfico 11) e do número de funções exercidas no PJA (Gráfico 18) sugerem que o programa pode oferecer uma base financeira inicial e a oportunidade de vivenciar diferentes experiências práticas no mercado de trabalho. Adicionalmente, o Gráfico 19 demonstra que 42,8% dos participantes desempenharam funções distintas ao longo do programa, o que parece indicar que essa diversidade de experiências pode contribuir para a formação profissional dos jovens.

No contexto da vulnerabilidade social, a dimensão disponível o alcance do programa em atender jovens de famílias de baixa renda. Conforme demonstrado nos gráficos sobre renda familiar (Gráfico 13) e motivação para participar do programa (Gráfico 15), a busca por uma fonte de renda para auxiliar no sustento familiar foi uma motivação recorrente entre os participantes. Os resultados sugerem que o programa pode atender a essa demanda ao possibilitar maior inclusão socioeconômica. Os aprendizes disseram que o programa contribuiu não apenas para o seu desenvolvimento profissional, mas também para o seu crescimento pessoal, em consonância com os conceitos de Castel (2004), que ressaltam a importância da integração social como forma de prevenir a exclusão.

A análise das percepções dos participantes, a avaliação dos processos de implementação e a eficácia da formação destacam a possível importância do programa na promoção do avanço profissional e na melhoria da qualidade de vida dos jovens em Franca. Embora o estudo tenha sido baseado em um caso específico, suas descobertas oferecem percepções que podem ser aplicadas para o aprimoramento de políticas semelhantes e para a replicação do programa em outras localidades.

Embora sejam benefícios possíveis, o PJA enfrenta críticas e desafios que exigem atenção para que possam proporcionar melhorias direcionadas ao fortalecimento do desenvolvimento dos jovens participantes. O Quadro 24 sintetiza os principais aspectos do programa, com base na análise realizada.

Quadro 24 - Análise Crítica do Programa Jovem Aprendiz

Benefícios do Programa		Limitações e Desafios	
Inclusão Social	O Programa Jovem Aprendiz permite que jovens em situação de vulnerabilidade social tenham acesso ao mercado de trabalho, o que pode ser uma oportunidade crucial para a melhoria de suas condições de vida.	Desenvolvimento Técnico Limitado	Um ponto crítico é que, muitas vezes, as funções oferecidas através do programa são de baixo nível técnico, o que pode limitar a aquisição de habilidades especializadas e a experiência em áreas mais complexas. Isso pode resultar em uma formação insuficiente para enfrentar desafios mais avançados no mercado de trabalho.
Formação Profissional	Ao oferecer uma combinação de trabalho e educação, o programa contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências que são valorizadas no mercado de trabalho, aumentando a empregabilidade dos jovens.	Relação com a Mão de Obra Barata	Existe a preocupação de que, em alguns casos, os jovens sejam vistos apenas como uma fonte de mão de obra barata, o que pode reduzir o investimento das empresas no desenvolvimento de habilidades técnicas mais avançadas dos aprendizes.
Aumento da Renda	A participação no programa proporciona uma fonte de renda, que pode ajudar a melhorar a situação financeira dos jovens e de suas famílias.	Condições de Trabalho Precarizadas	O programa pode inadvertidamente contribuir para a perpetuação de condições de trabalho precárias e mal remuneradas, especialmente se os jovens forem alocados em funções que não oferecem oportunidades reais de crescimento e desenvolvimento profissional.
Educação Contínua	O programa incentiva a continuidade dos estudos, o que é fundamental para o desenvolvimento profissional e pessoal a longo prazo.		

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O conceito de inclusão social encontra-se presente em todas as dimensões do PJA, conforme destacado no trabalho de Abramo (2014). Essa autora defende a criação de oportunidades que possibilitem aos jovens em situação de vulnerabilidade uma participação ativa na sociedade, objetivo que parece convergir com as metas do programa. Os resultados dos questionários indicam que grande parte dos jovens entrevistados percebe avanços em sua qualidade de vida e maior capacidade de contribuição para suas famílias, o que sugere uma aproximação com as ideias de Abramo sobre o fortalecimento das bases sociais e econômicas dos jovens.

Uma revisão da literatura aponta que muitos participantes estão inseridos em funções de baixo nível técnico, o que pode limitar o desenvolvimento de habilidades especializadas.

Essa questão, também comprovada por Ladvocat e Rocha (2023), reforça a necessidade de diversificação nas experiências de trabalho fornecidas pelo programa. As respostas dos jovens destacam demandas como maior integração entre teoria e prática, além de melhorias na comunicação entre empresas e aprendizes. Ladvocat e Rocha (2023) reiteram que uma diversificação mais ampla das experiências é fundamental para que os jovens adquiram competências específicas que os preparem de forma mais eficaz para o mercado de trabalho.

A fiscalização das empresas parceiras foi outro aspecto apontado como crítico pelos participantes. Segundo os relatos, algumas empresas não cumprem integralmente as normas do programa, o que dialoga com as observações de Rua (2000) sobre a relevância de uma implementação eficaz das políticas públicas.

Com vistas a potencializar os benefícios do PJA e mitigar suas limitações, identifica-se a necessidade de implementação de ajustes e melhorias. O Quadro 25, elaborado com base na análise dos formulários respondidos, apresenta uma síntese das principais demandas e propostas de aprimoramento para o programa.

Quadro 25 - Necessidade de Aperfeiçoamento

Diversificação das Experiências	As empresas participantes do programa devem ser incentivadas a oferecer experiências de trabalho mais diversificadas e de maior valor técnico, proporcionando aos jovens uma formação mais abrangente e relevante.
Acompanhamento e Avaliação	É importante estabelecer mecanismos de acompanhamento e avaliação para garantir que as empresas estejam cumprindo seus compromissos com a formação e o desenvolvimento dos aprendizes.
Apoio ao Desenvolvimento de Carreira	Programas complementares de orientação e apoio ao desenvolvimento de carreira podem ajudar os jovens a planejar e avançar em suas trajetórias profissionais.
Garantia de Condições Justas	As condições de trabalho devem ser monitoradas para assegurar que os jovens não sejam explorados e que suas experiências sejam enriquecedoras e alinhadas com suas aspirações profissionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o papel do Programa Jovem Aprendiz (PJA) na Inclusão Social, Responsabilidade Social e Desenvolvimento de Competências Profissionais entre os jovens. A análise do PJA possibilita reflexões acerca de sua relevância como política pública voltada para a juventude de baixa renda. A Lei da Aprendizagem, enquanto marco normativo, apresenta-se como um instrumento com potencial para estruturar contratos de trabalho destinados a jovens, articulando formação técnico-profissional e o desenvolvimento de habilidades. Para alcançar o objetivo proposto, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

Em relação ao primeiro objetivo específico, que visava caracterizar os jovens aprendizes e explorar suas percepções sobre o programa, constatou-se que o perfil majoritário dos participantes abrange jovens de baixa renda, com idade média de 19 anos, muitos dos quais enfrentam barreiras de acesso ao mercado de trabalho. A pesquisa também revelou que 41,2% dos jovens entrevistados pertencem a famílias cuja renda total não ultrapassa dois salários-mínimos, sendo que 15% a renda não ultrapassa um salário (considerando uma família com até 4 pessoas na residência), destacando o PJA como um instrumento de suporte econômico. E classificando esses jovens em índices de IVS juvenil.

Apesar dessas condições adversas relatadas por alguns jovens, como a baixa renda, a falta de diversificação no aprendizado técnico e as dificuldades de conciliar trabalho e estudo, as percepções no geral dos jovens indicaram que o PJA pode representar uma oportunidade para ingresso no mercado de trabalho e para o desenvolvimento pessoal e profissional.

Os sujeitos sociais, representados pelos implementadores do programa, incluindo instrutores, líderes e supervisores, também foram caracterizados quanto às suas funções e percepções. Os dados encontrados indicam que a maioria dos implementadores possui mais de cinco anos de experiência na função. Entre os aspectos apontados, 73% dos entrevistados atribuíram relevância ao programa em termos de inclusão social e profissional, enquanto 58% identificaram desafios relacionados à adequação entre a formação teórica e as demandas do mercado, além da necessidade de capacitação contínua.

A análise qualitativa dos dados revelou contribuições para a formação profissional dos jovens, mas também evidenciou desafios relacionados à implementação. Entre os pontos destacados, está a importância do alinhamento entre as diretrizes teóricas e práticas, além da necessidade de fortalecer os canais de comunicação e suporte aos participantes.

Sobre o significado do trabalho para os jovens aprendizes, observou-se que a experiência adquirida, a continuidade dos estudos, a contribuição financeira para a família, a ampliação de conhecimentos e a inserção no mercado de trabalho são fatores que os fazem sentir-se valorizados tanto pela família quanto pela sociedade. Dias (2021) enfatiza que o desenvolvimento de competências técnicas e sociais é fundamental para a integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho.

Um aspecto negativo identificado na pesquisa pela maioria dos sujeitos e beneficiários, diz respeito à fiscalização do programa. Apesar de sua relevância, muitos sujeitos implementadores relataram lacunas no acompanhamento das empresas e na garantia de que os aprendizes estejam sendo inseridos em ambientes que favoreçam o desenvolvimento de competências. Essa deficiência pode comprometer a qualidade das experiências oferecidas e reforça a necessidade de um monitoramento mais efetivo, realizado por órgãos competentes e com a participação ativa das instituições formadoras. Castro, Aquino e Andrade (2009), enfatizam que a fiscalização deficiente pode permitir a exploração e o desvio dos objetivos principais do programa, impactando negativamente os jovens aprendizes.

No que se refere ao segundo objetivo específico: averiguar a formação oferecida com base nas percepções dos participantes e implementadores do PJA, a análise das dimensões adotadas para qualificar essas percepções sugere que o programa pode configurar-se como um instrumento de qualificação profissional, considerando-se tanto as potencialidades identificadas quanto os desafios relatados.

A diversidade de experiências relatadas pelos aprendizes e implementadores sugere que a formação no PJA envolve diferentes níveis de articulação entre instituições formadoras e empresas, podendo favorecer adaptações pedagógicas às particularidades regionais. Já os aspectos relacionados à remuneração e ao uso do salário pelos jovens indicam variações quanto à percepção da autonomia financeira adquirida, sem que se possa estabelecer um padrão único para todos os participantes. Esses achados podem apontar para considerar as diferenças individuais e contextuais ao se avaliar a contribuição do programa para a melhoria das condições socioeconômicas dos aprendizes.

As informações obtidas também permitem discutir benefícios e desafios vinculados ao desenvolvimento profissional. Relatos indicam que, apesar de avanços na construção das competências dos jovens, nem todos os participantes percebem uma conexão direta entre o que aprendem no programa e as exigências do mercado. Assim, a qualificação ofertada pode

apresentar variações em termos de aplicabilidade e efetividade, sugerindo a necessidade de aprofundamento da investigação sobre os mecanismos de aprendizagem.

De forma complementar, os aspectos vinculados à responsabilidade no desenvolvimento profissional que englobam elementos como responsabilidade social, comprometimento e construção da identidade profissional parecem indicar uma progressão nas competências dos jovens, possivelmente influenciada pelo suporte das empresas e pela orientação dos instrutores. Nesse contexto, verifica-se, conforme Costa (2019), que a inserção em ambientes profissionais pode auxiliar os jovens a desenvolverem habilidades importantes para suas carreiras e vidas pessoais, tais como responsabilidade e conduta ética, o que poderia contribuir para a ampliação de sua empregabilidade.

Ao mesmo tempo, os achados relacionados ao desenvolvimento de competências profissionais sugerem que a efetividade do PJA na inserção dos jovens no mercado de trabalho não depende apenas da qualificação técnica adquirida, mas também da receptividade do mercado, estando sujeita a desafios estruturais como a disponibilidade de vagas formais e a existência de políticas de empregabilidade juvenil.

Quanto ao terceiro objetivo, que visava examinar a inserção dos participantes do PJA no mercado de trabalho, os dados obtidos apontaram para uma contribuição do programa na promoção da empregabilidade juvenil. Observe-se que mais de 65% dos aprendizes são contratados no mercado formal pelo CIEE na cidade de Franca após o término do contrato, seja na mesma empresa ou em outras organizações, o que sugere uma possível compatibilidade entre as competências envolvidas no PJA e as demandas do mercado de trabalho. Além disso, o programa foi descrito como uma iniciativa que transcende a esfera profissional, facilitando a integração social dos jovens participantes. Contudo, observou-se que há uma lacuna no acompanhamento dos egressos, sugerindo a ausência de mecanismos consistentes e estudos sistemáticos.

A análise da eficácia do PJA na criação de oportunidades profissionais está presente em investigações que apontam que a inserção dos jovens no mercado formal não depende exclusivamente da qualificação oferecida, mas também da receptividade das empresas e da continuidade das políticas públicas voltadas à empregabilidade juvenil (Sodré; Rabassa, 2011). Dessa forma, a avaliação das competências profissionais adquiridas no programa deve considerar não apenas o aprendizado técnico, mas também as condições do mercado de trabalho e o suporte contínuo necessário para a progressão profissional dos jovens egressos.

Em relação à hipótese central desta pesquisa, de que o PJA implementado pelo CIEE em Franca, no estado de São Paulo, é um fator de inclusão social dos jovens de famílias de

baixa renda na percepção dos sujeitos sociais (implementadores e aprendizes). De acordo com tais sujeitos o PJA é um fator de inclusão social seja para os jovens em geral, com destaque para os jovens em situação de maior fragilidade socioeconômica.

Diversos estudos analisados sugerem a relevância de políticas públicas voltadas à juventude como potenciais ferramentas para a redução de desigualdades e a promoção da inclusão social. Jantsch (2020) aponta que as dinâmicas de exclusão juvenil podem estar relacionadas a barreiras estruturais no acesso à educação, saúde e mercado de trabalho. Nesse contexto, o PJA é apontado como uma possibilidade de articulação entre a educação formal e a prática profissional no mercado de trabalho. Tais análises oferecem subsídios para que empresas e instituições compreendam estratégias que promovam o desenvolvimento profissional e pessoal de jovens em início de carreira. Ribeiro (2018) destaca que o emprego formal entre jovens em situação de vulnerabilidade social pode estar associado não apenas à geração de renda, mas também à ampliação da autoestima.

A questão da inclusão social e das vulnerabilidades sociais emergiram como um eixo relevante ao longo deste estudo, destacando a complexidade dos desafios enfrentados pelos jovens em situação de exclusão. Entretanto, torna-se necessário considerar que, no contexto de Franca/SP, o foco não recai exclusivamente nas condições de vulnerabilidade extrema. Os jovens atendidos pelo CIEE nessa região, apresentam desafios econômicos relacionados à baixa renda familiar, característica que pode ser detalhada como central no escopo do PJA, mas que se diferencia de outras condições de vulnerabilidades previstas na política pública. A baixa renda, enquanto dimensão da vulnerabilidade social, pode limitar o acesso a oportunidades de formação, emprego e desenvolvimento. A realidade do PJA em Franca serve de referência para pensar desafios, entraves e possibilidades do Programa em outros municípios, contudo, cada cidade ou unidade federativa tem particularidades que requerem estudos específicos.

Regulamentado inicialmente pelo Decreto nº 9.579/2018, o PJA consolidou importantes diretrizes para a profissionalização de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, abrangendo condições como baixa renda, deficiência e egressos de medidas socioeducativas. Recentemente, o Decreto nº 11.479/2023 trouxe alterações significativas ao texto original, ajustando dispositivos relacionados à contratação de aprendizes e reforçando o papel do programa na inclusão social e profissional dessa parcela da juventude. No contexto de Franca, os dados da pesquisa sugerem que o público atendido pelo CIEE concentra-se majoritariamente em jovens de baixa renda, uma dimensão de vulnerabilidade prevista pelo programa, ainda que não abarque outras condições mais

extremas contempladas pela legislação. Tal panorama pode indicar a relevância do programa na mitigação da exclusão socioeconômica, ao mesmo tempo em que evidencia a importância de estudos futuros que analisam sua implementação em diferentes contextos, considerando todas as dimensões de vulnerabilidade previstas pela legislação.

O PJA foi pensado como uma política pública estratégica para atenuar disparidades sociais, ao possibilitar oportunidades de qualificação e inserção profissional em parcelas da população frequentemente associadas a limitações estruturais e econômicas. Ainda assim, os dados indicaram que a vulnerabilidade social é multifacetada, abrangendo não apenas a questão econômica, mas também fatores como desigualdades educacionais, discriminação e falta de acesso a redes de apoio. Essas dimensões destacam a importância de políticas públicas integradas que não apenas abordem apenas a empregabilidade, mas também promovam uma transformação social mais ampla.

Embora esta pesquisa tenha se concentrado nos jovens aprendizes e nos sujeitos implementadores ligados ao CIEE, futuros estudos podem se beneficiar da inclusão de empresas como participantes diretos da análise. Isso permitiria uma compreensão mais detalhada de como as organizações percebem e implementam o programa, bem como suas contribuições e desafios enfrentados no cumprimento das diretrizes do PJA.

Tal abordagem não diminui o mérito deste estudo, mas amplia a investigação ao incorporar outros elementos que compõem a complexidade do programa. Além disso, pode-se considerar que este estudo apresenta limitações devido ao seu caráter de estudo de caso único, o que aponta para a necessidade de replicação em outras amostras de jovens aprendizes do CIEE ou de outras instituições, em diferentes regiões do país. Tal abordagem poderia contribuir para uma compreensão mais abrangente dessas questões e para o entendimento das especificidades regionais que possivelmente influenciam a execução e os resultados do programa. Conforme Matsuzaki (2011), compreender as desigualdades que afetam os jovens no mercado de trabalho exige uma análise da interação de variações demográficas, econômicas, sociais e institucionais, que exercem uma influência significativa na empregabilidade desse grupo. As disparidades regionais, exemplificadas pelas diferenças no acesso à escolarização entre o Norte e o Sul do Brasil, reforçam a necessidade de políticas estruturais.

Por fim, o PJA pode ser objeto de análise no contexto de desigualdades econômicas e sociais, sendo considerado em discussão como uma resposta possível às lacunas geradas pelo sistema econômico vigente. Sob a perspectiva crítica ao sistema capitalista, levantam-se debates sobre a necessidade de políticas estruturais mais amplas, enquanto programas como o

Jovem Aprendiz são indicados como respostas imediatas que visam atenuar os impactos da exclusão social. Em cenários de ausência de mudanças estruturais significativas, esses programas são frequentemente considerados como alternativas para a inclusão e o desenvolvimento de jovens em situações de vulnerabilidade.

A continuidade dessas reflexões e a aplicação de medidas baseadas nos resultados deste estudo podem contribuir para o aprimoramento do programa e para a promoção de novas investigações acadêmicas sobre sua eficácia enquanto política pública de inclusão e desenvolvimento juvenil. Inspirando novos debates e iniciativas voltadas ao fortalecimento do programa e à construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. **Estação juventude**: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Brasília: SNJ, 2014. 128p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/politicas%20de%20juventude1.pdf>. Acesso em: 29. dez. 2023.

ALVES, M. Z.; DAYRELL, J. **Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida**. Educação e Pesquisa, v. 41, n. 2, p. 375-390, abr./jun. 2015.

AMBROSIO, M. **Trabalho e exclusão social no Brasil. Âmbito Jurídico**, 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/trabalho-e-exclusao-social-no-brasil/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

APD. Associação Paulo Duarte. **REGIÃO Administrativa de Franca R. A. FRANCA**. Blog Associação. Paulo Duarte. 2013. Disponível em: <https://apdfranca.blogspot.com/2013/06/regiao-administrativa-de-franca-r-franca.html>. Acesso em: 20. fev. 2024.

ASSUNÇÃO JÚNIOR, J. J. C. **Modelo de evolução de clusters: estudo de caso da indústria calçadista de Franca**. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2006.

AVANZI, R. **Impactos da revista agitação na visibilidade do CIEE**: imagens e imaginários sociais. 2008. 111 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://tede2.espm.br/handle/tede/221>. Acesso em: 08. jan. 2024.

AZÊVEDO, J. S. G. de; MENEZES, W.; FERNANDES, C. M. **Fora de Lugar: Crianças e Adolescentes no Mercado de Trabalho**. Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET; Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2000.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BEZERRA, J. **Exclusão social: conceito, tipos e no Brasil**. Toda Matéria, 2015. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/exclusao-social/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

BNE. Banco Nacional de Empregos. **Estagiário foi a função que mais cresceu em número de vagas nos últimos cinco anos, diz BNE**. Publicado em fevereiro 19, 2024.. Disponível em: <https://blog.bne.com.br/estagiario-foi-a-funcao-que-mais-cresceu-em-numero-de-vagas-nos-ultimos-cinco-anos-diz-bne/>. Acesso em: fev. 2024.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (ed.). **Handbook of theory and research for sociology of education**. New York, Greenwood, p. 241- 58, 1985.

BRANCO, L. CIEE, de estágios e aprendizagem, tem novo executivo e prepara maior expansão em 59 anos, 2023. **Revista Exame**. Carreira, 2023. Disponível em:

<https://exame.com/carreira/ciee-de-estagios-e-aprendizagem-tem-novo-executivo-e-prepara-maior-expansao-em-59-anos/>. Acesso em: 30. maio 2023.

BRASIL. Decreto n. 9.579, de 22 de novembro de 2018. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e os programas federais da criança e do adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial**, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9579.htm#art126. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial**, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10097.htm. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual de Aprendizagem**: O que é preciso saber para contratar o aprendiz. Ed. revista e ampliada, 2014. Recuperado em acesso.mte.gov.br/políticas_juventude/Manualdeaprendizagem.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha de Aprendizagem Profissional**. Governo Federal, Edição 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha_aprendizagem_profissional2.pdf. Acesso em: 05 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Aprendizagem Profissional**. Publicado em 06/01/2022, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/aprendizagem-profissional>. Acesso em: 22 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil atinge marca histórica de 602.671 jovens aprendizes contratados em março de 2024**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Maio/brasil-atinge-marca-historica-de-602-671-jovens-aprendizes-contratados-em-marco-de-2024>. Acesso em: 23 mai. 2024.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Previdência. **Manual da Aprendizagem**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br/composicao/orgaos-especificos/secretaria-de-trabalho/inspecao/areas-de-atuacao/manual-da-aprendizagem-2019.pdf/view>. Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. Secretaria-Geral. **Juventude**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/juventude>. Acesso em: 25 set. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional retoma suas atividades**. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Junho/forum-nacional-de-aprendizagem-profissional-retoma-suas-atividades>. Acesso em: 21 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 11.479, de 6 de abril de 2023.** Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 abr. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11479.htm. Acesso em: 17 jan. 2025.

CALDEIRA, V. **Análise Crítica do Programa Jovem Aprendiz:** desafios, Oportunidades e impacto na empregabilidade. LinkedIn, 2024. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/an%2525C3%2525A1lise-cr%2525C3%2525ADtica-do-programa-jovem-aprendiz-desafios-e-caldeira-tc3re%3FtrackingId=jknvcSv4SEKE3Risp6YxhQ%253D%253D/?trackingId=jknvcSv4SEKE3Risp6YxhQ%3D%3D>. Acesso em: 20. fev. 2024.

CARVALHO, J. G; CUNHA, S. F; MOLINA, W. S. L. **Economia geral uma abordagem crítica à teoria conservadora.** EdUFSCar, São Carlos, 2019.

CASTEL, R. **As metamorfoses da Questão Social:** uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, Edições 2000.

CASTEL, R. **As metamorfoses da Questão Social:** uma crônica do salário. Petrópolis, Vozes, Edições, 2004.

CASTRO, J. A.; AQUINO, L. M. C., ANDRADE, C. C. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea. ISBN 978-85-7811-039-0, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9094/1/Juventude%20e%20pol%C3%ADticas%20sociais%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2023.

CASTRO, C. P. **A Lei do aprendiz e a inclusão de jovens no mercado de trabalho.** Trabalho de Conclusão de Curso. 85f. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/handle/handle/18510>. Acesso em: 10 jul. 2022.

CAVALCANTI, S. T. Juventude e trabalho: a lei da aprendizagem e sua implantação no Centro De Integração Empresa-Escola Leste fluminense. **Anais... In:** V CEDUCE, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, 2016.

CIEE. **Revista CIEE Empresas 18:** Na Câmara Federal, aprovação do Estatuto do Aprendiz está na reta final. - Edição n. 18 – ANO III – Julho/Agosto/Setembro/Outubro 2022. Disponível em: https://portal.ciee.org.br/institucional/biblioteca-digital/revista-do-ciee-empresas/revista-empresas-18/?utm_source=akna&utm_medium=email&utm_campaign=RITM0716194-Comunicado-Revista-do-CIEE-Empresas-18-Colaboradores-do-CIEE. Acesso em: 23 nov. 2022.

CIEE. Centro de Integração Empresa-Escola. **Jovem Aprendiz Paulista.** 2023a. Disponível em: <https://jovemaprendiz.sp.gov.br/>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CIEE. Centro de Integração Empresa-Escola. **Portal CIEE.** 2023c. Disponível em: <https://portal.ciee.org.br/>. Acesso em: 03 abr. 2024.

CIEE. Centro de Integração Empresa-Escola. **Qual a importância do Jovem Aprendiz para**

a sua empresa? 2023b. Disponível em:

<https://www.linkedin.com/pulse/qual-import%C3%A2ncia-do-jovem-aprendiz-para-sua-empresa-oficialciee-gpqwf/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

CIRIACO, J. S.; AMARAL FILHO, J.; LINS, J. G. M. G.; ANJOS JUNIOR, O. R.; SILVA, S. P. **Juventude e exclusão social: uma análise sobre os fatores determinantes da condição de nem-nem no Brasil urbano**. Repositório do Conhecimento do IPEA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11651>. Acesso em: 11 jan. 2024.

COSTA, H. F. D. **Lei Nacional da Aprendizagem Profissional: problematizações de uma política em disputa no mercado da formação profissional**. 2019. 175f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

COSTA, C. **A experiência laboral de adolescentes aprendizes: um enfoque da psicologia analítica**. Dissertação de mestrado em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019, São Paulo, Brasil.

CURI, R. C; SANTOS, R. M. dos; MARGUTI, B. O. **Desafios metodológicos para o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) a partir das variáveis das PNADs Contínuas de 2016 e 2017**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental, Brasília, n. 19, p. 71-73, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9728>. Acesso em: 5 mar. 2024.

D'ARCO, N. L. **Política pública de inserção do jovem no mercado de trabalho: estudo de caso de Araraquara/SP**. 137f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Centro Universitário Municipal de Franca – Uni-FACEF, Franca, 2020.

DIAS, W. M. Juventude(s), sociedade e mundo do trabalho contemporâneo: um olhar sociológico sobre a relação entre juventude e trabalho na era da precarização. **Revista Aurora**, v. 14, n. 3, p. 63-74, 2021. DOI: 10.36311/1982-8004.2021.v14esp.p63-74. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/12693>. Acesso em: 23 jan. 2024.

DIAS, M. S. de L; BULGACOV, Y L. M.; CAMARGO, D. de. **A vivência do desemprego por jovens aprendizes**. Psicologia & Argumento. Curitiba, v. 25, n. 51, p. 351-360, out./dez. 2007.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 16-20; 23-25.

FERREIRA, M. E. C. O enigma da inclusão: das intenções às práticas pedagógicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo. v. 33, n. 3, p. 543-560, 2007.

FREITAS, M. E. A., MENEZES, I. G. Equilíbrio entre vida pessoal e profissional: O papel dos valores na prevenção do esgotamento profissional. **Revista Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho**, v. 19, n. 3, p. 556-570, 2019.

FREIRES, H. de O. **O impacto do programa de aprendizagem na construção do perfil profissional do jovem aprendiz: estudo de caso CIEE**. 2013. Monografia (Bacharelado em Administração) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. **Pós pandemia, extrema pobreza cai à metade no Brasil, e NE é 50% da redução.** Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/pos-pandemia-extrema-pobreza-cai-metade-no-brasil-e-ne-e-50-da-reducao>. Acesso em: 3 jan. 2025.

GENTILI, P. **Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora.** In: FRIGOTTO, G. (Org.). Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 76-99.

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIMENEZ, A. M. *et al.* O jovem aprendiz no mercado de trabalho: sua importância, satisfação e reconhecimento. **Revista Inesul**, v. 41, 2015. Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_41_1459807339.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

GONÇALVES, A. L. A. Aprendizagem profissional: trabalho e desenvolvimento social e econômico. **Estudos Avançados**, v. 28, n.81, p. 191-200, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ZRprcMnZtkwX7k8M7yQknWr/?lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.

GOVERNO DE SP. **Desenvolve SP. Mapa da Economia Paulista.** 2023. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/mapadaeconomiapaulista/ra/franca/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

GUIMARÃES, N.; MARTELETO, L.; ALVES, M. B. **Trajetórias e transições:** os múltiplos e difíceis caminhos dos jovens brasileiros no mercado de trabalho. Brasília: OIT, 2016.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes** (ISSN 0100-3262). v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Um em cada cinco brasileiros com 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupado em 2022.** 2023b. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38542-um-em-cada-cinco-brasileiros-com-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupado-em-2022>. Acesso em: 09 de jan. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é desemprego.** 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 17 de nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-d-e-domicilios.html?=&t=destaques>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2023, pobreza no país cai ao menor nível desde 2012.** Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42043-em-2023-pobreza-no-pais-cai-ao-menor-nivel-desde-2012>. Acesso em: 3 jan. 2025.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Métodos e conceitos para o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social com base nas PNADs e desagregações. Brasília: Ipea, 2018. (Relatório Institucional). Disponível em: <https://goo.gl/EdoQg7>. Acesso em: 23 dez 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros. Brasília: Ipea, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4381>. Acesso em: 23 dez. 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da vulnerabilidade social*. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/consulta-tabela>. Acesso em: 23 dez. 2024.

JANTSCH, V. G. C. **Programa jovem aprendiz**: uma análise da inserção social no mercado de trabalho, a partir da atuação em uma Instituição de Ensino Superior. 91f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social da Universidade de Cruz Alta. 2020.

KOHLBERG, L. **The psychology of moral development**: The nature and validity of moral stages. San Francisco: Harper & Row, 1984.

LADVOCAT, M; ROCHA, J. L. Uma avaliação bibliográfica sobre o programa jovem aprendiz. **Revista Educação & Ensino**, Fortaleza, v. 7 n. 1, 2023. ISSN: 2594-4444. Disponível em: <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/404>. Acesso em: 17 nov. 2023.

LASWELL, H. D. **Politics**: Who Gets What, When, How. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LAVINAS, L. Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Economia**, v. 4, n. 1, p. 25-59, 2003.

LEÃO, G.; NONATO, S. P. **Políticas Públicas, Juventude e Desigualdades Sociais: uma discussão sobre o ProJovem Urbano em Belo Horizonte**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 833-848, out./dez., 2012.

LENOIR, R. **Les exclus**. Un français sur 1°. Paris: de Seuil, 1974.

LIMA, P. F; COSTA, V. M. H. de M. **Revisão bibliográfica sistemática aplicada ao setor calçadista brasileiro**. *Revista Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, SP, v. 14, n. 3, p. 3368-3382, 2023. Disponível em: DOI: <http://doi.org/10.7769/gesec.v14i3.1810>. Acesso em: 19 dez. 2024.

LOPES, K. **Programa Jovem Aprendiz Paulista**: riscos e benefícios. Estadão. Gestão, Política & Sociedade. Publicado: 27/06/2023. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/programa-jovem-aprendiz-paulista-riscos-e-beneficios/#:~:text=Naturalmente%2C%20ap%C3%B3s%20o%20seu%20lan>

%C3%A7amento,Lei%20da%20Aprendizagem%2010.097%2F2000. Acesso em: 01 jul 2023.

LOTTA, G. **Teorias e Análises sobre Implementação de Políticas Públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

MARTINS, P. P. **A integração do jovem ao mercado de trabalho**: perfil do jovem atendido no programa adolescente aprendiz, do CIEE/SC – Unidade Florianópolis. Serviço Social-Pedra Branca, Palhoça, 2009. Disponível em: https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/11342/1/99689_Phaenna.pdf. Acesso em: 10 jul. 2022.

MARTINS, J. S. **Valores Profissionais e Identidade Profissional**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2008.

MARX, K. **Trabalho Assalariado e Capital**. 5 de abril de 1849. Obras Escolhidas em Três Tomos.Cidade: Editora Avante, 2006.

MATSUZAKI, H. H. **O desafio da lei do jovem aprendiz**: um estudo da aplicação da Lei 10.097/00 como política pública na inclusão de jovens no mercado de trabalho. 155 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Administração Instituição de Ensino: Universidade de São Paulo, São Paulo Biblioteca Depositária: FEA/USP, 2011.

MEDEIROS, T. S. **Análise da legislação do jovem aprendiz no Brasil**: perspectivas e controvérsias. Universidade Federal Rural do SemiÁrido, Mossoró, Rio Grande do Norte. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufersa.edu.br/bitstream/prefix/6241/1/TatiannySM_ART.pdf. Acesso em: 09 jul. 2022.

MEDEIROS, P. L. G. Aspectos do poder e do cotidiano em Norbert Elias. *Em Tese*, v. 3, n. 2, p. 168-181, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/download/13480/12363/>. Acesso em: 10 dez. 2024.

MERGO. **Escala Likert**: o que é e como aplicá-la na sua pesquisa. Blog Cursos@mergo.com.br. Setembro, 2021. Disponível em: <https://uxdesign.blog.br/escala-likert-o-que-%C3%A9-e-como-aplic%C3%A1-la-na-sua-pesquisa-1b8d3af7c57e>. Acesso em: 22 set. 2022.

MOTA, M. E. Psicologia do desenvolvimento: uma perspectiva histórica. **Temas em Psicologia**, v. 13, n. 2, p. 65-80, 2005. ISSN 1413-389X.

MOURA, L. A; MOURA, B. A. **Reflexões teóricas acerca das incertezas e da precarização do ingresso dos jovens no mercado de trabalho**. Emblemas - Revista do Departamento de História e Ciências Sociais - UFG/CAC. Brasília, v. 8, n. 1, p. 113-134, jan./jun. 2011.

NOVAES, R. C. R. **Documento técnico contendo proposições para o Programa Estação Juventude**. Brasília: SNJ, 2012 (mimeo), 2012.

NOVAES, R. C. R. Políticas de Juventude no Brasil: continuidades e rupturas. *In*: NOVAES, R. *et al.* **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: Unesco, p. 253-280, 2006.

NUNES, S. **Coordenadores de Fiscalização de Aprendizagem entregam cargos coletivamente contra MP 1.116**. SINAIT, 2022. Disponível em: <https://www.sinait.org.br/site/noticia-view?id=19929%2Fcoordenadores+de+fiscalizacao+de+aprendizagem+entregam+cargos+coletivamente+contra+mp+1.116>. Acesso em: 25 set. 2023.

OLIVEIRA, R. de. **Empresariado industrial e educação brasileira: qualificar para competir**. São Paulo: Cortez, 2005.

PERRET, Q. M.; COSTA, G. M. T. Conflitos de Gerações no Ambiente de Trabalho: A Importância de uma Gestão Eficaz. **Revista de Educação**, v.. 13, n. 27, Janeiro – Julho, 2018.

PIAGET, J. **The moral judgment of the child**. London: Kegan Paul, Trench, Trubner & Co., 1932.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Inovar para incluir: jovens e desenvolvimento humano**. Informe sobre desenvolvimento humano para o Mercosul 2009-2010. Argentina, .PNUD/Nações Unidas, 2009.

PORTAL CIEE. **Conheça o CIEE**. 2023. Disponível em: <https://portal.ciee.org.br/conheca-o-ciee/#:~:text=Atendimento%20em%202.589%20munic%C3%ADpios%20pelo,possuem%20CIEEs%20com%20gest%C3%B5es%20aut%C3%B4nomas>. Acesso em: 05 abr. 2023.

RAMOS, M. N. A Pedagogia das Competências: autonomia ou adaptação. São Paulo: Cortez, 2001.

RIBEIRO, L. S. Políticas públicas para juventude no Brasil: um estudo do programa Jovem Aprendiz (2005-2018). **Revista Iniciativa Econômica**, v. 4 n. 2, 2018. ISSN: 2358-5951. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/11729/9103>. Acesso em: 10 jul. 2022.

ROCHA, S. S. **A percepção de gestores educacionais e empresariais sobre o ingresso de estudantes de graduação a distância em programas de estágios: um estudo exploratório a partir do CIEE**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

ROSANVALLON, P. La Nueva Questión Social:repensar el Estado providencia. Buenos Aires: Manantial, 1995. In: SEN, A. “**Culture and Development**”: World Bank Tokyo Meeting. Tokio; 2000.

RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Manuscrito, elaborado para el Programa de Apoyo a la Gerencia Social en Brasil. Banco Interamericano de Desarrollo: INDES, 2000. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. 2 v. Brasília: CNPD, p. 731-775, 1998.

SÁ, E. V. H. C.; SANTOS, R. F.; REAL, A. M. V.; FERREIRA, E. F. F.; CUNHA, F. C. C. Expectativa e realidade na aprendizagem profissional: alterações normativas e a busca por um estatuto que efetive os direitos fundamentais ao não trabalho e à profissionalização de adolescentes e jovens. **Revista da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho** – Ano 6, 2022.

SAMPAIO, J. E. H; PEREIRA JÚNIOR, E. A. **O sistema industrial localizado de calçados de Franca (SP) e sua nova configuração urbano regional**. *Espaço e Economia*, n. 14, 2019. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.5433>. Acesso em: 19 dez. 2024.

SANT'ANNA, F. Desemprego entre jovens precisa de atenção especial. **Exame**. Esfera Brasil, 2022. Disponível em: <https://exame.com/esferabrasil/desemprego-entre-jovens-precisa-de-atencao-especial/>. Acesso em: 25 de set. 2023.

SANTOS, B. S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SARINGER, G. MP do governo precariza e reduz 'drasticamente' vagas para jovens, diz Ciee. **UOL**. Economia, Publicado: 11/05/2022. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/11/mp-da-aprendizagem-ciee.htm>. Acesso em: 25 set. 2023.

SEN, A. A ideia de justiça. Tradução de Renato K. T. de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SILVA, M. C. Exclusão social, cidadania e clientelismo: o pensamento autoritário brasileiro e os homens comuns pobres. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 10, n. 2, p. 907-918, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2732/273265804005/html/>. Acesso em: 09 dez. 2024.

SILVA, A. B. COSTA, A. V. . Políticas e Programas Públicos que Oportunizam a Inserção do Jovem no Mercado de Trabalho. **Id On Line**, Rev. Mult. Psic., v. 13 n. 43, p. 967-981, 2019 ISSN 1981-1179. Edição eletrônica disponível em: <<http://idonline.emnuvens.com.br/id>>. Acesso em: 07 mai. 2024.

SILVA, E. R. A.; VAZ, F. M. **Os jovens que não trabalham e não estudam no contexto da pandemia da covid-19 no brasil**. 2020. IPEA. Dossiê: jovens e mercado de trabalho na pandemia. Disponível em: DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt70/dossiea2>. Acesso em: 15. jan. 2024.

SOUSA, A. P. de; COSTA NOGUEIRA, R. J. da C; SILVA, R. O.; SOUZA, K. M. P. de; SOUZA, L. R. M. P. Valores pessoais e competências profissionais: perspectivas de pesquisa. **European Academic Research**, v. IX, n. 1, p. 1-15, abr. 2021. ISSN 2286-4822.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da Literatura**. Sociologias. Porto Alegre. Jul/dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 03 out. 2023.

SOUZA, L. **De 37 países, Brasil é o 2º com maior proporção de jovens nem-nem.** Agência Brasil, São Paulo, 22 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-07/de-37-paises-brasil-2-com-maior-proporcao-de-jovens-nem-nem>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SODRÉ, R. S; RABASSA, V. S. Política Nacional De Juventude: trajetória e desafios, **CADERNO CRH**, Salvador, v. 24, n. 63, p. 663-678, 2011.

THE WORLD BANK. *World Development Report 2019: The Changing Nature of Work.* Washington, DC: World Bank, 2019. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/publication/wdr2019>. Acesso em: 26 jul. 2024.
UNESCO. Guidelines for Inclusion: Ensuring Access to Education for All. Paris: UNESCO, 2005.

TRIBUNA DE ITUVERAVA. **PIB da região administrativa de Franca cresce 4,2%.** Disponível em: <https://www.tribunadeituverava.com.br/pib-da-regiao-administrativa-de-franca-cresce-42/>. Acesso em: 03 jun. 2023.

VISMONA, E. **O jovem, a ética e o mercado de trabalho.** (2022). Exame. Disponível em: <https://exame.com/bussola/o-jovem-a-etica-e-o-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 07 mai. 2024.

ZIONI, C. Exclusão Social: noção ou conceito? **Revista: Saúde e Sociedade**, v.15, n.3, p.15-29, set-dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/vVtTFKpjB8yxvhp3d57yHFc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2024.

ANEXOS

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA (JOVEM APRENDIZ)

Olá, espero que esteja bem!

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem por objetivo: Investigar o Programa Jovem Aprendiz, que visa formar e inserir a juventude no mercado de trabalho no país, a partir de um estudo de caso no CIEE de Franca-SP.

Se você tem interesse em participar da pesquisa clique [aqui](#) e você será direcionado (a) para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento que contém mais informações sobre a pesquisa. A participação na pesquisa será por meio de resposta a um questionário sobre alguns tópicos, como, por exemplo, o perfil socioeconômico, idade, escolaridade, atuação profissional; temas e problemas enfrentados no Programa Jovem Aprendiz e percepção sobre esse assunto. Sendo preservados os dados de identificação do(a) participante. Ao final da pesquisa, os resultados serão informados para os participantes.

Se após a leitura do Termo de Consentimento você decidir participar da pesquisa, responda à pergunta: Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante?

Ao responder Sim, você será direcionado para o questionário. O tempo médio de resposta é de 15 minutos.

Sua participação é de extrema importância.

CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DA PESQUISA (DEMAIS ATORES)

Olá, espero que esteja bem!

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa que tem por objetivo: Investigar o Programa Jovem Aprendiz, que visa formar e inserir a juventude no mercado de trabalho no país, a partir de um estudo de caso no CIEE de Franca-SP.

Se você tem interesse em participar da pesquisa clique [aqui](#) e você será direcionado (a) para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento que contém mais informações sobre a pesquisa. A participação na pesquisa será por meio de resposta a um questionário sobre alguns tópicos, como, por exemplo, o perfil socioeconômico, idade, escolaridade, atuação profissional; temas e problemas enfrentados no Programa Jovem Aprendiz e percepção sobre esse assunto. Sendo preservados os dados de identificação do(a) participante. Ao final da pesquisa, os resultados serão informados para os participantes.

Se após a leitura do Termo de Consentimento você decidir participar da pesquisa, responda à pergunta: Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante?

Ao responder Sim você será direcionado para o questionário. O tempo médio de resposta é de 15 minutos.

Sua participação será de extrema importância.

ANEXO 2 – CARTA DE ANUÊNCIA INSTITUCIONAL

DocuSign Envelope ID: DFC2AE82-4EB2-46F0-B8BC-D6D781C03141

Autorização do Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE

Carta de Anuência Institucional

Aceito que a pesquisadora, Fernanda Moraes de Mendonça, RG 47.882.662-x, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, desenvolva sua pesquisa de mestrado intitulada O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE) junto às unidades do Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE pertencentes a RA de Franca-SP, sob orientação das professoras Dra. Alessandra Santos Nascimento e Dra. Helena Carvalho de Lorenzo.

Ciente dos objetivos, métodos e técnicas que serão utilizados nessa pesquisa, concordo em fornecer todos os subsídios necessários para seu desenvolvimento, desde que seja assegurado o que segue:

1. O cumprimento das determinações da Resolução CNS nº 466/2012;
2. A garantia de requerer e obter esclarecimentos antes, durante e após o desenvolvimento da pesquisa;
3. Que não haverá nenhuma despesa para esta instituição que seja decorrente da participação nessa pesquisa;
4. Disponibilizar para conhecimento e ampla divulgação do e pelo CIEE os resultados da pesquisa;
5. No caso de descumprimento dos itens acima a liberdade de retirar a anuência a qualquer momento sem penalização alguma.

O projeto proposto será realizado junto aos atores sociais (aprendizes, instrutores, coordenadores e parceiros - empresas) pertencentes e/ou vinculados ao CIEE e poderá ocorrer somente a partir da aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Araraquara (UNIARA).

São Paulo, 22 de Setembro de 2023

DocuSigned by:

Adnora Rodrigues de Oliveira

D1AD388E2FB346D...

ADNORA RODRIGUES DE OLIVEIRA

Supervisão de Capacitação de SP, Registros & Certificados

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.

DocuSign Envelope ID: 1E7D3673-AE82-47BF-8098-13C48090D4D2



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu, **FERNANDA MORAES DE MENDONÇA**, CPF 400.993.328-33, aluna regularmente matriculada no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todos os dados corporativos a que tiver acesso, relacionados ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado "O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE)". O projeto objetiva analisar o papel da instituição CIEE como uma das principais instituições implementadoras do Programa Jovem Aprendiz no país.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar os dados confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não repassar o conhecimento dos dados e informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso aos dados e informações, por meu intermédio.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Dados ou Informação Confidencial significará todo acesso realizado por meio da base de dados sob a guarda do CIEE, ou junto aos atores sociais vinculados a esta instituição, sob a forma eletrônica, escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo para os Dados do CIEE, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções administrativas e judiciais que poderão advir.

Comprometo-me também em cumprir Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural."

ITUVERAVA-SP, 12 de SETEMBRO de 2023.

DocuSigned by:

Fernanda Moraes De Mendonça

CC88F818E4E64E8...

FERNANDA MORAES DE MENDONÇA

APÊNDICE 2 – TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL.

DocuSign Envelope ID: 99577DAF-D6E3-44BF-A582-B19991FBDC88



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Centro – Araraquara - SP
CEP 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263

www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu, Fernanda Moraes de Mendonça, portador do CPF: 400.993.328-33, sou pesquisador responsável do projeto de pesquisa intitulado, “O Programa Jovem Aprendiz e sua Implementação no Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)” comprometo-me a utilizar todos os dados coletados, unicamente, para o projeto acima mencionado, bem como:

- Garantir que a pesquisa só será iniciada após a avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Araraquara-Uniara, respeitando assim, os preceitos éticos e legais exigidos pelas Resoluções vigentes em especial a 466/12 e a 510/16, do Conselho Nacional de Saúde;
- Apresentar dados para o CEP da Uniara ou para a CONEP a qualquer momento, inclusive uma cópia dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido assinados pelos participantes, caso sejam solicitados;
- Preservar o sigilo e a privacidade dos participantes cujos dados serão coletados e estudados;
- Assegurar que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para a execução do projeto de pesquisa em questão;
- Assegurar que os resultados da pesquisa somente serão divulgados de forma anônima;
- Encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- Justificar fundamentadamente, perante o CEP da Uniara ou a CONEP, interrupção do projeto ou a não publicação dos resultados.
- Elaborar e apresentar o Relatórios parciais e o Relatório final ao o CEP da Uniara;
- Manter os dados da pesquisa em arquivo, físico e digital, sob minha guarda e responsabilidade, por um período de 05 (cinco) anos após o término da pesquisa.
- Responsabilizo-me civil e criminalmente pela veracidade das informações declaradas acima.

Araraquara, 18 de Novembro de 2023.

DocuSigned by:

Fernanda Moraes De Mendonça

CEP 00000000000000000000000000000000

Fernanda Moraes de Mendonça
Pesquisador responsável

APÊNDICE 3 - TCLE QUESTIONÁRIO 1 - JOVEM APRENDIZ



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Esta pesquisa pretende analisar a Política Pública de Emprego para a Juventude, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em uma das principais instituições implementadoras do Programa Jovem Aprendiz no país. Alerto que, serão tomados todos os cuidados técnicos na condução do questionário, no sentido de proteger os participantes de eventuais dificuldades. E as informações obtidas serão utilizadas somente para fins científicos. Esclarecemos que, as respostas desta pesquisa são confidenciais e serão mantidas em sigilo. Neste sentido solicito sua autorização neste documento, bem como a leitura e o aceite no documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso concorde em participar, será considerado anuência quando responder ao questionário. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA

1- Título da Pesquisa: **O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA (CIEE)**

Pesquisadora responsável: Fernanda Moraes de Mendonça

Instituição de ensino: Universidade de Araraquara – UNIARA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Santos Nascimento

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Carvalho de Lorenzo.

Objetivo da pesquisa: Investigar o Programa Jovem Aprendiz, que visa formar e inserir a juventude no mercado de trabalho no país, a partir de um estudo de caso no CIEE de Franca-SP.

2- Forma de contatar os (as) participantes: os e-mails para os quais serão enviados o link do *Google Forms* contendo este **Termo** e o **Questionário** serão fornecidos pela pesquisadora, após a assinatura da Carta de Anuência Institucional (já assinada – **Apêndice 1**) e aprovação do Comitê de Ética.

3- Avaliação do risco da pesquisa: ao responder o questionário, você poderá se sentir desconfortável com alguma questão, se isso acontecer, você poderá pausar o preenchimento, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalização. Cada convidado (a) a participar desta investigação tem total liberdade de recusar sua participação ou de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, e ainda, tem a liberdade de não responder às questões ou de interromper a participação quando convier e a qualquer momento. Além disso, todas as questões contam com a opção “() **Não desejo declarar**”.

4- A participação de jovens aprendizes e demais atores implementadores do Programa Jovem Aprendiz nesta pesquisa, consistirá em responder um **Questionário**, específico para cada ator, contendo perguntas abertas e fechadas, respondidas por escrito, de forma online, sem a presença da pesquisadora, através da ferramenta *Google Forms*, com duração de aproximadamente 15 minutos. O tempo de duração das questões abertas dependerá do nível de detalhamento fornecido pelos participantes. O questionário ficará disponível para preenchimento durante 15 dias, a partir da data de recebimento (é recomendado que guarde essa cópia com você). Cada participante ficará limitado ao envio de uma única resposta e ao enviar o formulário preenchido, receberá uma cópia automática no e-mail informado. Cada **Questionário** contém tópicos, como, por exemplo, sobre perfil socioeconômico, idade, escolaridade, atuação profissional; temas e problemas enfrentados no Programa Jovem Aprendiz e percepção sobre esse assunto.



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

5- Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer nenhum prejuízo. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

6- Publicação da pesquisa: As informações fornecidas e os materiais produzidos ao longo da pesquisa poderão ser publicados no meio científico, sendo preservados os dados de identificação do(a) participante. Ao final da pesquisa, os resultados serão informados para os participantes.

7- Resultados e benefícios esperados: Espera-se entre os resultados, entender como o PJA é colocado em prática, isto é, quais são os desafios, possibilidades, fragilidades e forças do Programa e do CIEE como sua instituição implementadora, e quais são as percepções dos implementadores e dos beneficiários sobre o PJA. Entende-se que tal pesquisa também contribuirá para fomentar novos estudos sobre o tema; e, para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas de emprego para a juventude.

CONTATOS DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Fernanda, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (16) 99161-0830, e-mail: professoramoraesfernanda@gmail.com, com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 - bloco C, no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: (16) 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 13h00min. - 14h00min – 17h00min, e/ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP, telefone (61) 3315.5877, e-mail: conep@saude.gov.br.

Reforço que a sua participação é voluntária. Não é necessária identificação pessoal e não há resposta certa ou errada. Queremos saber a sua sincera opinião quanto às questões abordadas. Agradecemos pela sua colaboração!

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade. Fui informado também que ao enviar o formulário preenchido, receberei uma cópia automática do TCLE e do questionário no meu e-mail.

- ☐ Estou ciente e aceito participar da presente pesquisa
- ☐ Não aceito participar da presente pesquisa

APÊNDICE 4 - TCLE QUESTIONÁRIO 2 - SUJEITOS IMPLEMENTADORES DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Esta pesquisa pretende analisar a Política Pública de Emprego para a Juventude, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em uma das principais instituições implementadoras do Programa Jovem Aprendiz no país. Alerto que, serão tomados todos os cuidados técnicos na condução do questionário, no sentido de proteger os participantes de eventuais dificuldades. E as informações obtidas serão utilizadas somente para fins científicos. Esclarecemos que, as respostas desta pesquisa são confidenciais e serão mantidas em sigilo. Neste sentido solicito sua autorização neste documento, bem como a leitura e o aceite no documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso concorde em participar, será considerado anuência quando responder ao questionário. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA

1- Título da Pesquisa: **O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA (CIEE)**

Pesquisadora responsável: Fernanda Moraes de Mendonça

Instituição de ensino: Universidade de Araraquara – UNIARA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Santos Nascimento

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Carvalho de Lorenzo.

Objetivo da pesquisa: Investigar o Programa Jovem Aprendiz, que visa formar e inserir a juventude no mercado de trabalho no país, a partir de um estudo de caso no CIEE de Franca-SP.

2- Forma de contatar os (as) participantes: os e-mails para os quais serão enviados o link do *Google Forms* contendo este **Termo** e o **Questionário** serão fornecidos pela pesquisadora, após a assinatura da Carta de Anuência Institucional (já assinada – **Apêndice 1**) e aprovação do Comitê de Ética.

3- Avaliação do risco da pesquisa: ao responder o questionário, você poderá se sentir desconfortável com alguma questão, se isso acontecer, você poderá pausar o preenchimento, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalização. Cada convidado (a) a participar desta investigação tem total liberdade de recusar sua participação ou de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, e ainda, tem a liberdade de não responder às questões ou de interromper a participação quando convier e a qualquer momento. Além disso, todas as questões contam com a opção “() **Não desejo declarar**”.

4- A participação de jovens aprendizes e demais atores implementadores do Programa Jovem Aprendiz nesta pesquisa, consistirá em responder um **Questionário**, específico para cada ator, contendo perguntas abertas e fechadas, respondidas por escrito, de forma online, sem a presença da pesquisadora, através da ferramenta *Google Forms*, com duração de aproximadamente 15 minutos. O tempo de duração das questões abertas dependerá do nível de detalhamento fornecido pelos participantes. O questionário ficará disponível para preenchimento durante 15 dias, a partir da data de recebimento (é recomendado que guarde essa cópia com você). Cada participante ficará limitado ao envio de uma única resposta e ao enviar o formulário preenchido, receberá uma cópia automática no e-mail informado. Cada **Questionário** contém tópicos, como, por exemplo, sobre perfil socioeconômico, idade, escolaridade, atuação profissional; temas e problemas enfrentados no Programa Jovem Aprendiz e percepção sobre esse assunto.



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 Bloco C, Centro – Araraquara SP – CEP: 14801-320 – Telefone: (16) 3301.7263
www.uniara.com.br/comite-de-etica

5- Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer nenhum prejuízo. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

6- Publicação da pesquisa: As informações fornecidas e os materiais produzidos ao longo da pesquisa poderão ser publicados no meio científico, sendo preservados os dados de identificação do(a) participante. Ao final da pesquisa, os resultados serão informados para os participantes.

7- Resultados e benefícios esperados: Espera-se entre os resultados, entender como o PJA é colocado em prática, isto é, quais são os desafios, possibilidades, fragilidades e forças do Programa e do CIEE como sua instituição implementadora, e quais são as percepções dos implementadores e dos beneficiários sobre o PJA. Entende-se que tal pesquisa também contribuirá para fomentar novos estudos sobre o tema; e, para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas de emprego para a juventude.

CONTATOS DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

Qualquer dúvida, pedimos a gentileza de entrar em contato com Fernanda, pesquisadora responsável pela pesquisa, telefone: (16) 99161-0830, e-mail: professoramoraesfernanda@gmail.com, com o Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, localizado na Rua Voluntários da Pátria nº 1309 - bloco C, no Centro da cidade de Araraquara-SP, telefone: (16) 3301.7263, e-mail: comitedeetica@uniara.com.br, atendimento de segunda a sexta-feira das 08h00min. – 13h00min. - 14h00min – 17h00min, e/ou com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa-CONEP, telefone (61) 3315.5877, e-mail: conep@saude.gov.br.

Reforço que a sua participação é voluntária. Não é necessária identificação pessoal e não há resposta certa ou errada. Queremos saber a sua sincera opinião quanto às questões abordadas. Agradecemos pela sua colaboração!

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade. Fui informado também que ao enviar o formulário preenchido, receberei uma cópia automática do TCLE e do questionário no meu e-mail.

- ☐ Estou ciente e aceito participar da presente pesquisa
- ☐ Não aceito participar da presente pesquisa

APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO 1 JOVEM APRENDIZ.

Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSd30ZKQyURHHiuGh3x4cF09J6qsUupCZCdaZzViND0GTbGBbA/viewform>

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Esta pesquisa pretende analisar a Política Pública de Emprego para a Juventude, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em uma das principais instituições implementadoras do Programa Jovem Aprendiz no país. Alerto que, serão tomados todos os cuidados técnicos na condução do questionário, no sentido de proteger os participantes de eventuais dificuldades. E as informações obtidas serão utilizadas somente para fins científicos. Esclarecemos que, as respostas desta pesquisa são confidenciais e serão mantidas em sigilo. Neste sentido solicito sua autorização neste documento, bem como a leitura e o aceite no documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso concorde em participar, será considerado anuência quando responder ao questionário. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA

1- Título da Pesquisa: **O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE)**

Pesquisadora responsável: Fernanda Moraes de Mendonça

Instituição de ensino: Universidade de Araraquara – UNIARA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Santos Nascimento

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Carvalho de Lorenzo.

Objetivo da pesquisa: Investigar o Programa Jovem Aprendiz, que visa formar e inserir a juventude no mercado de trabalho no país, a partir de um estudo de caso no CIEE de Franca-SP.

2- Forma de contatar os (as) participantes: os e-mails para os quais serão enviados o link do *Google Forms* contendo este **Termo** e o **Questionário** serão fornecidos pela pesquisadora, após a assinatura da Carta de Anuência Institucional (já assinada – **Apêndice I**) e aprovação do Comitê de Ética.

3- Avaliação do risco da pesquisa: ao responder o questionário, você poderá se sentir desconfortável com alguma questão, se isso acontecer, você poderá pausar o preenchimento, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalização. Cada convidado (a) a participar desta investigação tem total liberdade de recusar sua participação ou de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, e ainda, tem a liberdade de não responder às questões ou de interromper a participação quando convier e a qualquer momento. Além disso, todas as questões contam com a opção “() **Não desejo declarar**”.

4- A participação de jovens aprendizes e demais atores implementadores do Programa Jovem Aprendiz nesta pesquisa, consistirá em responder um **Questionário**, específico para cada ator, contendo perguntas abertas e fechadas, respondidas por escrito, de forma online, sem a presença da pesquisadora, através da ferramenta *Google Forms*, com duração de aproximadamente 15 minutos. O tempo de duração das questões abertas dependerá do nível de detalhamento fornecido pelos participantes. O questionário ficará disponível para preenchimento durante 15 dias, a

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

partir da data de recebimento. Cada participante ficará limitado ao envio de uma única resposta e ao enviar o formulário preenchido, receberá uma cópia automática no e-mail informado (é recomendado que guarde essa cópia com você). Cada **Questionário** contém tópicos, como, por exemplo, sobre perfil socioeconômico, idade, escolaridade, atuação profissional; temas e problemas enfrentados no Programa Jovem Aprendiz e percepção sobre esse assunto.

5- Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer nenhum prejuízo. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

6- Publicação da pesquisa: As informações fornecidas e os materiais produzidos ao longo da pesquisa poderão ser publicados no meio científico, sendo preservados os dados de identificação do(a) participante. Ao final da pesquisa, os resultados serão informados para os participantes.

7- Resultados e benefícios esperados: Espera-se entre os resultados: entender como o PJA é colocado em prática, isto é, quais são os desafios, possibilidades, fragilidades e forças do Programa e do CIEE como sua instituição implementadora, e quais são as percepções dos implementadores e dos beneficiários sobre o PJA. Entende-se que tal pesquisa também contribuirá para fomentar novos estudos sobre o tema; e, para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas de emprego para a juventude.

CONTATOS DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

Havendo qualquer intercorrência na resposta a pesquisa, favor entrar em contato a qualquer momento via celular: (16) 99161-0830 ou e-mail: professoramoraesfernanda@gmail.com

A sua participação é voluntária. Não é necessária identificação pessoal e não há resposta certa ou errada. Queremos saber a sua sincera opinião quanto às questões abordadas. Agradecemos pela sua colaboração!

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

2. CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO *

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade. Fui informado também que ao enviar o formulário preenchido, receberei uma cópia automática do TCLE e do questionário no meu e-mail.

Marcar apenas uma oval.

☐ Estou ciente e aceito participar da presente pesquisa

Pular para a pergunta 3

☐ Não aceito participar da presente pesquisa

SOBRE VOCÊ**3. Gênero ***

Marcar apenas uma oval.

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Não-binário

☐ Não desejo declarar

4. Raça/cor *

Marcar apenas uma oval.

☐ Amarela

☐ Indígena

☐ Branca

☐ Parda

☐ Preta

☐ Não desejo declarar

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

5. Idade *

Somente números (exemplo: 18)

6. Grau de escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino Fundamental incompleto
- ☐ Ensino Fundamental completo
- ☐ Ensino médio incompleto
- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino Técnico cursando ou completo
- ☐ Ensino Superior cursando ou completo
- ☐ Não desejo declarar

7. Qual a rede de ensino? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino público
- ☐ Ensino particular
- ☐ Não desejo declarar

8. Sua renda mensal *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ De R\$ 500,00 á R\$ 799,00
- ☐ De R\$ 800,00 á R\$ 1.499,00
- ☐ De R\$ 1.500,00 á R\$ 2.499,00
- ☐ Acima de 2.500,00
- ☐ Não desejo declarar

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

9. Como você faz uso do seu salário de aprendiz? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Contribuo com o meu salário integral em casa
- ☐ Contribuo com o meu salário parcial em casa
- ☐ Lazer e entretenimento
- ☐ Compro itens pessoais, como, por exemplo, roupa, sapatos e acessórios.
- ☐ Realizo investimentos de forma parcial ou integral (poupança ou outros)
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

10. Renda mensal da sua família (casa) com base no salário mínimo (R\$ 1.320,00) *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 salário mínimo
- ☐ 2 salários mínimos
- ☐ 3 salários mínimos
- ☐ 4 salários mínimos
- ☐ acima de 5 salários mínimos
- ☐ Não desejo declarar

11. Município da capacitação: *

12. Município de residência (local que você mora): *

Pular para a pergunta 13

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

Sua participação no Programa Jovem Aprendiz CIEE

ATENÇÃO: Se você é ex-Jovem Aprendiz, responder essa seção com base na época em que você participou do Programa.

13. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sou jovem aprendiz *Pular para a pergunta 15*
- ☐ Sou ex-jovem aprendiz

Contribuição do Programa Jovem Aprendiz

14. A experiência no Programa Jovem Aprendiz possibilitou de fato uma oportunidade de trabalho efetiva

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

Informações de sua participação

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

15. O que te motivou a trabalhar, ou seja, qual o principal motivo que levou você a participar do Programa Jovem Aprendiz? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Necessidade de renda
- ☐ Pressão familiar
- ☐ Vontade de entrar no mercado de trabalho
- ☐ Curiosidade
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

16. Para você, qual a principal contribuição que o Programa Jovem Aprendiz lhe oferece? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Experiência profissional
- ☐ Qualificação profissional
- ☐ Contribuição na renda familiar
- ☐ Salário
- ☐ Registro na carteira
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

17. Quantas vezes você participou do programa? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ 1 vez
- ☐ 2 vezes
- ☐ 3 vezes
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

18. Em qual área/arco(s)? *

Marque todas que se aplicam.

- ☐ Arco Administrativo
- ☐ Arco em Ocupações Agrícolas
- ☐ Assistente Administrativo Rural
- ☐ Auxiliar de Alimentação
- ☐ Auxiliar de Logística
- ☐ Auxiliar de Produção
- ☐ Comércio e Varejo
- ☐ Indústria da Carne
- ☐ Mecanização Agrícola
- ☐ Múltiplas Ocupações em Administrador de Banco de Dados - Economia 4.0
- ☐ Ocupações Administrativas
- ☐ Operador de Telemarketing
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

19. Na(s) sua(s) experiência(s) de Jovem Aprendiz, você passou por diferentes funções/setores dentro da(s) empresa(s)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

20. Na(s) sua(s) experiência(s) de Jovem Aprendiz, você considera que se dedicou ao Programa? Ou seja, nas capacitações práticas (empresa) e teóricas (CIEE)? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Podia ter me dedicado mais
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

Avaliação da aprendizagem teórica durante o programa

Capacitação Teórica (CIEE)

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

21. Selecione somente uma opção para cada linha *

Marque todas que se aplicam.

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo, nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Não deseje declarar
O Programa Jovem aprendiz foi bem apresentado	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Conheço os meus direitos e deveres enquanto Jovem Aprendiz	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Eu levo as experiências adquiridas no CIEE para minha vida diária	☐	☐	☐	☐	☐	☐
O programa possibilitou a ampliação da minha renda familiar	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Melhorei meu convívio familiar, comunitário, escolar e profissional	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Contribuiu para o meu desenvolvimento profissional	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Reconheço e respeito às diferenças e	☐	☐	☐	☐	☐	☐

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

diferenças e desigualdades (religião, gênero, idade, etnia e social)

22. Avaliação do material nas capacitações teóricas (CIEE) e da didática dos instrutores

Marque todas que se aplicam.

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo, nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Não desejo declarar
Os conteúdos contribuem para o crescimento profissional	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Os conteúdos contribuem para o crescimento pessoal	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Adquiri habilidades e competências	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Foi apresentado a importância dos conteúdos globais e específicos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
O instrutor(a) de aprendizagem tem domínio dos temas	☐	☐	☐	☐	☐	☐

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

Avaliação da aprendizagem prática durante o programa

Capacitação Prática (Empresa)

23. Selecione somente uma opção para cada linha *

Marque todas que se aplicam.

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo, nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Não desejo declara
Fui acolhido no ambiente da Empresa	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Eu levo as experiências adquiridas na Empresa para minha vida profissional	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Contribuiu para o meu desenvolvimento profissional	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A empresa me proporcionou oportunidade de crescimento	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Adquiro habilidades e competências	☐	☐	☐	☐	☐	☐

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

Percepção do quanto o Programa Jovem Aprendiz proporcionou aprendizagens nos seguintes aspectos:

24. Selecione somente uma opção para cada linha *

Marque todas que se aplicam.

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo, nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Não desejo declara
A empregabilidade do jovem	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A qualificação profissional	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Resolver problemas no ambiente de trabalho	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Capacidade de trabalhar em equipe	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Dar e receber feedbacks	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Criatividade	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Capacidade de autonomia para executar atividades	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Capacidade de criar redes de contatos	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Melhorou o meu desempenho nos estudos	☐	☐	☐	☐	☐	☐

20/11/2023, 18:24

Questionário 1 - Jovem Aprendiz

[Pular para a pergunta 25](#)

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Deixe aqui suas dúvidas, sugestões, críticas ou qualquer outro comentário que ache importante.

25. Qual a sua opinião sobre o Programa Jovem Aprendiz? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

26. Você gostaria de propor alguma melhoria ao Programa? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE 6 – QUESTIONÁRIO 2 - SUJEITOS IMPLEMENTADORES DO PROGRAMA JOVEM APRENDIZ.

Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScbmO4tR73cJwIXbqpYjqGdKSdRDJyswdO9gGWyCfW6C4TN5w/viewform>

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente. Esta pesquisa pretende analisar a Política Pública de Emprego para a Juventude, por meio do Programa Jovem Aprendiz, em uma das principais instituições implementadoras do Programa Jovem Aprendiz no país. Alerto que, serão tomados todos os cuidados técnicos na condução do questionário, no sentido de proteger os participantes de eventuais dificuldades. E as informações obtidas serão utilizadas somente para fins científicos. Esclarecemos que, as respostas desta pesquisa são confidenciais e serão mantidas em sigilo. Neste sentido solicito sua autorização neste documento, bem como a leitura e o aceite no documento chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso concorde em participar, será considerado anuência quando responder ao questionário. Saiba que você tem total direito de não querer participar.

DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA

1- Título da Pesquisa: **O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE)**

Pesquisadora responsável: Fernanda Moraes de Mendonça

Instituição de ensino: Universidade de Araraquara – UNIARA

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Alessandra Santos Nascimento

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Helena Carvalho de Lorenzo.

Objetivo da pesquisa: Investigar o Programa Jovem Aprendiz, que visa formar e inserir a juventude no mercado de trabalho no país, a partir de um estudo de caso no CIEE de Franca-SP.

2- Forma de contatar os (as) participantes: os e-mails para os quais serão enviados o link do *Google Forms* contendo este **Termo** e o **Questionário** serão fornecidos pela pesquisadora, após a assinatura da Carta de Anuência Institucional (já assinada – **Apêndice I**) e aprovação do Comitê de Ética.

3- Avaliação do risco da pesquisa: ao responder o questionário, você poderá se sentir desconfortável com alguma questão, se isso acontecer, você poderá pausar o preenchimento, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalização. Cada convidado (a) a participar desta investigação tem total liberdade de recusar sua participação ou de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, e ainda, tem a liberdade de não responder às questões ou de interromper a participação quando convier e a qualquer momento. Além disso, todas as questões contam com a opção “() **Não desejo declarar**”.

4- A participação de jovens aprendizes e demais atores implementadores do Programa Jovem Aprendiz nesta pesquisa, consistirá em responder um **Questionário**, específico para cada ator, contendo perguntas abertas e fechadas, respondidas por

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

escrito, de forma online, sem a presença da pesquisadora, através da ferramenta *Google Forms*, com duração de aproximadamente 15 minutos. O tempo de duração das questões abertas dependerá do nível de detalhamento fornecido pelos participantes. O questionário ficará disponível para preenchimento durante 15 dias, a partir da data de recebimento. Cada participante ficará limitado ao envio de uma única resposta e ao enviar o formulário preenchido, receberá uma cópia automática no e-mail informado (é recomendado que guarde essa cópia com você). Cada **Questionário** contém tópicos, como, por exemplo, sobre perfil socioeconômico, idade, escolaridade, atuação profissional; temas e problemas enfrentados no Programa Jovem Aprendiz e percepção sobre esse assunto.

5- Os participantes não terão nenhuma despesa ao participar da pesquisa e poderão retirar sua concordância na continuidade da pesquisa a qualquer momento, sem precisar justificar e sem sofrer nenhum prejuízo. Não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar aos voluntários pela participação. Caso ocorra algum dano comprovadamente decorrente da participação no estudo, os voluntários poderão pleitear indenização, segundo as determinações do Código Civil (Lei nº 10.406 de 2002) e das Resoluções 466/12 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

6- Publicação da pesquisa: As informações fornecidas e os materiais produzidos ao longo da pesquisa poderão ser publicados no meio científico, sendo preservados os dados de identificação do(a) participante. Ao final da pesquisa, os resultados serão informados para os participantes.

7- Resultados e benefícios esperados: Espera-se entre os resultados: entender como o PJA é colocado em prática, isto é, quais são os desafios, possibilidades, fragilidades e forças do Programa e do CIEE como sua instituição implementadora, e quais são as percepções dos implementadores e dos beneficiários sobre o PJA. Entende-se que tal pesquisa também contribuirá para fomentar novos estudos sobre o tema; e, para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas de emprego para a juventude.

CONTATOS DA PESQUISADORA RESPONSÁVEL

Havendo qualquer intercorrência na resposta a pesquisa, favor entrar em contato a qualquer momento via celular: (16) 99161-0830 ou e-mail: professoramoraesfernanda@gmail.com

A sua participação é voluntária. Não é necessária identificação pessoal e não há resposta certa ou errada. Queremos saber a sua sincera opinião quanto às questões abordadas. Agradecemos pela sua colaboração!

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

2. CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO *

Eu, concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação. A pesquisadora me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação, e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade. Fui informado também que ao enviar o formulário preenchido, receberei uma cópia automática do TCLE e do questionário no meu e-mail.

Marcar apenas uma oval.

☐ Estou ciente e aceito participar da presente pesquisa

Pular para a pergunta 3

☐ Não aceito participar da presente pesquisa

SOBRE VOCÊ**3. Sexo ***

Marcar apenas uma oval.

☐ Feminino

☐ Masculino

☐ Não-binário

☐ Não desejo declarar

☐ Outro: _____

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

4. Raça/cor *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Amarela
- ☐ Indígena
- ☐ Branca
- ☐ Parda
- ☐ Preta
- ☐ Não desejo declarar

5. Idade *

Somente números (exemplo: 18)

6. Grau de escolaridade *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ensino médio completo
- ☐ Ensino Superior cursando ou completo
- ☐ Pós-graduação cursando ou completa
- ☐ Mestrado
- ☐ Doutorado
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro:

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

7. Sua renda mensal (com base no salário mínimo 1.320,00) *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ De 1 a 2 salários mínimos
- ☐ De 2 a 3 salários mínimos
- ☐ De 3 a 4 salários mínimos
- ☐ De 5 a 6 salários mínimos
- ☐ acima de 7 salários mínimos
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

Cargo ocupado na Instituição CIEE

8. A quanto tempo você trabalha no CIEE? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ De 1,1 a 2 anos
- ☐ De 2,1 a 3 anos
- ☐ De 3,1 a 4 anos
- ☐ De 4,1 a 5 anos
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

9. A quanto tempo você exerce o seu cargo atual? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Menos de 1 ano
- ☐ De 1,1 a 2 anos
- ☐ De 2,1 a 3 anos
- ☐ De 3,1 a 4 anos
- ☐ De 4,1 a 5 anos
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

10. Seu cargo no CIEE *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ CEO *Pular para a pergunta 11*
- ☐ Supervisor(a) da Aprendizagem *Pular para a pergunta 17*
- ☐ Líder de Aprendizagem *Pular para a pergunta 20*
- ☐ Instrutor(a) de Aprendizagem *Pular para a pergunta 23*
- ☐ Consultor(a) de Vendas *Pular para a pergunta 30*
- ☐ Assistente Social *Pular para a pergunta 36*
- ☐ Não desejo declarar *Pular para a pergunta 40*

CEO11. Qual a papel do CEO na Instituição implementadora CIEE? Se não desejar *
responder, inserir o texto "**Não desejo declarar**"

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

12. Qual o papel da Instituição implementadora em relação a política pública de contratação de aprendiz? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

13. De que forma a Instituição implementadora pode reivindicar e propor melhorias para o Programa Jovem Aprendiz e políticas públicas para a juventude? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

14. Qual seria a importância da criação do Estatuto da Aprendizagem e os seus impactos para a juventude? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

15. Quais são as principais atribuições que fazem o CIEE ter uma liderança mercadológica? Se não desejar responder, inserir o texto "**Não desejo declarar**" *

16. Quais os principais desafios enfrentados pelo CIEE para a implementação do Programa? Se não desejar responder, inserir o texto "**Não desejo declarar**" *

Pular para a pergunta 40

Supervisor da Aprendizagem

17. Quais os principais desafios enfrentados Supervisão de Aprendizagem? Se não desejar responder, inserir o texto "**Não desejo declarar**" *

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

18. Na sua opinião, considerando os materiais disponibilizados e os temas abordados nas capacitações teóricas, contribuem efetivamente para a prática do aprendiz nas empresas? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

19. Qual a papel da supervisão na Instituição implementadora CIEE? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

Pular para a pergunta 40

Líder de Aprendizagem

20. Qual a papel da Liderança de Aprendizagem na Instituição implementadora CIEE? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

21. Na sua opinião, considerando os materiais disponibilizados e os temas abordados nas capacitações teóricas, contribuem efetivamente para a prática do aprendiz nas empresas? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

22. Quais os principais desafios enfrentados Liderança de Aprendizagem? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

Pular para a pergunta 40

Instrutor de Aprendizagem

23. Qual a papel do Instrutor de Aprendizagem na Instituição implementadora CIEE? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

24. Quais os principais desafios enfrentados pelo Instrutor de Aprendizagem? *
- Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"**

25. De que forma os temas abordados nas capacitações teóricas contribuem para formação do Jovem Aprendiz? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

26. Na sua opinião, considerando os materiais disponibilizados e os temas abordados nas capacitações teóricas, são coerentes com a proposta do Programa Jovem Aprendiz? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

27. Na sua opinião, considerando os materiais disponibilizados e os temas abordados nas capacitações teóricas, contribuem efetivamente para a prática do aprendiz nas empresas? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

28. O instrutor tem domínio dos temas abordados nas capacitações teóricas? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

29. O instrutor recebe incentivo da Instituição para formação continuada? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

Pular para a pergunta 40

Consultor de Vendas

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

30. Qual a papel do Consultor de Vendas na Instituição implementadora CIEE? *
- Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"**

31. Qual o número de aprendizes contratados em Franca/SP? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

32. Qual o número de cotas de aprendizes contratados em Franca/SP? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

33. Quais são os principais desafios para fechar uma vaga nas empresas? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

34. Quais os principais desafios enfrentados pelo Consultor de Vendas? Se *
não desejar responder, inserir o texto "**Não desejo declarar**"

35. De modo geral, as empresas têm uma boa abertura para o consultor? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

Pular para a pergunta 40

Assistente Social

36. Qual a papel da Assistência Social na Instituição implementadora CIEE? Se *
não desejar responder, inserir o texto "**Não desejo declarar**"

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

37. Quais os principais desafios enfrentados pela Assistência Social? Se não *
desejar responder, inserir o texto "**Não desejo declarar**"

38. Qual o papel da rede socioassistencial no Programa Jovem Aprendiz? Se *
não deseja responder, inserir o texto "**Não desejo declarar**"

39. Qual o papel da família e da comunidade no Programa Jovem Aprendiz? *
Se não deseja responder, inserir o texto "**Não desejo declarar**"

Pular para a pergunta 40

Avaliação do programa

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

40. Selecione somente uma opção para cada linha *

Marque todas que se aplicam.

	Concordo totalmente	Concordo	Nem concordo, nem discordo	Discordo totalmente	Discordo	Não desejo declara
Você considera que o jovem aprendiz é parte de uma política pública de inclusão social	☐	☐	☐	☐	☐	☐
O programa de aprendizagem contribui de fato com a empregabilidade do jovem?	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Participar do programa contribui com o desempenho escolar do jovem?	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A necessidade de cumprir cotas de aprendizes pode ocasionar a demissão de outros funcionários	☐	☐	☐	☐	☐	☐
A necessidade de cumprir cotas de aprendizes é fundamental para a contratação por parte das empresas	☐	☐	☐	☐	☐	☐
Tenho total conhecimento						

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

da Programa
Jovem Aprendiz
conhecimento
da Program
(Legislação e
portarias)
Jovem Aprendiz
(Legislação e
portarias)

☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

41. Qual o principal benefício para o jovem quando ele é contratado como aprendiz *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Qualificação profissional
- ☐ Empregabilidade
- ☐ Distanciamento da criminalidade
- ☐ Contribuição com a renda familiar
- ☐ Diminuição da evasão escolar
- ☐ Não traz benefícios
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

42. Qual a maior dificuldade para as empresas contratarem jovens aprendizes *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Destinar um funcionário para o papel de tutor do aprendiz
- ☐ Rodízio de funções
- ☐ Falta de orçamento
- ☐ A indisciplina do jovem
- ☐ Preconceito pela faixa etária e falta de experiência
- ☐ Falta de conscientização do Programa dentro das empresas
- ☐ Falta de conhecimento do Programa dentro das empresas
- ☐ Não desejo declarar
- ☐ Outro: _____

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

43. Quais os principais desafios enfrentados pelo CIEE para a implementação do Programa? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

44. A Lei da Aprendizagem completa 23 anos em Dezembro/2023 e inspirou a criação do Programa Jovem Aprendiz. Na sua opinião, atualmente, a maioria das empresas veem o Jovem Aprendiz como uma obrigação ou uma real oportunidade de mudar a vida de um jovem? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

Pular para a pergunta 45

Avaliação do Programa

Deixe aqui suas dúvidas, sugestões, críticas ou qualquer outro comentário que ache importante.

45. Qual a sua opinião sobre o Programa Jovem Aprendiz? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

20/11/2023, 18:23

Questionário 2 - Atores Implementadores do Programa Jovem Aprendiz

46. Você gostaria de propor alguma melhoria ao Programa? Se não desejar responder, inserir o texto **"Não desejo declarar"** *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE 7 - PARECER COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE DE
ARARAQUARA - UNIARA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA (CIEE)

Pesquisador: FERNANDA MORAES DE MENDONÇA

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 75959023.6.0000.5383

Instituição Proponente: ASSOCIACAO SAO BENTO DE ENSINO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.823.635

Apresentação do Projeto:

Será realizada uma revisão da literatura sobre o PJA, acerca da implementação e avaliação de políticas públicas, e uma investigação empírica, sendo a instituição implementadora selecionada o Centro de Integração Escola Empresa (CIEE). Considerando que o CIEE atua em todas as unidades federativas do país, a unidade federativa escolhida foi São Paulo, estado onde há o maior número de aprendizes do Brasil. Neste estado, foi eleita a cidade de Franca, que tem uma importância econômica no estado e pode ser o espelho do que está acontecendo em outros municípios do país em relação à temática juventude e mercado de trabalho. A pesquisa será qualitativa e exploratória. A coleta de dados ocorrerá por meio de questionários aplicados junto aos atores sociais do PJA do CIEE, inclusive, dos beneficiários.

Objetivo da Pesquisa:

Investigar o Programa Jovem Aprendiz, que visa formar e inserir a juventude no mercado de trabalho no país, a partir de um estudo de caso no CIEE de Franca-SP.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos aparentes, poderão ser observados no decorrer da aplicação dos questionários. Ao responder o questionário, os participantes poderão se sentir desconfortáveis com alguma

Endereço: Rua Voluntários da Pátria nº1309 - Bloco C - Sala do CEP da Uniara
Bairro: Centro **CEP:** 14.801-320
UF: SP **Município:** ARARAQUARA
Telefone: (16)3301-7263 **Fax:** (16)3301-7144 **E-mail:** comitedeetica@uniara.com.br

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA



Continuação do Parecer: 6.823.635

questão ou receio de ser identificado. Se isso acontecer, poderá prejudicar a autenticidade e veracidade do projeto. Para minimizar os riscos, será explicado sobre a possibilidade do (a) participante pausar o preenchimento, não responder à questão ou desistir da participação, sem qualquer penalização. Cada convidado (a) a participar desta investigação tem total liberdade de recusar sua participação ou de retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, e ainda, tem a liberdade de não responder às questões ou de interromper a participação quando convier e a qualquer momento. Além disso, todas as questões contam com a opção "() Não desejo declarar".

Benefícios:

As pesquisas voltadas para área das ciências sociais que envolvem indivíduos, apesar dos riscos inerentes de não atingir seus principais objetivos (como colocado no tópico anterior de riscos), tem a capacidade ímpar de gerar conhecimento para entender e aprofundarem temas tão relevantes para sociedade. Entende-se que tal pesquisa contribuirá para fomentar novos estudos sobre o tema; e, para o desenvolvimento e aprimoramento das políticas públicas de emprego para a juventude.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Todos os "Comentários e Considerações sobre a Pesquisa" estão apresentadas no campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações" deste parecer

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todas as "Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória" estão apresentadas no campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações" deste parecer

Recomendações:

Este Comitê recomenda aos pesquisadores respeitarem o que foi descrito, na íntegra, neste projeto e que sigam as Resoluções 466/2012 (saúde) e Nº510/2016 (humanas) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) as quais nos fundamentamos para a análise ética das pesquisas endereçadas a este Comitê. Em caso de dúvidas ou outras ocorrências surgidas no andamento do projeto, colocamo-nos à disposição dos pesquisadores.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Uniara, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº466 de 2012, nº 510 de 2016 e na Norma Operacional nº001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela APROVAÇÃO do projeto de pesquisa proposto.

Endereço: Rua Voluntários da Pátria nº1309 - Bloco C - Sala do CEP da Uniara
Bairro: Centro **CEP:** 14.801-320
UF: SP **Município:** ARARAQUARA
Telefone: (16)3301-7263 **Fax:** (16)3301-7144 **E-mail:** comitedeetica@uniara.com.br

**UNIVERSIDADE DE
ARARAQUARA - UNIARA**



Continuação do Parecer: 6.823.635

Considerações Finais a critério do CEP:

O Projeto de pesquisa encontra-se adequado e aprovado, de acordo com colegiado e com as normativas vigentes. Qualquer alteração que venha ocorrer, em especial Eventos Adversos, pedimos a gentileza de informar este CEP por meio de Emenda e/ou Notificação, junto a Plataforma Brasil e, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa solicitamos o encaminhamento do Relatório Parcial, e após a conclusão do mesmo o envio do Relatório Final, procedimentos esses de cunho obrigatório.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_2250689.pdf	20/04/2024 18:24:56		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_ CEP_6772350.pdf	20/04/2024 18:18:12	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_de_Pesquisa.pdf	20/04/2024 18:18:05	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
Outros	Questionario2_Atores_Implementadores .pdf	20/04/2024 18:02:47	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
Outros	Questionario1_jovem_aprendiz.pdf	20/04/2024 18:02:20	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_consentimento_TCLE.pdf	20/04/2024 18:02:01	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
Outros	Convite_para_participacao_de_pesquisa .pdf	20/04/2024 17:56:04	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
Outros	Carta_resposta_Fernanda_Moraes_de_ Mendonca_assinado.pdf	20/04/2024 17:46:40	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
Cronograma	cronograma_novo.pdf	20/04/2024 17:45:12	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termosigilo.pdf	21/11/2023 10:05:43	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito

Endereço: Rua Voluntários da Pátria nº1309 - Bloco C - Sala do CEP da Uniara
Bairro: Centro **CEP:** 14.801-320
UF: SP **Município:** ARARAQUARA
Telefone: (16)3301-7263 **Fax:** (16)3301-7144 **E-mail:** comitedeetica@uniara.com.br

**UNIVERSIDADE DE
ARARAQUARA - UNIARA**



Continuação do Parecer: 6.823.635

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termopesquisadorresponsavel.pdf	21/11/2023 10:05:38	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	21/11/2023 10:03:41	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito
Outros	APENDICE_1_Carta_de_anuencia.pdf	21/11/2023 10:02:53	FERNANDA MORAES DE MENDONCA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARARAQUARA, 14 de Maio de 2024

Assinado por:
Andréa Corrêa Carrascosa
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Voluntários da Pátria nº1309 - Bloco C - Sala do CEP da Uniara
Bairro: Centro **CEP:** 14.801-320
UF: SP **Município:** ARARAQUARA
Telefone: (16)3301-7263 **Fax:** (16)3301-7144 **E-mail:** comitedeetica@uniara.com.br